

# **Sem-abrigo no feminino: o impacto da desigualdade de género na construção da situação de sem-abrigo na ilha de São Miguel**

Dissertação de Mestrado

Joana Paiva Dias

Mestrado em

**Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais**



# **Sem-abrigo no feminino: o impacto da desigualdade de género na construção da situação de sem-abrigo na ilha de São Miguel**

Dissertação de Mestrado

Joana Paiva Dias

## **Orientadoras**

Professora Doutora Pilar Damião de Medeiros

Professora Doutora Daniela Almeida de Medeiros de Sousa Soares

Dissertação de Mestrado submetida à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais

Ponta Delgada  
2023



**Resumo:** Esta investigação tem como objetivo estudar a realidade das mulheres em situação de sem-abrigo na ilha de São Miguel, numa perspetiva de género. Ao longo desta investigação notou-se que existe uma bibliografia extensa sobre o fenómeno da situação de sem-abrigo numa escala generalizada, contudo esta não dá tanta ênfase à questão de género, uma vez que o perfil de uma pessoa em situação de sem-abrigo é masculino. Deste modo, considerou-se pertinente estudar a realidade destas mulheres, não só porque a sua realidade é menos conhecida, invisível e mais vulnerável comparativamente aos homens, onde o peso da desigualdade de género merece e deve ser investigado, como também existe uma lacuna de estudos nos Açores sobre a realidade das mulheres em situação de sem-abrigo e sobre a forma como a desigualdade de género poderá conduzi-las a esta situação. A teoria central desta investigação é a Teoria do Reconhecimento na perspetiva de Nancy Fraser, uma vez que a autora relaciona reconhecimento e género. A abordagem metodológica utilizada é de foco qualitativo com recurso à entrevista e com enfoque nas trajetórias e experiências de vida das entrevistadas.

**Palavras-chave:** mulher; situação de sem-abrigo; desigualdade de género; Teoria do Reconhecimento; Nancy Fraser.

**Abstract:** This research aims to study the reality of homeless women of São Miguel Island from a gender perspective. Throughout this investigation, it was noted the existence of an extensive bibliography on the phenomenon of homelessness on a general scale, but it does not emphasize the gender issue as much, as the profile of a person in a homeless situation is typically male. Therefore, it was considered relevant to study the reality of these women, not only because their reality is less known, unseen, and more vulnerable compared to men, where the weight of gender inequality should be investigated as it deserves to be, but also because there is a gap of studies in the Azores regarding the reality of homeless women and how gender inequality may lead them to this situation. The central theory of this research is the Theory of Recognition from Nancy Fraser's perspective, as the author relates recognition and gender. The methodological approach used is of a qualitative nature, engaging interviews with a focus on the life trajectories and experiences of the interviewees.

**Keywords:** women; homelessness; gender inequality; Theory of Recognition; Nancy Fraser.

## **Agradecimentos**

Agradeço a todas as pessoas que permaneceram ao meu lado ao longo deste grande desafio. Agradeço profundamente às minhas orientadoras Professora Doutora Pilar Damião de Medeiros e Professora Doutora Daniela Almeida de Medeiros de Sousa Soares pelo incentivo, confiança e sábias orientações ao longo deste processo. Sem elas seria impossível concluir esta etapa.

Agradeço também ao Dr. Paulo Fontes e Dra. Lídia Fernandes pelas elucidações e conhecimento partilhado sobre este tema, às técnicas superiores do Centro de Acolhimento Temporário Feminino pela sua inteira disponibilidade e cooperação para a realização das entrevistas e ao coordenador de Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, Prof. Dr. Fernando Diogo, pelo seu apoio e prontidão em ajudar.

Gratidão imensa à minha mãe, à minha irmã Elisabete, ao Rui Câmara, à Sara Martins, Raquel Rodrigues, Vanessa Soares, Helena Raposo e Mariana Barbosa por estarem sempre do meu lado, mesmo nos momentos mais difíceis, e pelo apoio incondicional ao longo da realização desta dissertação.

Agradeço de coração às senhoras que se disponibilizaram para serem entrevistadas. Dedico esta dissertação a vós.

## **Abreviaturas**

CAT F. - Centro de Acolhimento Temporário Feminino

ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

FEANTSA - European Federation of National Organisations Working with the Homeless

GIMAE - Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia

ICOR - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

ISSA – Instituto Segurança Social dos Açores

RSI – Rendimento Social de Inserção

SPE - Subsídio Precariedade Económica

SSA – Situação de sem-abrigo

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OECD - Organization for Economic Cooperation and Development

## Índice de figuras

|   |    |
|---|----|
| <b>Figura 1:</b> Grelha de operacionalização .....  | 45 |
| <b>Figura 2:</b> esquema sobre impacto da desigualdade de género para a construção da situação de sem-abrigo na mulher..... | 73 |

## Índice geral

|  |    |
|--|----|
| Resumo .....   | 1  |
| Abstract.....  | 1  |
| Introdução.....  | 6  |
| Capítulo 1 – A situação de sem-abrigo.....   | 7  |
| 1.1. Determinantes na situação de sem-abrigo: pobreza e exclusão social.....   | 7  |
| 1.2. A situação de sem-abrigo: compreender o fenómeno.....   | 11 |
| 1.2.1. Enquadramento estatístico sobre o fenómeno da situação de sem-abrigo:.....                                    | 13 |
| a) Contexto internacional e nacional.....  | 13 |
| b) Contexto regional (Açores).....   | 13 |
| 1.2.2. Políticas sociais e medidas de combate à situação de sem-abrigo: breve enquadramento:.....                    | 14 |
| a) Contexto nacional.....  | 15 |
| b) Contexto regional (Açores).....   | 16 |
| 1.3. A pessoa em situação de sem-abrigo e a sua relação com a sociedade: desafiliação e comportamento desviante..... | 18 |
| 1.4. Abordagem filosófica e sociológica sobre a construção da situação de sem-abrigo....                             | 19 |
| <br>   |    |
| Capítulo 2 – Sem-abrigo no feminino.....   | 26 |
| 2.1. Género, patriarcado e capitalismo: impulsionadores para a vulnerabilidade da mulher?.....                       | 26 |
| 2.2. Desigualdade de género e o impacto da pobreza e exclusão social na mulher.....                                  | 30 |
| 2.3. A situação de sem-abrigo no feminino: determinantes e particularidades comparativamente aos homens.....         | 32 |
| <br>   |    |
| Capítulo 3 - A Teoria do Reconhecimento na perspetiva de Nancy Fraser.....   | 36 |
| 3.1. Reconhecimento e redistribuição: perspetivas de Axel Honneth e Nancy Fraser.....                                | 36 |
| 3.2. A Teoria do Reconhecimento numa perspetiva de género: a abordagem crítica de Nancy Fraser.....                  | 39 |
| <br>   |    |
| Capítulo 4 – Quadro metodológico.....  | 43 |
| 4.1. Objetivos do estudo e questões de investigação.....   | 43 |
| 4.2. Grelha de operacionalização.....  | 44 |
| 4.3. Abordagem metodológica: metodologia qualitativa.....  | 45 |
| 4.4. Técnica de recolha de dados: a entrevista.....  | 47 |
| 4.5. Escolha das participantes.....  | 48 |
| 4.6. Análise e tratamento de dados: a análise de conteúdo.....   | 49 |

|   |    |
|---|----|
| Capítulo 5 – Interpretação e discussão dos resultados.....  | 51 |
| 5.1. Caracterização da amostragem .....   | 51 |
| 5.2. Causas/ fatores de risco para a construção da situação de sem-abrigo na mulher e o impacto da desigualdade de género .....                   | 52 |
| a) Instabilidade familiar.....  | 52 |
| b) Instabilidade na habitação.....  | 53 |
| c) Dependência de substâncias psicoativas e doenças de foro psiquiátrico.....   | 54 |
| d) Violência doméstica .....  | 55 |
| e) Relação com o mundo laboral: precariedade e/ou instabilidade laboral.....  | 57 |
| 5.3 Particularidades e desafios nas suas trajetórias enquanto mulheres em situação de sem-abrigo.....   | 59 |
| 5.4. O impacto da condição de sem-abrigo no âmbito da dimensão interacional e esfera do reconhecimento.....                                       | 62 |
| 5.4.1. Dimensão interacional .....  | 62 |
| a) Redes de suporte, desafiliação e estigma.....  | 63 |
| b) Contexto e dinâmicas familiares.....   | 65 |
| c) Maternidade.....   | 65 |
| d) Confiança no Outro e relações interpessoais no CAT F.....  | 66 |
| 5.4.2. Reconhecimento.....  | 68 |
| a) Perceções do Outro sobre si.....   | 68 |
| b) Necessidades/ambições de práticas comuns a outros membros da sociedade.....  | 70 |
| 5.6. O impacto da desigualdade de género na construção da situação de sem-abrigo na mulher na ilha de São Miguel – concelho de Ponta Delgada..... | 72 |
| Considerações finais.....   | 75 |
| Referências bibliográficas.....   | 77 |
| Anexos.....   | 84 |
| Anexo 1: Guião de entrevista para mulheres em situação de sem-abrigo.....   | 85 |
| Anexo 2: Grelha de sinopses das entrevistas.....  | 86 |

## **Introdução**

A presente dissertação é realizada no âmbito do Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade dos Açores, com orientação da Prof. Dra. Pilar Damião de Medeiros e Prof. Dra. Daniela Almeida de Medeiros de Sousa Soares, e tem como objetivo estudar a realidade das mulheres em situação de sem-abrigo na ilha de São Miguel – concelho de Ponta Delgada, numa perspetiva de género. Focamo-nos num ponto crucial referente às mulheres que é a desigualdade de género. Estudos nesta visão sobre género ainda não é muito estudado. Uma vez que a realidade destas mulheres é frequentemente invisível, revela-se a necessidade de ser uma área estudada e por todas as questões de género a ela associadas. Baptista (2010) revela que a invisibilidade das mulheres em situação de sem-abrigo pode estar relacionada com questões de poder, tendo em conta que vivemos numa sociedade patriarcal e também pelo fato de as mulheres adquirirem as suas próprias estratégias de sobrevivência (Baptista, 2010, p. 170). Deste modo, surge a necessidade de aprofundar este tema também com o objetivo de obter mais respostas sobre este fenómeno.

A dissertação está dividida em cinco capítulos, abordando respetivamente a situação de sem-abrigo, sem-abrigo no feminino, a Teoria do Reconhecimento na perspetiva de Nancy Fraser, teoria que é central nesta dissertação, o quadro metodológico da investigação e a interpretação e discussão dos resultados. Foram consultados autores internacionais, nacionais e regionais (Açores) ao longo de toda a investigação. A metodologia utilizada é a qualitativa, com recurso à entrevista, uma vez que o enfoque são as trajetórias de vida das mulheres em situação de sem-abrigo. O objetivo geral da investigação é estudar as trajetórias de vida para a construção da situação de sem-abrigo na mulher, numa perspetiva de género e os objetivos específicos são: identificar causas/fatores de risco que as colocaram na situação de sem-abrigo e perceber se as mesmas têm por base a desigualdade/repressão de género, compreender que particularidades e desafios encontram nas suas trajetórias enquanto mulheres em situação de sem-abrigo numa perspetiva de género e perceber o impacto da condição de sem-abrigo no âmbito da dimensão interacional e esfera do reconhecimento.

## **Capítulo 1 - A situação de sem-abrigo**

### **1.1. Determinantes na situação de sem-abrigo: pobreza e exclusão social**

Nas sociedades contemporâneas, os fenómenos de pobreza e exclusão social andam a par, muitas vezes sem serem distinguidos um do outro. Isto deve-se pelo facto de as sociedades contemporâneas ocidentais serem sociedades de consumo e de essência profundamente materialista, o que faz com que estes conceitos estejam associados à dificuldade dos indivíduos agirem e acederem ao padrão de um determinado contexto. Neste sentido, e tendo por base as sociedades contemporâneas ocidentais, a pobreza também tem como raízes questões relacionais com indivíduos, estruturas sociais e instituições (Amaro, 2015: 186).

Tal como Amaro (2015), Costa (2015) refere que muitas vezes os conceitos de pobreza, exclusão social e desigualdade misturam-se, sendo um desafio abordá-los individualmente (Costa, 2015, p. 7). A exclusão social tem por base obstáculos em relações, seja em pessoas, grupos, instituições ou sociedade (Costa, 2015, p. 9). Costa (2015) também argumenta que existe uma relação entre pobreza e exclusão, no entanto nem toda a exclusão conduz à pobreza (Costa, 2015, p. 9). Ora, este revela que os obstáculos no combate à pobreza e exclusão poderá surgir da ineficácia de medidas políticas, sendo urgente a discussão destas medidas a nível governamental (Costa, 2015, p. 13).

Num estudo realizado por Diogo et al. (2021) sobre perfis relativamente à pobreza, os autores consideram que a posição perante o trabalho é um fator condicionante na pobreza. Na opinião dos autores, a pobreza em contexto português é peculiar porque os indivíduos partilham do mesmo cenário sociodemográfico, contudo, cada cenário é diferente e contém a sua própria dinâmica consoante cada trajetória e contexto. Neste sentido, não é possível construir literalmente características sobre o que condiciona/provoca, ou como interage um indivíduo que se encontra em situação de pobreza (Diogo et al., 2021, pp. 14-18). De acordo com o estudo efetuado pelos autores foi possível identificar quatro perfis de indivíduos em situação de pobreza, tais como os reformados, os precários, os desempregados e os trabalhadores, onde curiosamente são os trabalhadores que possuem uma maior percentagem perante o panorama de indivíduos com mais de 18 anos, mais precisamente 32,9% (Diogo et al., 2021, p. 19). A relação com o emprego tem grande impacto na situação de pobreza, principalmente pela questão da instabilidade e precariedade, ou tal como os autores referem, quando não se verifica “(...) uma relação laboral clara.” (Diogo et al., 2021, p. 34). Porém, no estudo realizado pelos mesmos foi possível constatar que mesmo que os portugueses

tenham um contrato estável e sem termo por um período longo no tempo, isto não os permite sair da situação de pobreza (Diogo, et al., 2021, p. 35). Amaro (2015) argumenta que a pobreza é um fenómeno de extrema complexidade que deve ser analisado para além do social, não apenas com enfoque na conjuntura, deve ser analisado através da realidade de cada indivíduo e suas relações sociais e não apenas analisar a pobreza do ponto de vista sistémico, uma vez que esta perspetiva mais subjetiva ou “imaterial” como refere a autora tem origem nas vivências de cada indivíduo, questões culturais, estilo de vida e questões relacionais experienciadas pelo indivíduo. (Amaro, 2015, p. 185).

Clavel (2004) mergulha no tema da exclusão social referindo que se trata de um “processo” que nasce no cerne das desigualdades socioeconómicas e culturais e pela precariedade. Neste sentido, a exclusão social emerge aquando de uma relação díspar entre vários grupos e práticas dentro da sociedade, levando os que se encontram numa posição mais vulnerável ao exponente da exclusão, sendo necessário averiguar a sua relação com os seus recursos habitacionais, a sua educação e formação, a sua empregabilidade, acesso a cuidados de saúde, condições de consumo e lazer e inclusive, o seu próprio sistema de relações. Como é possível averiguar, a exclusão vai muito mais além do que apenas fracos recursos: é um conceito multidimensional (Clavel, 2004: 24-25). O autor considera que o acesso ao alojamento tem um papel central na temática da exclusão social. É através do alojamento que o indivíduo consegue adquirir todos os hábitos necessários à vida quotidiana, nomeadamente o acesso a direitos cívicos e condições para procurar emprego, para que deste modo consiga ter uma vida familiar e relacional estável. (Clavel, 2004: 62-63).

Neste sentido, Clavel (2004) coloca algumas categorias mais vulneráveis à exclusão social pelo alojamento, tais como jovens, pessoas sós, pessoas imigradas, famílias numerosas, famílias monoparentais e neste caso, importa destacar as mulheres que são vítimas de violência doméstica, nómadas e pessoas com deficiência física ou mental (Clavel, 2004, pp. 63-64). Para além do alojamento, a questão da precariedade laboral também tem um papel central na temática da exclusão. É através de um emprego estável que é possível adquirir segurança através dos rendimentos que se auferem e as condições que estes rendimentos proporcionam, como “alojamento, alimentação, vestuário, saúde, transportes, educação (...) e segurança”. (Clavel, 2004, p. 67).

Não só a precariedade laboral, o desemprego traz de igual modo consequências devastadoras para o indivíduo. Para além do emprego garantir as condições essenciais de subsistência para o indivíduo e família, o emprego também tem uma conotação de reconhecimento social e de utilidade, componentes essenciais para as relações que o

indivíduo mantém dentro da sociedade. A perda de emprego, deste modo, resulta na “(...) perda de reconhecimento social e de todo e qualquer sentimento de utilidade social (...)”, tal como refere Clavel (2004, p. 73). O desemprego surge assim como um catalisador que corrompe as relações, tanto sociais como familiares, o reconhecimento social e a utilidade que o indivíduo sente para com a sociedade (Clavel, 2004, p.73). Diogo et al. acrescentam ainda que, para além do desemprego, tal como Clavel (2004) afirma, a doença e o divórcio também contribuem para avançar no ciclo da pobreza e ademais, são fatores que têm efeito devastador não só nos indivíduos que são lesados diretamente, mas também aos que são lesados indiretamente (família). Contudo, não se deve reduzir a perspetiva sobre a pobreza apenas pelas dimensões desemprego/divórcio/doença, pois é necessário analisá-la no âmbito das desigualdades sociais e numa perspetiva ampla, tendo em conta o contexto social, político, económico e estrutural da sociedade. Os autores ressaltam a importância da dimensão género, sendo esta um fator que poderá induzir a entraves no contexto laboral, conduzindo assim à feminização da pobreza. (Diogo et al., 2021, pp. 51-54).

Especificamente nos Açores, Diogo (2019) aborda algumas especificidades relativamente ao fenómeno da pobreza, nomeadamente analisar o RSI como uma variável deste fenómeno. O sociólogo faz referência a este arquipélago como a zona portuguesa com um maior número de pessoas que beneficiam do RSI, tal como também é a zona com a taxa de pobreza mais elevada de Portugal. Neste sentido, Diogo procura relacionar RSI e pobreza e por que razão esta é tão evidente nos Açores (Diogo, 2019, p. 81).

Diogo (2019) traz relevância à relação entre desigualdade social e pobreza, sendo que nos Açores isto também se justifica pelas disparidades na partilha de rendimentos e também reforça o papel da poli-insularidade no impacto da pobreza nos Açores. A poli-insularidade reflete-se na insularidade dentro do próprio arquipélago, acabando por também se refletir nos serviços de ação social (Diogo, 2019, pp. 84-87). Importa referir que principalmente em São Miguel, se verifica um aglomerado de pessoas que se encontram na mesma situação, neste caso, em situação de pobreza e que se encontram próximos em contexto de comunidade, pelo que permite uma continuação deste contexto (Diogo, 2019, p. 91)

Posto isto, o autor faz referência a algumas hipóteses explicativas sobre pobreza nos Açores, tal como o efeito que as baixas qualificações e baixos salários têm na pobreza e da permanência de atividades profissionais, tais como “comércio, a agricultura, as pescas e construção civil” (Diogo, 2019, p. 95). Ademais, é importante sublinhar que grande parte destas atividades profissionais estão inseridas no contexto da precariedade laboral e que

tornam alguns indivíduos com as condições necessárias para beneficiarem de RSI. Outro fator importante é a baixa atividade feminina, tendo em conta o número de mulheres domésticas e de que forma o seu trabalho não remunerado não contribui para os rendimentos familiares, tornando novamente estes agregados elegíveis para RSI (Diogo, 2019, pp. 95-96). Sumarizando esta questão da pobreza nos Açores, Diogo (2019) conclui que a poli-insularidade, a precariedade laboral, as questões de género e as habilitações são de facto alguns indicadores explicativos deste fenómeno nos Açores (Diogo, 2019, p. 97).

Clavel (2004) conclui que a precariedade e o desemprego trazem consequências avassaladoras não só nas questões salariais, como também na própria estrutura da sociedade, sendo aqui englobadas questões morais, políticas e culturais, sendo a exclusão um resultado da modernização (Clavel, 2004, p. 85). Aprofunda também o universo da pobreza e exclusão por categorias: precariedade, pobreza e exclusão. Para o autor, o conceito de precariedade relaciona-se com a insegurança e incerteza, colocando os indivíduos numa posição mais vulnerável socialmente e relacionalmente, a pobreza está mais direcionada para a questão económica e recursos e a exclusão é o reflexo exponencial tanto da pobreza como da precariedade, principalmente quando se refletem em várias dimensões da vida do indivíduo. A exclusão manifesta-se concretamente em três aspetos, como: a privação (como por exemplo, emprego, rendimentos, educação, direitos, etc.), relação social simbólica negativa (que pode ser objetiva ou subjetiva), e desafiliação (quebra de laços) (Clavel, 2004, pp. 139-140).

Ferreira et al. (2017) referem que a exclusão é um reflexo de inúmeros fenómenos multidimensionais e que nasce como resultado de uma forma extrema de desigualdade, dificultando deste modo uma participação plena na sociedade (Ferreira et al., 2017, p. 64). A pessoa que se encontra em situação de exclusão vive à parte dos “universos materiais e simbólicos”, o que acaba por gerar rejeição e inutilidade, por ter um forte impacto na sua própria identidade e na quebra de laços (Ferreira et al., 2017, pp. 65-66). A pobreza e a exclusão para Ferreira et al. (2017), são duas questões que se impulsionam e se condicionam uma à outra, sendo a pobreza a forma mais proeminente da exclusão social (Ferreira et al., 2017, p. 66) Existem várias dimensões de pobreza. Na perspetiva sociodemográfica de pobreza para os autores supramencionados esta é resultado de fracos recursos económicos e na dificuldade de acesso a condições dignas de subsistência e de vida. A pobreza, apesar de ser um aspeto intrinsecamente ligado à exclusão social, a exclusão refere-se também à incapacidade de acesso a recursos não materiais, como por exemplo “recursos sociais, políticos, culturais e psicológicos (...)” (Ferreira et al., 2007, pp. 68-69). Relativamente à

exclusão social, esta surge de um culminar de vários “handicaps” que podem surgir devido à precariedade laboral, fracos recursos económicos, fracas condições de habitação entre outros (Ferreira et al., 2017, pp. 70-71).

## **1.2. A situação de sem-abrigo: compreender o fenómeno**

A situação de sem-abrigo manifesta-se aquando de uma situação extrema de pobreza e exclusão social. Desta forma, a pessoa que encara esta situação não obtém recursos e o suporte da comunidade necessários para adquirir um alojamento adequado. Tendo em conta estes dois fatores, existe uma rutura com o mercado de trabalho, habitação, família, redes de suporte e recursos materiais (Bento & Barreto, 2002, pp. 26-27).

Existe uma panóplia de fatores que poderão conduzir os indivíduos a esta situação, tal como também pode afetar diversas faixas etárias e pode variar entre períodos de curta ou longa duração. No entanto, é possível identificar padrões comuns entre indivíduos em situação de sem-abrigo, como por exemplo questões de trauma, falta de recursos e económicos, fraca relação social e familiar e consumo de substâncias psicoativas. Para além disto, ressalva-se o impacto que a violência doméstica poderá ter, tal como depressão e doença mental dentro da população em situação de sem-abrigo (Brasoveanu, 2021, pp. 297-299), ou seja, este fenómeno pode ter raízes estruturais e individuais, tal como afirmam Bento e Barreto (2002, pp. 32-33). Contudo, na perspetiva de Nobre, anteriormente, os estudos sobre o fenómeno da situação de sem-abrigo eram redutores, apenas focados em características do indivíduo como por exemplo, dificuldades na inserção no mercado de trabalho, dependência aditiva ou doenças físicas ou mentais, ou pelas características estruturais, de cariz político e cultural, que muitas vezes condicionam estes indivíduos a situações de desigualdade. No entanto, após vários estudos, a autora conclui que há uma panóplia de situações que podem colocar os indivíduos com maior predisposição para a situação de sem-abrigo (Nobre, 2020, p. 335). Especificamente nos Açores, através de um estudo efetuado por Fernandes et al. (2022), foram verificadas algumas causas mais comuns na construção da situação de sem-abrigo, como dependência de substâncias, fraco suporte familiar, desemprego/precariedade laboral, distúrbios psiquiátricos, fracos recursos financeiros, problemas de saúde, fracas condições financeiras induzidas por processos de divórcio e separação, despejo/desalojamento, violência doméstica, entre outros tipos de causas diversas (Fernandes et al., 2022, p. 80).

Para uma melhor compreensão deste fenómeno, que é multifatorial, e para uma maior visibilidade das múltiplas dimensões de situação de sem-abrigo, a organização FEANTSA

criou o modelo ETHOS (European Typology of Homelessness and Housing Exclusion), onde é possível perceber através deste modelo as várias dimensões da situação de sem-abrigo, sendo elas a situação de sem-abrigo (pessoas que vivem na rua e em alojamento de emergência), as pessoas sem alojamento (pessoas em lares de alojamento para homens, mulheres e imigrantes ou pessoas que saíram de instituições e que necessitam de acompanhamento em alojamento), a habitação precária (pessoas em habitação precária, na iminência de despejo e pessoas vítimas de violência doméstica) e por fim, a habitação inadequada (pessoas que vivem em estabelecimentos que não se enquadram nas normas sociais, pessoas com alojamento inapropriado e pessoas que vivem em contexto de sobrepopulação) ( FEANTSA, 2022).

Em Portugal, são utilizadas apenas duas categorias definidas pelo programa ENIPSSA (Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em situação de Sem Abrigo), sendo estas as pessoas “sem teto” e “sem casa”, não estando incluídas pessoas que se encontrem em alojamentos como forma de resposta a outras problemáticas (ENIPSSA 2017-2023, apud Provedor de Justiça, 2021, p. 20). Considerando que Portugal apenas engloba duas dimensões, podemos inferir que pode influenciar a invisibilidade da realidade de outros indivíduos que possam estar nesta situação como também a invisibilidade das mulheres neste fenómeno.

Aldeia (2012), em contrapartida, argumenta que não é possível conceber uma definição exata sobre indivíduos em situação de sem-abrigo pois não se trata de um fenómeno isolado, mas sim de um “continuum de precariedade, em grande medida habitacional”, sendo que o autor também nos mostra o impacto que as próprias metodologias de investigação têm na construção da definição de sem-abrigo e inclusive nas próprias medidas que são criadas pelos Governos, descurando muitas vezes a importância da compreensão e solução deste fenómeno, desvalorizando a experiência de rua de cada indivíduo nesta situação e todas as formas de escassez e desrespeito que experiencia (Aldeia, 2012, p. 136). Tendo em conta que existe uma tendência para quantificar e categorizar estes indivíduos, o que pode conduzir a uma homogeneização do fenómeno que não corresponde à realidade, este fenómeno é cada vez mais uma realidade heterogénea, onde cada indivíduo é diferente dentro deste cenário, considerando todas tendo as suas trajetórias e experiências. De acordo com o autor, esta homogeneização do fenómeno poderá levar à construção de medidas que poderão ser dúbias na sua eficácia, inclusive, numa perspectiva de investigação académica e científica, há que olhar para este fenómeno tendo em conta a sua

heterogeneidade, particularidades e trajetórias de cada indivíduo, dando ênfase à perspectiva dos mesmos sobre a sua condição (Aldeia, 2012, p. 140).

### **1.2.1 Enquadramento estatístico sobre o fenómeno da situação de sem abrigo:**

#### **a) Contexto internacional e nacional**

A nível internacional, a Islândia é considerada o país que mais regista um aumento exponencial de pessoas em situação de sem-abrigo, entre 2009 e 2017 registou um aumento de 168%. De seguida, numa subida mais moderada, encontra-se a Letónia que entre 2010 e 2017 regista um aumento de 60%, entre 2018 e 2019, os Países Baixos aumentam 27% e Portugal regista um aumento de 18% entre 2018 e 2019. Nos países onde a subida foi ligeira, encontra-se a Austrália (5% entre 2011 e 2016), o Chile (4% entre 2011 e 2019) e Nova Zelândia (2% entre 2013 e 2018) (OECD, 2021, p.3). A nível mundial, nos últimos dez anos, verifica-se um crescente número de pessoas em situação de sem-abrigo, sendo os jovens os mais afetados por se encontrarem “sem teto” (Relatório do Secretário-Geral do Conselho Económico e Social das Nações Unidas sobre Habitação Acessível e Sistemas de Proteção Social para todos os Sem-Abrigo (E/CN.5/2020/3), 27 novembro 2019, citado por Provedor da Justiça, 2021, p. 10).

Em Portugal, entre 2018 e 2019, o número de pessoas em situação de sem-abrigo aumentou. Na categoria “sem casa”, em dezembro de 2018 o número era de 3616 pessoas e em 2019 de 4340. Na categoria “sem teto” em dezembro de 2018 era de 2428 pessoas e em 2019 no mesmo mês era de 2767 pessoas, sendo Lisboa a cidade com maior número de pessoas nesta situação em ambas as categorias. Na cidade de Lisboa em 2015, a percentagem para pessoas a dormir na rua era de 52.7% e a dormir em centros de acolhimento de emergência era de 47.3%. Em 2018 a percentagem de pessoas que dormiam na rua encontrava-se nos 15,5% e em centros de acolhimento de emergência era de 84,5%. Há um aumento exponencial para pessoas “sem casa” entre 2015 e 2018 (GIMAE 2017-2018, apud Provedor de Justiça, 2021, pp. 24-26).

#### **b) Contexto regional (Açores)**

Através do relatório “À Margem – A Condição de Sem Abrigo nos Açores” (2022) foi possível conhecer em maior profundidade esta realidade em contexto açoriano, através da introdução de um inquérito também utilizado pela ENIPSSA 2017-2023, com o apoio de entidades e profissionais que atuam dentro deste fenómeno (Fernandes et al., 2022, p. 41). Através deste inquérito foi possível averiguar que a 31 de dezembro de 2020 constavam nos

Açores 493 pessoas em situação de sem-abrigo, sendo 78.7% em condição “sem-casa” e 21.3% em condição “sem-teto”. Dentro deste panorama, é a ilha de São Miguel que abrange uma maior percentagem, contendo 75,7%, a ilha Terceira com 13,4%, Faial com 4,3% e menos de 1% distribuídos pelas ilhas Santa Maria e São Jorge (Fernandes et al., 2022, p. 41).

O foco foi o concelho de Ponta Delgada (ilha de São Miguel), visto ser a localidade com maior número de pessoas nesta situação, com cerca de 344 pessoas a 31 de dezembro de 2020. Importa referir que até a esta data, Ponta Delgada é o quinto concelho do país com maior número de pessoas em situação de sem-abrigo (Fernandes et al., 2022, pp. 71-72). Os autores verificaram que 82% das pessoas em situação de sem-abrigo são do sexo masculino e 17% do sexo feminino, onde especificamente na condição “sem teto” 84% corresponde ao sexo masculino, 15% para o sexo feminino, e na condição “sem casa” 82% para sexo masculino e 18% corresponde ao sexo feminino. Concretamente no concelho de Ponta Delgada, encontravam-se em situação “sem teto” 84% para sexo masculino, 16% para sexo feminino, para condição “sem-casa” 82% sexo masculino e 18% sexo feminino e de forma geral, em situação de sem-abrigo neste concelho, 82% para sexo masculino e 18% para sexo feminino. Importa sublinhar que até 31 de dezembro de 2020, o número de mulheres em Ponta Delgada em condição “sem teto” era de 12 mulheres, “sem casa” 50 mulheres, perfazendo deste modo um total de 62 mulheres em situação de sem-abrigo no concelho de Ponta Delgada até à data referida (Fernandes et al., 2022, pp. 73-74, anexo 6).

### **1.2.2. Políticas sociais e medidas de combate à situação de sem-abrigo: breve enquadramento**

Laurisz (2021) refere que as políticas sociais têm como foco a resolução de problemas específicos no seio da sociedade e têm uma dimensão muito ampla, abrangendo questões como saúde, segurança social, habitação, pobreza e exclusão social, entre outros. As políticas sociais também têm como princípios a solidariedade social, bem comum da comunidade, subsidiariedade e a atuação de diversos atores e entidades públicas e sociais (Laurisz, 2021, pp. 107-108). O fenómeno da situação de sem-abrigo, fenómeno que surge da pobreza e exclusão social extrema, tem suscitado debate entre diversos atores, tanto nacionais como internacionais, que têm como foco a inserção destes indivíduos, tanto a nível social, como profissional e comunitário (Provedor de Justiça, 2022, p. 54).

Busch-Geertsema et al. (2010) elaboraram algumas abordagens que poderão facilitar a saída da situação de sem-abrigo, como por exemplo, assegurar o acesso de forma equitativa

ao mercado habitacional e apoio social à habitação, assegurar medidas através do estado social que evitem situações esporádicas ou de longo prazo deste fenómeno, trabalhar no combate à exclusão social e económica, como também fornecer suporte direto às pessoas em situação de sem-abrigo, tendo em conta as suas necessidades específicas e adaptando desta forma os serviços para as suas realidades (Busch-Geertsema et al., 2010, pp. 77-78).

A OCDE (2020) refere igualmente algumas medidas para combater a situação de sem-abrigo, como por exemplo, uma recolha mais aprofundada e mais frequente sobre população em situação de sem-abrigo com o intuito de obter uma maior compreensão sobre o fenómeno, trabalhar em estratégias de prevenção, no desenvolvimento de estratégias locais e avaliar as intervenções no âmbito deste fenómeno para uma análise mais aprofundada sobre as medidas mais eficazes (OCDE, 2020, p. 9)

#### **a) Contexto nacional**

No combate ao fenómeno de pobreza e exclusão social, e claramente ao fenómeno de sem-abrigo, o Governo, com a parceria de instituições e de atores, atuam diretamente sobre este fenómeno na implementação de políticas sociais e medidas estrategicamente concebidas. Neste sentido, é fundamental abordar os programas de governo que estão em vigor neste momento em Portugal, tanto em contexto nacional como em contexto regional, especificamente nos Açores. A 25 de julho de 2017, a Resolução do Conselho de Ministros legitimou a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023. Esta estratégia tem como objetivo reunir várias entidades e inclusive a própria sociedade, com o apoio de vários intervenientes com o intuito de elaborar medidas para prevenir e atuar sobre a situação de sem-abrigo (Resolução do Conselho de Ministros n°2/2020, p. 3).

Neste sentido, a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 (ENIPSSA 2017-2023) tem como visão a reunião de várias estratégias multidimensionais que atuem na prevenção e intervenção focadas nas pessoas em situação de sem-abrigo, com o intuito de evitar que as pessoas nesta situação se mantenham na rua. A ENIPSSA 2017-2023 guia-se por uma perspetiva focada nos direitos humanos, dignidade humana, igualdade de género, no constante estudo sobre o fenómeno da condição de sem-abrigo com o objetivo de construir melhores estratégias e medidas de prevenção e intervenção com a interferência de entidades e na sensibilização da comunidade. A ENIPSSA 2017-2023 também se foca na promoção da inserção social da pessoa em

condição de sem-abrigo, dando-as ferramentas para este propósito (Resolução do Conselho de Ministros nº2/2020, p. 4).

Posto isto, a ENIPSSA 2017-2023 tem como modelo de intervenção o foco na pessoa de forma integral, tendo em conta a sua própria realidade, percurso de vida e na construção de um projeto de vida para cada pessoa em condição de sem-abrigo, com vista à autonomização e inserção social (Resolução do Conselho de Ministros nº2/2020, p. 5). Os objetivos desta Estratégia são a promoção da qualidade das medidas que atuam neste fenómeno e promover medidas que certificam que as pessoas tenham condições habitacionais, permitir as condições necessárias para uma transição adequada a partir de um alojamento temporário, capacitar as pessoas em situação de sem-abrigo para a autonomia, educação, formação e inserção profissional, garantir que têm as condições necessárias para aceder a cuidados de saúde e proteção social e por fim, garantir a integração de migrantes (Resolução do Conselho de Ministros nº2/2020, p. 9). Para colocar estas medidas em ação foram criados dois modelos com o intuito de prevenir e combater situações de pobreza e exclusão social, nomeadamente a situação de sem-abrigo, sendo os modelos Housing First e o Apartamento Partilhado, ao abrigo da ENIPSSA 2017-2023 (Portaria n.º 151/ 2021, p. 13). O modelo Housing First proporciona à pessoa em situação de sem-abrigo as condições necessárias para que tenham acesso a uma habitação adequada e individual, através de apoios sociais, apoio técnico especializado e com o apoio de entidades inseridas na comunidade, de forma a conduzi-las à inserção social e autonomia, sendo permitida até duas pessoas por habitação consoante a avaliação de cada situação específica. O modelo Apartamento Partilhado também conta com os mesmos objetivos para as pessoas em situação de sem-abrigo, mas contrariamente ao Housing First, este modelo engloba desde duas pessoas até cinco pessoas no mesmo espaço, onde neste mesmo espaço deverá constar todas as condições dignas habitacionais (Portaria n.º 151/ 2021: 14).

#### **b) Contexto regional (Açores)**

Relativamente aos Açores, esta região rege-se atualmente pela Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, que tem com foco a diminuição da pobreza nos Açores, reunindo múltiplas dimensões no combate a este fenómeno como o Emprego, Economia, Solidariedade Social, Educação e Saúde e reunindo também outros intervenientes presentes na sociedade para uma melhor eficácia deste combate à pobreza na região (Resolução do Conselho do Governo n.º 72/2018, p. 1). A Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028 promove a intervenção de vários agentes

e inclusive dos cidadãos no combate ao fenómeno da pobreza na região açoriana. É um fenómeno complexo e que requer a atuação de várias áreas. É também objetivo desta estratégia a consciencialização da sociedade relativamente a este fenómeno (Resolução do Conselho do Governo n.º 72/2018, p. 9). O fenómeno da situação de sem-abrigo nos Açores continua bastante presente na região, sendo um fenómeno que tem merecido a atenção de entidades tanto públicas como privadas. Posto isto, esta Estratégia conta como intervenientes diretos as autarquias locais, administração pública regional e o Instituto da Segurança Social dos Açores, funcionando deste modo em parceria para prevenir e combater a situação de sem-abrigo (Provedor de Justiça, 2021, pp. 49-50).

Fernandes et al. (2022) apelam para a importância das políticas sociais para colmatar este problema social, tais como políticas de saúde, emprego, habitação, e outras que podem ser relevantes nesta problemáticas, sendo visível para os autores a crescente dedicação dos atores e entidades políticas para o estímulo de políticas sociais que têm como intuito intervir neste fenómeno (Fernandes, 2022, p. 53).

Em contexto açoriano constata-se um aumento de beneficiários de SPE (Subsídio de Precariedade Económica) entre 2017 e 2020, refletindo deste modo um aumento nas despesas de ação social. O SPE proporciona apoios em diversas frentes, como por exemplo, fornecer apoio no âmbito da carência social garantindo necessidades básicas essenciais como água, luz, água, outros equipamentos imprescindíveis para habitações e para saúde, apoio à renda ou prestações bancárias, apoio em despesas nas comunidades terapêuticas, apoio económico em acolhimento familiar (abrange crianças, jovens e idosos), apoio na compra de medicação, entre outros. Apesar deste aumento entre 2017 e 2020 de beneficiários de SPE, o número de beneficiários de RSI diminuiu (Vice-Presidência do Governo Regional, 2020, pp. 35-51).

O ISSA disponibiliza vários apoios e medidas para pessoas em situação de sem-abrigo como a equipa de rua, que tem como objetivo trabalhar multidisciplinarmente para uma maior qualidade de vida destas pessoas, o atelier ocupacional que visa trabalhar as competências sociais, centros de lazer, o centro de apoio à vida, que neste caso é mais direcionado para mulheres grávidas ou com crianças recém nascidas e em risco, a comunidade de inserção, que visa trabalhar para a inserção social, o centro de acolhimento temporário e a ajuda alimentar, através do apoio de entidades que têm como objetivo diminuir a carência alimentar (Vice-Presidência do Governo Regional, 2020, pp. 72-73).

A situação de sem-abrigo poderá também estar relacionada com o consumo de substâncias psicoativas e violência doméstica. Neste sentido, o ISSA assegura à comunidade

equipas de intervenção direta, apartamento de reinserção social direcionados para pessoas com consumos de substâncias psicoativas, e para vítimas de violência doméstica o ISSA disponibiliza centros de atendimento e casas abrigo (Vice-Presidência do Governo Regional, 2020, p. 74).

### **1.3. A pessoa em situação de sem-abrigo e a sua relação com a sociedade: desafiliação e comportamento desviante**

Quando falamos em indivíduos em situação de sem-abrigo falamos também de indivíduos onde a ligação/relação com a sociedade está fragilizada. Quando esta relação com os indivíduos, estruturas sociais, instituições, com a sociedade em geral é quebrada, o indivíduo encontra-se desligado e em situação de pobreza, sendo que esta perceção de pobreza vai muito mais além do que pobreza material. A pobreza aqui referida trata-se de uma quebra com a sociedade, ou seja, trata-se de desafiliação, onde surge do culminar de vários episódios em simultâneo, como a precariedade laboral, fracas relações sociais, obstáculos ao acesso ao mercado laboral, conduzindo deste modo ao isolamento social (Amaro, 2015, pp. 186-187). Para a autora, a desafiliação é uma característica comum de realidades e contextos de profundo materialismo, individualismo e desemprego. A desafiliação surge também a partir de três dimensões referidas pela autora, como por exemplo no desequilíbrio do mercado laboral, no foco das políticas sociais, sendo que as mesmas estão mais focadas numa perspetiva individual e conseqüentemente no aumento do individualismo (Amaro, 2015, pp. 189-190). Fontes (2012) vai ao encontro de Amaro (2015), quando afirma que a desafiliação pode ser definida como uma quebra de relações com outras pessoas, sendo que estas pessoas não se encontram inseridas dentro de um sistema, dificultando-lhes deste modo o acesso à habitação e ao mercado laboral, pelo que a sociedade acaba por estigmatizá-las (Fontes, 2012, pp. 203-205).

A estigmatização é um reflexo do que a sociedade perceciona sobre os indivíduos em situação de sem-abrigo. Aldeia (2014) reflete sobre esta questão, considerando que a sociedade vê os indivíduos em situação de sem-abrigo como indivíduos diferentes dos restantes por não possuírem habitação, por serem considerados pela sociedade como marginais não conduzidos por moralidade, e pelos seus percursos de adição e doença mental. Importa referir que estes preconceitos surgem da generalização que a sociedade faz respetivamente à população em situação de sem-abrigo (Aldeia, 2014, pp. 7-10). Para além disto, o autor argumenta que o fenómeno da situação de sem-abrigo tem raízes estruturais e individuais, tal como o fenómeno da pobreza (Aldeia, 2014, p. 11). Estas perceções e

preconceitos sobre os indivíduos em situação de sem-abrigo acabam por condicionar a eficácia das medidas políticas e da própria visão dos cidadãos sobre estes indivíduos (Aldeia, 2014, p. 12)

Considera-se importante referir neste contexto de relação com a sociedade o conceito de desvio ou de indivíduo considerado desviante. Goffman [1963] (2022) aborda-o num sentido de que qualquer indivíduo que fuja às normas e valores considerados corretos ou espectáveis numa sociedade é considerado um indivíduo desviante ou que esteja a cometer um desvio, no entanto, estes desvios podem variar consoante uma série de fatores, contextos e motivos. Posto isto, estes indivíduos são considerados socialmente desviantes. Seguindo esta lógica de pensamento, as pessoas em situação sem-abrigo por se encontrarem numa situação extrema de exclusão e pobreza, também estão inseridas no contexto de desvio (Goffman, [1963] 2022, pp. 141-144). Deste modo, os indivíduos considerados desviantes são certamente estigmatizados pela sociedade. Goffman [1963] (2022) reforça até que a diferença entre os estigmatizados e os não estigmatizados depende apenas da perspetiva da sociedade (Goffman [1963] 2022, p. 138).

#### **1.4. Abordagem filosófica e sociológica sobre a construção da situação de sem-abrigo**

Com o intuito de iniciarmos este subtema refletindo sobre uma abordagem filosófica e sociológica sobre a construção da situação de sem-abrigo, considerou-se pertinente tomar de empréstimo alguns conceitos de Foucault [1975] (2022), principalmente a partir do seu contributo teórico no curso de 1975 intitulado de “Os Anormais” O autor faz referência às práticas médico-legais efetuadas no período XVII a XIX, na época bastante frequente, com o objetivo de controlar a anormalidade existente. Esta anormalidade que aqui se refere, na perspetiva da sociedade, passou a tentar ser controlada não só pela dimensão legal/jurídica e médica, mas também pela “normalização”. Esta normalização, em conjunto com as dimensões legais/jurídicas e médicas, têm como intuito controlar a anormalidade (Foucault, [1975] 2022, pp. 49-50). Posto isto, Foucault [1975] (2022), ao fazer referência à exclusão de pessoas com lepra na Idade Média, faz também referência com base na sua atualidade (década de 70). Retrata a exclusão, alienação e não-reconhecimento como formas de poder sobre pessoas com doenças de foro psiquiátrico, incluindo aqui também o crime, crianças, pessoas com fracos recursos económicos, pessoas com comportamento desviante e inclusive, indivíduos considerados como mendigos ou vagabundos. É neste sentido que o autor introduz o termo “anormais”, referindo-se aos indivíduos que são marginalizados pela sociedade, como por exemplo, indivíduos que têm um comportamento divergente perante a

sociedade ou que se encontram num estado de maior vulnerabilidade. É através desta “vulnerabilidade” ou “comportamento divergente” que a sociedade se assume como responsável e de direito por exercer poder sobre estes mesmos indivíduos (Foucault, [1975] 2022, pp. 51-52). Através desta contextualização histórica elaborada por Foucault [1975] (2022) percebemos que os indivíduos considerados “anormais” permanecem numa categoria construída pelo autor como “indivíduo a corrigir”, sendo que estes indivíduos necessitariam de correção, domesticação comportamental, e inclusive, imposição de normas, (Foucault, [1975] 2022, pp. 312-313). Barreto e Bento (2002) também nos transportam para uma explanação da situação de sem-abrigo num contexto histórico, tal como nos refere Foucault [1975] (2022), quando nos remetem para a vagabundagem e mendicância atribuídas a pessoas em situação de exclusão social extrema, bem como outras denominações como por exemplo “mendigo”, “vagabundo”, “vadio”, “criminoso”, “desviado”, entre outros (Barreto & Bento, 2002, pp. 36-54). Goffman [1963] (2022) também nos traz este paradigma de normal e anormal, mas dentro do contexto de estigma, pelo que será possível verificar adiante neste ponto.

Apesar desta contextualização reportando-nos para o período entre XVII a XIX, na sociedade de hoje ainda persiste esta estigmatização por parte da sociedade relativamente a pessoas com fracos recursos económicos, comportamentos fora do padrão, e consequentemente, pessoas em situação de sem-abrigo. Após este enquadramento sobre o conceito de “anormais” de Foucault [1975] (2022), considera-se imprescindível abordar a reflexão crítica que Aldeia (2016) efetua sobre a “anormalidade” e “anormatividade”. Aldeia (2016) expõe que, de forma maioritária, entidades e seus respetivos profissionais de áreas que tenham como público-alvo pessoas em situação de sem-abrigo tendem a concebê-los como indivíduos patológicos, anormais e anormativos, descurando novamente a responsabilidade do sistema estrutural para a construção da situação de sem-abrigo. Na perspetiva do mesmo persiste a noção de que as pessoas em situação de sem-abrigo não têm determinadas aptidões de caráter reflexivo e de atividade na vida quotidiana, sendo claramente percecionados como seres com “desvios biológico-psíquicos” (tendo em conta por exemplo, consumo de substâncias psicoativas, doenças do foro psiquiátrico, ou incapacidade para o trabalho), onde a intervenção passa maioritariamente por uma abordagem repressiva com o objetivo de normalizá-los, e tal como supramencionado, há uma anulação da responsabilidade do sistema estrutural, onde as pessoas em situação de sem-abrigo carregam sozinhas o peso da sua experiência, como se apenas elas fossem as responsáveis pela sua situação (Aldeia, 2016, pp. 218-221). As pessoas em situação de sem-

abrigo “são seres humanos que experienciam na pele a enorme violência societal em que existem (...)” (Aldeia, 2019, p. 315).

Quando se aborda criticamente o fenómeno da situação de sem-abrigo é essencial referir o peso do estigma nos indivíduos que se encontram nesta situação. Para uma melhor compreensão deste conceito, recorre-se ao conceito de estigma na perspectiva de Erving Goffman [1963] (2022). Contextualizando historicamente, este conceito surge com a civilização grega e posteriormente ganha novas conotações a partir do cristianismo, onde o estigma acolhia não só algo como moralmente e fisicamente mau, como também algo relacionado com indivíduos que não deviam de partilhar o mesmo espaço comunitário (criminosos/ traidores, indivíduos com mazelas corporais, entre outros). O conceito de estigma evolui concomitantemente com a sociedade, ou seja, com as categorizações construídas no seio da mesma. Esta categorização conduz à criação de uma identidade social (Goffman, [1963] 2022, pp. 1-2)

Goffman [1963] (2022) propõe diversas formas de abordar o estigma. O autor avança com a questão corporal e com a questão mental/psíquica, como pessoas portadoras de algum tipo de deficiência física ou outro tipo de comorbidade, ou pessoas portadoras de doenças do foro mental, adição, orientação sexual e inclusive questões ideológicas e políticas. De seguida, temos a questão racial, religiosa e patriotismo. Goffman [1963] (2022) neste ponto reforça que o estigma pode perdurar por gerações no seio familiar. Posto isto, um indivíduo que seja estigmatizado contém particularidades negativamente diferentes dos restantes indivíduos a quem Goffman [1963] (2022) nomeia de “normais” e que certamente, os “normais” consideram estes indivíduos estigmatizados como “not quite human” (Goffman, [1963] 2022, p. 4). O autor sublinha que, pelo facto da sociedade não os considerar totalmente humanos e normais isto conduz a atitudes de discriminação para com eles e uma postura de superioridade. Um ponto de extrema importância para Goffman [1963] (2022) é o facto de as pessoas que são estigmatizadas interiorizarem este estigma de tal forma que acreditam que a perceção que a sociedade tem deles próprios é a sua própria identidade. Contudo, os indivíduos estigmatizados mesmo com esta perceção de si próprios, podem ter a consciência que também são “normais” (esta questão pode variar consoante uma panóplia de categorias tais como idade, sexo, situação profissional de outras pessoas com que possam conviver/estar presentes). É importante também frisar o peso que a vergonha exerce nos indivíduos estigmatizados e como isto pode levar a inúmeras perceções negativas e distorcidas sobre si próprios, sendo que todas estas perceções alteradas/confusas ou até mesmo dissonantes sobre a sua identidade têm de facto um impacto negativo na sua própria

identidade social, tornando-o deste modo um indivíduo desafiado da sociedade e de si próprio (Goffman [1963] 2022, pp. 4-19).

Este “tipo” de indivíduos categorizados por Foucault [1975] (2022) e por Goffman [1963] (2022) são estudados por Bauman (2004) numa perspectiva diferente e mais atual: indivíduos que estão inseridos na era da individualização, globalização, consumo, do excesso/ da redundância, como aborda o autor (Bauman, 2004, p. 11). O termo “redundante/redundância” remete-nos para algo que é desnecessário, não desejado, que é “lixo” (Bauman, 2004, p.12). Indivíduos que são percebidos desta forma pela sociedade são dispendiosos, como refere o sociólogo. São dispendiosos porque são indivíduos que necessitam de recursos económicos e sociais para efeitos de sobrevivência, como também são indivíduos com fraca autoestima, resultando assim numa falta de sentido de vida (Bauman, 2004, pp. 12-13). Por serem considerados “lixo” numa sociedade de consumo, são indivíduos que não contribuem para a produção, não geram lucro. Pelo contrário, são indivíduos que do ponto de vista da sociedade, apenas contribuem para o aumento de gastos (Bauman, 2004, p. 39). Na análise de Bauman (2004), o Estado Social terá sido criado com o intuito de proteger os cidadãos de infortúnios, evitando que estes possam ser atingidos pela exclusão ou que estes estejam inseridos na categoria de “lixo humano”. Contudo, este ideal de Estado Social não se manifesta na sociedade atual. Não se manifesta porque a sociedade atual está imbuída na incerteza. Esta “incerteza”, como refere o autor, advém principalmente da insegurança e instabilidade do mercado e emprego. Em vez de o Estado Social funcionar para proteger os cidadãos destas incertezas e inseguranças, atualmente é cada vez mais dada esta responsabilidade aos próprios cidadãos, cujos problemas/desafios que têm de ultrapassar são gerados no seio da sociedade (Bauman, 2004, pp. 89-90).

Com o objetivo de refletir criticamente sobre o fenómeno da situação de sem-abrigo que ainda perpetua na sociedade contemporânea, é importante entender de que forma a sociedade gere este fenómeno e lida com estas pessoas. O conceito de “anormais” por Foucault [1975] (2022), de “estigma” por Goffman [1963] (2022) e inclusive o conceito de “lixo humano” referido por Bauman [2013] (2016), trouxe-nos uma contextualização mais objetiva sobre o fenómeno e como estes indivíduos são observados pela sociedade. Contudo, há uma dimensão de enfoque filosófico que é importante referir, que é a questão do “medo, indiferença e perda de sensibilidade”, três aspetos debatidos entre Bauman e Donskis [2013] (2016). Na atualidade, uma época marcada pela indiferença, há uma tentativa esgotante da sociedade em mostrar-se presente através da tecnologia, contribuindo para uma sensibilidade superficial e uma banalização dos infortúnios vividos pelas outras pessoas. No entanto, é

uma sociedade imbuída de medo. O medo é de facto uma característica da sociedade contemporânea, porém, já se torna praticamente natural senti-lo. Para além do medo, vivenciamos uma época que é marcante em termos de incerteza, insegurança e vulnerabilidade (Donskis [2013] 2016, pp. 121-123). Bauman [2013] (2016) vai de encontro à visão de Donskis [2013] (2016), acrescentando que o medo e a época moderna vivem lado a lado e há alguns fatores justificáveis para a sociedade sentir medo, tal como a ignorância, vulnerabilidade/infortúnios, a impotência e a humilhação, onde o próprio autor comenta que “o medo veio para ficar” (Bauman [2013] 2016, p. 124).

Bauman (2006), com o seu conceito de “medo líquido” pretende reforçar o quão o medo está relacionado com a incerteza e a insegurança e o impacto que infere na nossa sociedade e individualidade. O autor faz uma passagem pertinente relativamente ao medo, no sentido que esta sensação faz-nos sentir mais vulneráveis ao perigo e que de facto está relacionado com a vulnerabilidade em si (Bauman, 2006, pp. 2-3). Considera-se pertinente uma vez que as pessoas em situação de sem-abrigo experienciam-nas com mais intensidade, reforçando aqui o impacto que o medo, perigo e vulnerabilidade têm na mulher e na sua experiência enquanto mulher em situação de sem-abrigo. Bauman (2006) considera que o perigo pode ameaçar a posição de cada um na sociedade, conduzindo muitas vezes as pessoas à situação de exclusão (Bauman, 2006, p. 4). Bauman (2006), no âmbito do seu conceito de medo líquido, sublinha que atualmente vivemos numa sociedade cada vez mais individualizada, sendo esta cada vez mais enfraquecida em termos de solidariedade e de laços sociais. Esta sociedade que nos empurra para uma celebração da individualidade faz com que cada vez mais os indivíduos tenham como objetivos realçarem-se dos restantes indivíduos, destacando-se dos invisíveis (Bauman, 2006, pp. 21-34). De encontro a esta abordagem, surge a partir daí a “imortalidade despersonalizada”, onde nesta categoria estão incluídos os indivíduos que pouco conseguirão alcançar na vida, pelo olhar da sociedade, tornando-os não reconhecidos (Bauman, 2006, p. 36). Na sociedade líquida moderna, entende-se por felicidade o que não é inconveniente, sendo que a inconveniência pode difundir-se por termos como “incómodo”, “vergonhoso”, “não integrado”, sendo possível encontrar inúmeros indivíduos que poderão encaixar-se nestas categorizações, conduzindo-os à exclusão e à percepção que estão mortos metaforicamente (Bauman, 2006, pp. 48-49). Os indivíduos excluídos, nomeadamente os que estão em situação de sem-abrigo, são encarados como indivíduos que contribuem para o caos, que vão contra a normalidade e com o que é correto, tendo em conta a modernidade líquida que nos envolve. O individualismo, o enfraquecimento dos laços entre nós, e inclusive a globalização contribui para a

perpetuação do enfraquecimento da solidariedade na sociedade (Bauman, 2006, pp. 145-146). Boaventura de Sousa Santos (2020) analisa estas questões a partir do impacto da pandemia Covid-19. O fenómeno da pandemia trouxe à superfície o quão vivemos numa sociedade capitalista que incentiva o individualismo, colocando deste modo a solidariedade cada vez mais enfraquecida, onde o capitalismo, tal como o patriarcado reforçam ainda mais a quebra de laços entre seres humanos, tornando-os até como seres “mercantis” e também torna-os como seres que não conseguem alcançar dignidade e vida plena (Santos, 2020, pp. 142-146).

Atualmente, existe uma tendência de figuras políticas atribuírem a responsabilidade da mudança e qualidade de vida dos indivíduos a eles próprios, onde a noção de Estado Social acaba por perder a força que tinha anteriormente (Estado Social como protetor social), deste modo, descoram a importância da origem da incerteza, que de acordo com Bauman [2013] (2016) provém da instabilidade laboral e do mercado, precariedade, e inclusive, uma perda das relações humanas. Estes fatores, esta individualização, provocam nos indivíduos uma sensação de inferioridade por não conseguirem atingir o que é espetável da sociedade, tendo deste modo grande impacto negativo na autoestima e dignidade do indivíduo (Bauman, [2013] 2016, pp. 127-128). O autor reforça que o mercado (quem o gere e para seu próprio benefício) alimenta a insegurança, a vulnerabilidade, e principalmente a exclusão social que assola inúmeras pessoas. O Estado e a sociedade neste momento incutem uma criminalização dos indivíduos que de facto necessitam de uma maior proteção social e que não têm as condições necessárias para lidar e orientar a sua própria vida, por fatores que poderão ser externos a eles próprios e que poderão ter origem no contexto socioeconómico e cultural que o individuo está inserido (Bauman, [2013] 2016, pp. 134-135)

Os indivíduos estigmatizados, como as pessoas em situação de sem abrigo são considerados pela sociedade, tal como Goffman [1963] (2022) refere, como algo que não são bem humanos, que não são humanos na sua totalidade de um ponto de vista subjetivo, uma vez que são alvos de desprezo, são considerados inúteis, que ferem o olhar de quem os vê. Na atualidade, esta linha de pensamento persiste. Persiste porque as pessoas, no seu senso comum, demonstram-se cansadas de “trabalharem para quem não trabalha” e com a ascensão de ideologias políticas que vão de encontro à linha de pensamento destas pessoas, conduz à permanência desta visão tóxica que a sociedade tem perante estas pessoas nesta situação. Ou seja, vemos uma permanência no mesmo tipo de pensamento perante estas pessoas, consideradas como “lixo humano”, tal como refere Bauman [2013] (2016). Mesmo numa sociedade que tanto evoluiu nas respostas para pessoas nesta situação, verifica-se ainda uma

perda total de sensibilidade e empatia, uma dificuldade de colocar-se no lugar do outro, uma dificuldade em pensar como poderá ser viver alienado da sociedade, sem lar, sem amor, sem que se sintam protegidos. Mesmo no caso das mulheres (mesmo que estejam de facto consideravelmente em menor número do que os homens) que experienciam de forma diferente os desafios/dificuldades desta situação, acresce ainda a vulnerabilidade e principalmente o peso de ser mulher em situação de sem-abrigo, incluindo neste campo toda a bagagem que significa ser Mulher. Estará a sociedade sensível e consciente do que é ser mulher em situação de sem-abrigo?

## **Capítulo 2 - Sem-abrigo no feminino**

### **2.1. Género, patriarcado e capitalismo: impulsionadores para a vulnerabilidade da mulher?**

O enfoque académico e científico sobre as questões de género tornou-se mais evidente a partir do final de 1960, concomitantemente com os movimentos feministas da época. Na visão sociológica, o género constitui uma categoria de análise fulcral para entender a teia social e é considerado uma condicionante na “desigualdade e injustiça” (Schouten, 2011, p. 9). Para a autora, a visão marxista considera que a opressão da mulher tem raízes patriarcais, capitalistas, nas disparidades económicas e na propriedade privada (Schouten, 2011, p. 19). Quando começamos num debate sobre género é indispensável falarmos sobre o impacto que os movimentos feministas tiveram no destaque e importância sobre este tema. Bell Hooks [1984] (2020) avança com a sua “Teoria Feminista”, onde nesta obra dá destaque a temas como a importância dos movimentos feministas, a opressão sexual e opressão vivida por mulheres em diversas esferas. Poderá chamar-se de “movimento feminista” quando este movimento tem em como um dos seus objetivos acabar com o patriarcado e, paralelamente, impulsionar o questionamento do sexismo inerente aos papéis de género (Hooks, [1984] 2020, pp.10-11).

Hooks [1984] (2020) afirma que muitas feministas consideram o sexismo como base de diversas formas de opressão, contudo, se concebêssemos a opressão através de uma hierarquia isto poderia resultar em ambiguidade. Na opinião de Hooks [1984] (2020), o sexismo, tal como o racismo ou o sistema de classes, têm origem no pensamento ocidental, onde aí surge a consciência de dominação dos “superiores” pelos “inferiores”, e considera o sexismo como a forma de opressão mais praticada e experienciada pelas pessoas (Hooks, [1984] 2020: 87). Na visão da autora, este tipo de opressão, que começa no seio familiar, tem padrões significativamente masculinos, continua a perpetuar a dominação sobre as mulheres através da força física, no qual faz com que continue a persistir o padrão entre dominadores e dominados, que se reflete em diversas esferas da sociedade (Hooks, [1984] 2020, p. 228). O estudo de género consiste numa relação entre normatividade e dimensão psíquica, onde a dimensão sexual é basilar para compreender esta relação, sendo o género o que despoleta o significado para a diferença sexual (Scott, 2021, p. 184).

O termo género surge inicialmente através de feministas que tinham como objetivo realçar o conceito de género com conteúdo relacional e social, realçando o carácter normativo da “feminilidade”, reduzindo desta forma a imposição das diferenças sexuais (Scott, 1995, p. 72). Scott (1995) aprofunda esta questão ao frisar que género constitui a

relação social entre a componente biológica do homem e da mulher e consequentemente, que a utilização deste conceito abomina as justificações que explicam a subjugação feminina. Deste modo, o conceito de género emerge com o objetivo de realçar o carácter cultural sobre os papéis de género e os papéis associados aos homens e mulheres (Scott, 1995, p. 75). Simone de Beauvoir [1949] (2015) refere-se à mulher como “o Outro”, quando comparável com o homem. Na perspetiva da autora, isto resulta da posição submissa em relação ao homem. Homens e mulheres têm o seu próprio mundo, sendo que o mundo dos homens é em todas as dimensões mais vantajoso do que as mulheres. Na visão da mesma, as mulheres são mulheres pelas suas características fisiológicas, sendo a sua subordinação e divisão relativamente aos homens uma constante, ou seja, não foi marcado por nenhum evento em específico na História. Beauvoir inclusive afirma que a supremacia do homem é possível verificar-se na antiguidade da religião, filosofia e teologia (Beauvoir, [1949] 2015, pp. 20-23).

Tal como refere Butler [1990] (2017), o conceito de género assume várias proporções, uma vez que dentro do conceito de género existe uma multidimensionalidade de intersecções, que podem ter origem racial, étnica, sexual e de classe. Por esta razão, as questões políticas e culturais estão concomitantemente interligadas com o conceito de género (Butler, [1990] 2017, p. 57). Para além de o género ser um conceito influenciado por uma panóplia de intersecções, é uma construção cultural, sendo não imutável e determinável como o sexo (Butler, [1990] 2017, p. 62). A autora complexifica ainda mais esta abordagem ao questionar o sistema binário do género, referindo que seria ilógico pensar que o género poderia ser influenciado pelo sexo, tendo em conta as supostas características inerentes a cada sexo, características estas concebidas pela própria sociedade (Butler, [1990] 2017, p. 62). Contudo, Butler [1990] (2017) refere que no âmbito das teorizações sobre género, surge também a noção de que poderá haver alguma relação entre determinismo e género, por existir influência do ponto de vista cultural (Butler, [1990] 2017, pp. 64-65). Na visão das ciências sociais, o género é concebido como uma “dimensão de análise”, onde este é analisado consoante o seu conjunto de relações (Butler, [1990] 2017, p. 67).

Shouten (2011) reforça que o conceito de género tem de ser analisado de forma transcendente e não apenas numa visão eurocêntrica. Apesar de se verificar uma maior autonomia e igualdade das mulheres no Ocidente, o facto é que ainda persiste uma condição desfavorável sobre a posição da mulher na sociedade, onde ainda persiste o “gender gap” em diversas áreas. Para que se verifique o conceito de género de forma mais ampla, urge analisar a condição das mulheres em diversas zonas do globo, tal como refere Schouten

(2011), “(...) zonas do Médio Oriente, Norte de África e Sul de Ásia” (Schouten, 2011, p. 27). A autora acrescenta que a questão cultural, o colonialismo e neoliberalismo têm um forte impacto/contribuição para a opressão da mulher (Schouten, 2011, p. 28).

Conceitos como género, patriarcado, capitalismo e sexismo têm relação entre si e é imprescindível percebermos a relação entre os mesmos. Para Hooks [1984] (2020) é o capitalismo que fomenta as condições para que o patriarcado, através de uma ideologia sexista, induza as mulheres a serem condicionadas mesmo que as mesmas não se apercebam disto (Hooks, [1984] 2020, p. 34).

Boaventura de Sousa Santos (2020) faz uma análise sobre este tema, que podemos relacionar com as pessoas em situação de sem-abrigo de forma geral e com as mulheres em situação de sem-abrigo. O autor afirma que a sociedade atual continua a ser marcada por colonialismo, patriarcado e capitalismo. Estas três dimensões estão relacionadas com a vulnerabilidade, exclusão e discriminação e inclusive, o autor faz uma alusão à exclusão como um muro entre pessoas que vivem plenamente e pessoas categorizadas como “inferiores” e “descartáveis” (Santos, 2020, p.149). Respetivamente às mulheres, Santos volta a sublinhar que o capitalismo e colonialismo conduzem à discriminação consoante o género e também da orientação sexual, sendo que estes aspetos se refletem em várias dimensões, inclusive em temáticas já debatidas como trabalho não remunerado, disparidades salariais e precisamente, a intensidade da vulnerabilidade da mulher em situação de violência doméstica. Importa referir o impacto que a pandemia Covid-19 teve em todas as situações acima descritas (Santos, 2020, pp. 186-188).

Arruzza (2015) analisa o sistema patriarcal como uma rede de relações materiais e culturais, onde as mulheres são subjugadas pelos homens, sendo o patriarcado um sistema que é moldado pelo contexto histórico e tem uma relação inerente com o capitalismo. A autora define o capitalismo como um “sistema de relações sociais”, imbuído de processos e complexidade, onde existe relações de poder interligadas com diversas dimensões, tais como “género, orientação sexual, raça, nacionalidade e religião”, sendo que todas estas dimensões têm como objetivo trabalhar para o aumento e reprodução de capital (Arruzza, 2015, pp. 39-48).

Contextualizando temporalmente esta questão, Arruzza (2015) argumenta que as disparidades de género têm por base o imperialismo e o colonialismo, tal como o ideal capitalista que se fortificou através da subjugação das mulheres e de uma imposição heteronormativa na sociedade. Deste modo, o capitalismo reflete-se através de atitudes de dominação, sendo o seu “modus operandi” moldável pelas circunstâncias onde ele está

inserido, ou seja, depende do contexto espaço-temporal, é mutável e é uma relação social. Contudo, mesmo com a mutabilidade do capitalismo, há uma essência que permanece: o capitalismo coloca entraves e limitações à forma como nos posicionamos e nos relacionamos conosco e com a sociedade (Arruzza, 2015, pp. 50-57)

Através do manifesto “Feminismo para os 99%”, obra elaborada por Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019), as autoras abordam estas temáticas com maior profundidade, relacionando-as. Nesta obra, as autoras dão ênfase às questões da opressão de género e como estas estão intimamente ligadas às sociedades capitalistas e estão na base da subjugação da reprodução social. As autoras defendem que a sociedade capitalista atual reinventou o sexismo através da subjugação das mulheres e que o género está na base da reprodução social numa sociedade capitalista (Arruzza et al., 2019, pp. 43-45). As autoras defendem que a reprodução social numa sociedade capitalista é inferiorizada e desvalorizada, sendo concebida apenas com o objetivo de produzir capital. Ademais, a sociedade capitalista incutiu e continua a incutir a responsabilidade da reprodução social às mulheres (Arruzza et al., 2019, pp. 45-46).

Para além da abordagem ao sexismo e à reprodução social, as autoras também dão enfoque à violência de género e como esta também é um aspeto bastante presente numa sociedade capitalista. Referem que a precariedade e a incerteza económica e política têm impacto neste âmbito, como se proporcionassem “condições” para fomentar ainda mais a violência de género. Tendo em conta que as mulheres são também submetidas à responsabilidade do trabalho reprodutivo, isto impede-as de terem um papel íntegro e igualitário no mundo do trabalho produtivo, condicionando-as a situações precárias (Arruzza et al., 2019, pp. 51-54). Fraser (2007) na sua crítica à Teoria de Ação Comunicativa de Jürgen Habermas, questiona se de facto Habermas equaciona a dominação masculina e subordinação feminina, de acordo com a sua Teoria e se coloca o género em questão (Fraser, 2007, p. 114).

Para Habermas, segundo a perspetiva de Fraser (2007), o trabalho pago faz parte da esfera da reprodução material, enquanto o trabalho não pago/ trabalho de cuidadora, exercido dentro do seio familiar, maioritariamente exercido pelas mulheres, é considerado reprodução simbólica, uma vez que esta contribui para a socialização (Fraser, 2007, p. 115). A família, na perspetiva de Habermas, está relacionada com o sistema económico. Se compararmos família e sistema económico, verificamos que em ambos se constata o papel de trabalhador e consumidor (Fraser, 2007, p. 123). Contudo, Fraser (2007) argumenta que estes papéis de trabalhador e consumidor são efetivamente papéis de género (Fraser, 2007, p. 124).

Ademais, tendo como referência uma sociedade capitalista e patriarcal, são as mulheres que maioritariamente são responsáveis por tarefas caracteristicamente feminizadas, de cuidado/serviço ou tarefas mais “maternais”. Para além disto, são as mulheres mais suscetíveis a serem vítimas de abuso sexual, trabalho precário, dupla jornada de trabalho (incluindo trabalho pago e trabalho doméstico), sendo ainda vigente um ambiente laboral onde se verifica segregação sexual (Fraser, 2007, p. 125).

## **2.2. Desigualdade de género e o impacto da pobreza e exclusão social na mulher**

A discussão sobre a desigualdade de género é fundamental para a nossa problemática, sendo que é através deste enquadramento teórico que podemos aferir de que as mulheres são as mais afetadas pela vulnerabilidade social (Silva, 2016, apud Diogo, Rocha, 2018, p. 437). Em Portugal, tal como no contexto internacional, os movimentos feministas tiveram grande peso na luta pela emancipação da mulher. Nesta altura começa-se a ganhar consciência do papel da mulher na sociedade, como de todas as formas de opressão sobre a mesma (Silva, 1983, p. 875). O estudo de género pelas Ciências Sociais surge em Portugal após a Revolução de Abril, no entanto, estes estudos só se desenvolvem de forma mais intensa a partir da década de 80 (Amâncio, 2003, pp. 687-688).

No âmbito do impacto de género na pobreza e exclusão social, Casaca (2010) refere que cada oportunidade de vida de cada mulher e homem são concebidas através do género, e que, seguindo esta lógica, a experiência da situação de pobreza também é influenciada pelo género. Neste sentido, a mulher poderá experienciar a pobreza numa panóplia de dimensões dentro de duas dimensões mais gerais: a pobreza monetária (recursos económicos) e pobreza subjetiva, como por exemplo, privação na participação social, segurança, família, mercado de trabalho, habitação, entre outros. Salienta-se também o impacto que a desvantagem económica das mulheres, que poderá ser provocada por precariedade laboral ou maior vulnerabilidade económica e social, pode levar a disparidades de poder nas suas relações, levando-as muitas vezes a situações de violência doméstica (Casaca, 2010, pp. 188-197; Bastos et al, 2008, p. 20). Esta desvantagem experienciada pelas mulheres, tal como Casaca (2010) menciona, decorre da flexibilidade de contratualização e na precariedade do mesmo, como também são as mulheres que detêm cargos profissionais inferiores em relação aos homens, o que acaba por ter repercussão nos rendimentos que recebem. Todas estas condições menos favoráveis contribuirão para uma reforma precária (Bastos et al., 2008, p. 15). Com efeito, a pobreza pode afetar com mais intensidade famílias monoparentais, quando são as mulheres responsáveis por estas famílias, pois muitas vezes não obtêm ajuda

financeira por parte dos pais, e também mulheres idosas, tornando desta forma ambos grupos de risco com maior vulnerabilidade à situação de pobreza (Bastos et al., 2009, p. 11). Concretamente nos Açores, a desigualdade de género contém algumas especificidades comparativamente ao contexto nacional, nomeadamente a questão da violência doméstica e pobreza (Diogo & Rocha, 2018, p. 437). Diogo e Rocha (2018) salientam que nos Açores, a questão do emprego, mais concretamente a qualidade do emprego (salário e precariedade) é crucial para entender a pobreza numa perspetiva de género. Neste sentido, são as mulheres as mais afetadas por emprego precário, como por exemplo serviços domésticos, de limpeza e serviços associados a cuidados (Diogo & Rocha, 2018, pp. 437-438).

O Observatório Nacional da Luta contra a Pobreza mostra-nos através do seu Relatório de 2022 sobre a Pobreza e Exclusão Social em Portugal, que em 2021 as mulheres encontravam-se em maior risco nestas duas dimensões relativamente aos homens, estando as mulheres com 23.5% e os homens 21.2% em risco de pobreza ou exclusão social. Especificamente para a dimensão da pobreza em Portugal, através do inquérito de 2021 (ICOR 2021), averiguou-se que 55% são mulheres, abaixo do limiar de pobreza. Importa aqui referir o impacto que a pandemia Covid-19 teve no aumento da vulnerabilidade para a pobreza e exclusão social (Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza, 2022, pp. 2-7). Este Relatório expõe-nos a relação entre agregados familiares e intensidade laboral, principalmente quando esta é débil. Dentro desta dimensão, destacamos os agregados compostos por mulheres com idade inferior a 65 anos e que vivem sozinhas, sendo elas com maior risco de vulnerabilidade numa percentagem de 16.6% (Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza, 2022, p. 27). As mulheres continuam numa posição mais desfavorável no que concerne aos rendimentos auferidos em contexto laboral comparativamente aos homens, como também são as que estão em maior risco de se encontrarem em situação de precariedade laboral e desemprego (Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza, 2022, p. 38).

Em conformidade com a informação descrita, continuam a ser válidos os argumentos referidos por Bastos et al. (2008) quando nos alertam que a desigualdade que a mulher experiencia perdura, mesmo em contextos mais desenvolvidos. Esta desigualdade manifesta-se em diversas dimensões, como também já foi mencionado por Casaca (2010), e tem impacto negativo nas mulheres que já se encontram numa posição mais desfavorecida economicamente, contribuindo deste modo para uma construção de trajetória de pobreza (Bastos et al., 2008, p. 68). Os autores reforçam o quão as questões de género são indispensáveis em serem abordadas, principalmente pelos atores políticos, para que sejam

criadas medidas eficazes que possibilitem uma maior equidade entre mulheres e homens (Bastos et al., 2008, p. 68). Em suma, a desigualdade de gênero não é um acontecimento que ocorre de forma esporádica, mas sim um fenômeno que é transcendente a toda a sociedade e assente em mecanismos coletivos (Aruzza, 2015: 36).

### **2.3. A situação de sem-abrigo no feminino: determinantes e particularidades comparativamente aos homens**

Na Europa, as mulheres em situação de sem-abrigo são normalmente qualificadas como uma subcategoria dentro do fenômeno de sem-abrigo, uma vez que é um fenômeno maioritariamente marcado pela presença masculina. Através de um estudo elaborado por Bretherton e Mayock (2021), há uma notável invisibilidade da situação destas mulheres, sendo que as mesmas tendem a evitar frequentar alojamentos de emergência, tal como tendem a esconder o seu gênero e onde se encontram a dormir. São também as mulheres que na falta de uma habitação própria recorrem a amigos, familiares e conhecidos para terem um local para dormir. Importa referir que é necessário olhar para esta realidade dentro da perspetiva de desigualdade de gênero, sendo que há uma forte relação entre mulheres em situação de sem-abrigo e violência doméstica. As autoras também alertam para o risco em que estas mulheres se encontram em experienciar violência doméstica quando vivem na invisibilidade e quando estão inseridas em redes de apoio informal, como amigos, familiares e conhecidos. A pobreza e a precariedade são também fatores de risco, o que faz com que as mantenham em situação de sem-abrigo (Bretherton & Mayock, 2021, p. 5).

Bretherton (2017) afirma que a questão da invisibilidade das mulheres em situação de sem-abrigo está relacionada com a forma como os serviços de apoio social vêm e lidam com esta situação. Para a autora, estudos revelam que a as mulheres em situação de sem-abrigo têm mais suporte quando têm crianças a seu cuidado, no entanto, não têm tanto suporte se se encontrarem em situação de sem-abrigo por outros motivos (Bretherton, 2017, p. 2).

As mulheres experienciam a situação de sem-abrigo de forma diferente comparativamente aos homens (Bretherton, 2017, p. 3). A invisibilidade da mulher em situação de sem-abrigo pode estar relacionada com a forma como a situação de sem-abrigo é definida. Por exemplo, mulheres que por motivos de abuso ou por outras razões, que ficam sem a sua habitação, são maioritariamente classificadas como vítimas de violência doméstica (Baptista, 2010; Jones et al., 2010; Quilgars & Pleace, 2010, apud Bretherton, 2017, p. 3). O patriarcado e a misoginia são condicionantes na própria definição de sem-abrigo, sendo

importante verificar de que forma a sociedade e os sistemas de apoio social suportam estas mulheres, não deixando de lado a própria construção social e cultural do papel das mulheres na sociedade (Watson, 2000, apud Bretherton, 2017, p. 4). Reeve (2018) ressalva a importância que o género possui na relação entre mulheres e a situação de sem abrigo, dando enfoque à invisibilidade e vulnerabilidade. A forma como a sociedade vê a mulher e todos os papéis que a ela são atribuídos, têm grande peso nesta relação. A desigualdade de género e a desvantagem socioeconómica que a mulher experiencia, podem explicar a situação de sem-abrigo nas mulheres (Reeve, 2018, p. 167).

A violência doméstica tem um papel central neste panorama, sendo em vários estudos demonstrada como uma causa para a situação de sem-abrigo. A lado com a violência doméstica, na maioria das vezes são mulheres com baixos rendimentos e trabalhos precários (dois fatores que estão mais presentes nas mulheres), o que revela que estar em situação de sem-abrigo é muitas vezes a única saída para uma mulher com fracos recursos económicos e que esteja a sofrer de violência doméstica. Para além de se sentirem inseguras na rua, sentem necessidade de arranjar estratégias para se protegerem de uma estrutura fortemente patriarcal (Reeve, 2018, p. 168).

Savage (2016) na sua investigação sobre mulheres em situação de sem-abrigo na Irlanda, expõe a estigmatização relativamente às mulheres em situação de sem-abrigo, que são mães, mas que não se encontram a cuidar dos filhos devido à sua situação. Refere também que não há políticas específicas direcionadas para as mulheres, considerando a sua situação de sem-abrigo (Savage, 2016, pp. 45-53). Há dois fatores que condicionam a forma como a Europa trabalha relativamente às questões da situação de sem-abrigo. Em primeiro lugar, na grande maioria, os estudos são focados numa perspetiva masculina deste fenómeno, sobre casas de acolhimento de emergência e sobre a rua. Como já foi acima referido, mulheres em situação de sem-abrigo mantêm-se na “penumbra” e devido a esta invisibilidade, as investigações não têm dedicado tanta atenção a este fenómeno, principalmente porque esta invisibilidade é difícil de ser investigada (Pleace & Bretherton, 2013, apud Bretherton, 2017, p. 4). Em segundo lugar persiste ainda a noção de que as mulheres em situação de sem-abrigo em acolhimentos são mulheres vítimas de violência doméstica, em vez de mulheres em situação de sem-abrigo, que também são vítimas de violência doméstica (Bretherton, 2007, p. 4). A invisibilidade das mulheres em situação de sem-abrigo, na perspetiva de Baptista (2010), pode dever-se ao facto de as mulheres desenvolverem as suas próprias estratégias de sobrevivência, quando as mesmas evitam a permanência na rua ou procuram abrigo junto de pessoas mais próximas, ou se

acompanhadas por crianças (filhos) procuram ajuda junto de serviços sociais (Baptista, 2010, p.167).

A pobreza e a exclusão social são fatores que impulsionam e estão na base do fenómeno da situação de sem-abrigo, no entanto, as mulheres têm a sua própria trajetória e experiências neste fenómeno, que difere relativamente aos homens. Tendo em conta esta lógica, o género tem um papel importante e que merece ser aprofundado. (Bretheton, 2017, p. 5). Através de um estudo longitudinal realizado na Holanda entre 2010 e 2012 para averiguar as diferenças entre homens e mulheres em situação de sem-abrigo antes e após a transição de um acolhimento para uma vida na comunidade, foi possível averiguar que as mulheres, comparativamente aos homens, encontram-se numa posição menos favorável no que concerne à educação, à empregabilidade e estão numa posição mais propensa à vitimização. Para além disto, são as mulheres que tendem a ter filhos menores a seu cargo e são mais jovens do que os homens. Todos estes fatores fazem com que estejam mais vulneráveis em relação aos mesmos (De Vet et al., 2019, pp. 1198-1201). O estudo em Portugal sobre o fenómeno da situação sem-abrigo numa perspetiva de género é bastante reduzido. Num projeto realizado por Ferraz et al. (2020), tendo como foco a precariedade habitacional vivenciada pelas mulheres, destacam-se os dados revelados pelo ENIPSSA em 2018, em que neste mesmo ano, havia 6044 pessoas em SSA, onde 16,4% eram mulheres. Existem inúmeras causas que podem despoletar as mulheres para esta situação, como por exemplo o mercado habitacional com preços elevados, não sendo possível para pessoas com baixos rendimentos manter uma casa, violência doméstica, doenças do foro mental, adição, entre outros (Ferraz et al., 2020, p. 36).

Percebe-se que não existe apenas uma causa, há um culminar de várias causas para esta situação, muitas vezes num sentido “bola de neve”. Ainda neste mesmo estudo, Ferraz et al (2020) refere que estas mulheres em situação de sem-abrigo optam pela invisibilidade, porque se sentem mais expostas e na iminência de sofrer violência doméstica e assédio (Ferraz et al., 2020, p. 36). É consensual, mesmo a nível internacional e português, que a invisibilidade e vulnerabilidade das mulheres em situação de sem-abrigo é um fenómeno bastante presente e que esta invisibilidade resulta deste medo, desta insegurança, da vergonha que sentem por serem mulheres e por estarem sem-abrigo, como se de certa forma se sentissem que “falharam” nos papéis que a sociedade lhe impôs. Nobre (2020) avança com a afirmação de que a situação de sem-abrigo é também uma realidade feminina, apesar de ser uma realidade onde a presença masculina prevalece (Nobre, 2020, p. 333).

Tal como autores internacionais referem e que foram acima supracitados, a violência de género e as dificuldades socioeconómicas são dois fatores determinantes na situação de sem-abrigo experienciada pelas mulheres, sendo que as mulheres têm necessidades diferentes e costumam recorrer a redes de apoio informais (Nobre, 2020, p. 334). Nobre (2020), num estudo qualitativo com enfoque nas trajetórias de vida, conclui que o género teve um impacto determinante no percurso até se encontrarem em situação de sem-abrigo, nomeadamente a violência de género sofrida tanto em ambiente familiar como também nos seus relacionamentos pessoais. A questão do género também se verifica na instabilidade laboral que experienciaram, tal como os próprios trabalhos que tiveram, como por exemplo na área das limpezas, copeira, serviços pessoais e domésticos, áreas que são predominantemente femininas e com baixa remuneração (Nobre, 2020, p. 348). Lopes (2017) também faz referência a causas que podem levar as mulheres à situação de sem-abrigo, como por exemplo, uma maior predisposição à pobreza, exclusão social, vulnerabilidade, causas que já foram acima mencionadas de forma unânime pelos outros autores, e alerta para a necessidade de ver o fenómeno da mulher em situação de sem-abrigo numa perspetiva interseccional, tendo em conta que ser mulher e estar em situação de sem-abrigo é considerada uma dupla discriminação (Lopes, 2017, p. 28)

Baptista et al. (2017), aquando de um estudo comparativo entre países da União Europeia, concluíram que existe uma forte relação entre género e o fenómeno de sem-abrigo em família, sendo cada vez mais necessário um reconhecimento desta situação. Assim sendo, o que Baptista et al. (2017) deduziram da sua investigação e de dados relativos à União Europeia é que o fenómeno de sem-abrigo em família é um fenómeno genderizado uma vez que esta situação é maioritariamente vivida por mulheres sós, com os seus filhos. Este fenómeno também é marcado por invisibilidade, tal como acontece com as mulheres em situação de sem-abrigo, ou como também acontece com jovens nesta situação. Os autores enumeram alguns motivos pelo qual se torna desafiante investigar a invisibilidade deste fenómeno, como por exemplo, o facto destas pessoas viverem sob precariedade, o que faz com que não tenham estabilidade e que não permaneçam num mesmo local durante um longo período de tempo, o facto de terem as suas próprias estratégias de sobrevivência e de encontrarem respostas de forma informal, faz com que não estejam registadas no sistema como pessoas em situação de sem-abrigo, levando desta forma a não fazerem parte de inquéritos que possam surgir (Baptista et al., 2017, pp. 76-77).

## **Capítulo 3 – A Teoria do Reconhecimento na perspectiva de Nancy Fraser**

### **3.1. Reconhecimento e redistribuição: perspectivas de Axel Honneth e Nancy Fraser**

Honneth (2011) aprofunda a questão da teoria do reconhecimento através do estudo de Hegel. Hegel concebe a luta pelo reconhecimento como algo que está no cerne da eticidade da comunidade e vai mais além na importância da intersubjetividade do sujeito como ponto fulcral para que este tenha consciência que tem direitos, sublinhando concomitantemente a importância da reciprocidade no âmbito do reconhecimento (Honneth, 2011, pp. 52-56). Neste sentido, Hegel mostra-nos na sua teoria que só através do reconhecimento que obtemos do “Outro” se torna possível que o indivíduo se sinta apto para ter as ferramentas necessárias para uma participação igualitária na sociedade e para uma autoconstrução da “vontade política” (Honneth, 2011, p. 58). Hegel assume o reconhecimento como essencial na construção da compreensão de si próprio através da compreensão e reconhecimento do outro (Honneth, 2011, p. 109).

Posto isto, ser considerado um indivíduo reconhecido na comunidade em que está inserido representa uma assimilação de direitos pelo indivíduo e que estes mesmos direitos são reconhecidos e respeitados pelos outros membros. Contudo, para que tal aconteça, será necessário o fator reciprocidade, como já foi referido. É este fator que permite o reconhecimento da individualidade de cada ser, que permite que o indivíduo seja reconhecido como membro de uma comunidade e como tal, com direitos inerentes e deveres (Honneth, 2011, p. 111).

A questão da valorização social tem grande impacto na luta pelo reconhecimento e considera-se um ponto essencial a abordar tendo em conta a temática que se explora nesta dissertação. A luta pela valorização social, incisiva nas sociedades contemporâneas, refere-se à busca de reconhecimento que vários grupos almejam obter. Dentro deste plano de luta pelo reconhecimento e luta pela valorização social, os movimentos sociais têm grande importância em ambos. Os movimentos sociais conduziram a um maior foco do valor e das capacidades de diversos grupos dentro da sociedade, reforçando ainda mais o impacto que as questões económicas e de distribuição de rendimentos têm na luta pela valorização social e consequentemente, a luta pelo reconhecimento (Honneth, 2011, p. 173).

Na perspectiva de Honneth (2011), o não reconhecimento poderá partir do desrespeito, ramificando-se para a violência, anulação de direitos e exclusão, que consequentemente levam à ofensa da integridade a nível física e social, comprometendo desta forma a dignidade humana (Honneth, 2011, p. 177). Outro ponto fulcral que Honneth (2011) aborda e que se considera indispensável na discussão do tema, é o impacto que o desrespeito tem ao

proporcionar exclusão social e na repressão da exercício plena de direitos, tal como na própria auto-valorização do sujeito, sendo o sujeito moldado pela intersubjetividade (Honneth, 2011, p. 182). Mais concretamente, se o indivíduo é excluído socialmente e vê-se privado dos seus direitos, este indivíduo notoriamente não se vê como igual perante os outros membros da sociedade, criando desta forma um impacto negativo na consciência intersubjetiva do indivíduo (Honneth, 2011, p. 182).

Nancy Fraser (2003) inicia a abordagem a esta temática referindo que a redistribuição é a forma mais visível, concreta e mais familiar dentro do panorama da justiça social, algo que está diretamente relacionado com questões de recursos económicos, rendimentos, questões de bem-estar e na própria distribuição igualitária destes mesmos recursos. Contudo, a autora verifica uma maior reivindicação por medidas que apelam ao reconhecimento, onde contrariamente à redistribuição que se foca na igualdade da redistribuição, o reconhecimento torna central as questões de diferença. Apesar das ambivalências e debates sobre os conceitos redistribuição-reconhecimento, ressalva-se o seu papel central no espectro da justiça social e na importância de ambos pela reivindicação do mesmo (Fraser, 2003, pp. 7-9).

Fraser (2003) analisa redistribuição e reconhecimento através de uma visão filosófica e política. Filosoficamente, a redistribuição, sintetizada por pensadores de ideologia liberal, conceberam-na com o intuito de prover a igualdade através da democracia social e de promover a justiça social através de ações de carácter socioeconómico. Por outro lado, e contrariamente à redistribuição de carácter indivíduo-liberal, o reconhecimento coloca em análise a intersubjetividade do sujeito e as relações sociais, sendo que o indivíduo só se torna um indivíduo quando é reconhecido pelo outro. Segundo a autora, a distribuição para pensadores Marxistas poderá levar à não exploração na totalidade de questões relacionadas com exploração e dominação (Fraser, 2003, pp. 10-11).

Fraser (2003) defende que a ambivalência entre reconhecimento e redistribuição se trata de uma “falsa antítese”, sendo que seria mais benéfico olhar a redistribuição e reconhecimento como duas formas de analisar e de agir sob a justiça social. Segundo a sua visão, a redistribuição pode incluir questões políticas como também pode promover a justiça social dentro das dimensões de género/raça através de medidas socioeconómicas, tal como o reconhecimento pode ser mais abrangente e ir além das políticas de identidade (Fraser, 2003, p. 12). Tanto a redistribuição e reconhecimento são duas formas de agir para a justiça social, porém, ambas assumem focos diferentes e têm uma visão diferente sobre o que é a injustiça social. Neste sentido, e como já foi supramencionado, a redistribuição assume que a injustiça social provém da “estrutura económica da sociedade” onde esta injustiça

condiciona os indivíduos à exploração, marginalização e privação. Posto isto, o foco são os indivíduos inseridos em contextos e classes desfavorecidos e explorados através da precariedade laboral (condições precárias, instabilidade, e fracos aferimentos). Sublinha-se neste parágrafo as mulheres, por questões de género, os imigrantes, entre outros grupos estigmatizados. A solução para colmatar esta injustiça partiria de uma transformação e reorganização da economia, do trabalho e de outros pontos estruturais relativos à economia. Por outro lado, o reconhecimento luta contra a dominação cultural (uma em detrimento da outra), assumindo que esta dominação surge de padrões sociais/representativos/interpretativos de cada sociedade. Aqui, o foco são as relações e o reconhecimento que obtêm destas relações, o respeito, estima, valor, estigma, por exemplo. Neste sentido, o objetivo do reconhecimento é lutar pela diversidade cultural e de identidade, contudo, para que isto aconteça seria necessária uma transformação destes padrões representativos e interpretativos da sociedade (Fraser, 2003, pp. 13-14). Outro ponto fulcral a abordar para a autora são as diferenças de grupo e como a redistribuição e o reconhecimento analisam-nas de forma distinta. Na perspetiva da redistribuição, o objetivo seria abolir a diferença, uma vez que a mesma surge de uma sociedade política e economicamente injusta. Por outro lado, o objetivo do reconhecimento é exaltar estas diferenças, mas tendo atenção à forma como estas diferenças foram construídas (Fraser, 2003, p. 15).

Apesar de constatararmos que indivíduos inseridos em contextos desfavorecidos/explorados em contexto laboral necessitam de medidas de cariz redistributivo e os indivíduos que se sentem estigmatizados por questões de identidade e sexualidade necessitam de medidas do espectro do reconhecimento, ambos com o objetivo de alcançar a justiça social, Fraser (2003) argumenta que as necessidades muitas vezes podem posicionar-se em ambos os espetros, referindo-se a este termo como “bidimensional”, ou seja, para colmatar uma necessidade de um grupo proclamado como bidimensional, este precisaria da redistribuição e do reconhecimento (Fraser, 2003, p.19). Dentro da bidimensionalidade encontra-se o género, conceito fundamental abordado por Fraser.

Nancy Fraser (2003) analisa a redistribuição e reconhecimento através de uma perspetiva filosófica e moral. É através da sua perspetiva que a autora coloca questões para aferir se a dimensão do reconhecimento está relacionada com justiça ou autorrealização, se ambas dimensões são distintas ou se uma deriva da outra, ou vice-versa, se é possível qualificar quais as alegações justificáveis pelo reconhecimento e por último, se para adquirir

justiça temos de analisar de um prisma individual ou de grupo ou se através de toda a humanidade (Fraser, 2003, p. 27)

Contrariamente a Honneth (2011), Fraser (2003) concebe o reconhecimento dentro da dimensão da justiça e coloca-o como uma particularidade dentro do status social. Dentro desta observação feita por Fraser, o não-reconhecimento neste caso, resulta de falhas/obstáculos dentro de padrões institucionalizados culturalmente na sociedade, no impacto que este tem nas interações entre pares, e se influencia a integração e participação igualitária dos indivíduos na sociedade. Deste modo, o objetivo do reconhecimento dentro da esfera da justiça é abolir os padrões culturais inseridos na sociedade que constituem obstáculos à participação igualitária dos indivíduos (Fraser, 2003, pp. 28-30). Uma vez que Fraser (2003) coloca o reconhecimento dentro dos parâmetros do status social, a autora criou um “modelo de status” que nos permite analisar o reconhecimento na perspetiva da justiça. Através deste ponto de vista, podemos entender, através da visão da autora, que o reconhecimento não lida com o conceito de autorrealização, como defende Honneth (2011), mas sim com o conceito de justiça, onde a questão moral no parâmetro do reconhecimento seria intrínseca à participação igualitária, ou não, dos indivíduos na sociedade (Fraser, 2003, p. 31).

O que Fraser (2003) nos mostra é a defesa de uma tese em que se analisarmos o reconhecimento através do modelo de status isto permite-nos entender que se um indivíduo estiver inserido numa sociedade com padrões que impeçam uma igual participação na sociedade, trata-se de não-reconhecimento, mesmo que isto não afete a subjetividade do indivíduo e que, efetivamente, todos os indivíduos têm direito à estima social (parâmetro colocado por Honneth (2011), dentro de uma sociedade igualitária (Fraser, 2003, p. 32). Deste modo, tanto o reconhecimento e redistribuição são duas faces importantes no âmbito da justiça social, sendo que esta forma permite analisar a dimensão da justiça de uma forma mais abrangente (Fraser, 2003, p. 35)

### **3.2. A Teoria do Reconhecimento numa perspetiva de género: a abordagem crítica de Nancy Fraser**

A teoria do reconhecimento tem sido bastante debatida por questões relacionadas com a desigualdade, nomeadamente Axel Honneth e Nancy Fraser. Nancy Fraser tem se debruçado sobre esta teoria, mas numa perspetiva de género. Deste modo, considera-se crucial abordar esta teoria na perspetiva desta autora, uma vez que a mesma relaciona reconhecimento e género. Fraser (2012) sugere que a noção de reconhecimento surge da

necessidade de que as “diferenças sejam reconhecidas” (Fraser, 2012, p. 1). Para a autora, a injustiça cultural assenta nas disparidades entre culturas e identidades e à sua não valorização. No entanto, se houvesse uma alteração de paradigma dos modelos sociais de representação isto implicaria uma mudança na própria autoperceção e do grupo onde se está inserido. Esta mudança na perceção é condicionada pelo reconhecimento. No que concerne à injustiça económica, esta remete para questões relacionadas com renda, trabalho, sendo que esta depende da redistribuição (em vez de reconhecimento). A autora coloca a “distribuição” e o “reconhecimento” da seguinte forma: na distribuição, as implicações são mais fortes no contexto de classe social, tendo em conta que num sistema onde o foco seja a distribuição, este cinge-se mais nas relações de mercado e meios de produção.

Por outro lado, no reconhecimento, as implicações revelam-se na não valorização (Fraser, 2012, p. 2). O reconhecimento visa incorporar e integrar as diferenças em diversos grupos estigmatizados e que são afetados pelas consequências deste não reconhecimento, como por exemplo a diferença de género (Fraser, 2007, p. 102). A autora expõe que a questão do feminismo, quando vista dentro da esfera da redistribuição, não incorpora a questão do reconhecimento pela diferença de género, sendo que muitas vezes, esta “luta pelo reconhecimento” é vista como “um obstáculo ao alcance da justiça social” e “falsa consciência” (Fraser, 2007, p. 102), como se de certa forma esta luta fosse vista como uma utopia ou ilusão, que não garante a justiça social. Ainda através do pensamento de Fraser (2007), a autora afirma que não é possível negar uma em detrimento da outra. Reconhecimento e redistribuição andam lado a lado, sendo a única forma de garantir a justiça em termos de igualdade social e reconhecimento pela diferença (Fraser, 2007, p. 103).

Fraser (2007) aborda o reconhecimento através de status social em vez de identidade. Entender o reconhecimento como uma questão de status social permite perceber que o que garante este reconhecimento é a forma como os membros de um grupo se posicionam dentro da interação social, enquanto na questão de identidade dentro do reconhecimento, a identidade de um grupo é o ponto chave (Fraser, 2007, p. 107). Através do status social aprofunda-se os padrões que estão enraizados na valorização cultural e percebe-se como isto afeta os atores sociais que estão relacionados com esta valorização cultural. O reconhecimento através de status social é garantido quando todos os membros de um grupo conseguem participar de forma igualitária na sociedade. Contudo, este não reconhecimento através do status surge quando certos padrões enraizados na sociedade vêm certos membros/atores como “inferiores, excluídos (...) os outros (...) os invisíveis”, sendo um entrave à participação igualitária na sociedade (Fraser, 2007, pp. 107-108).

O género condiciona o funcionamento da economia política, uma vez que atua na divisão do trabalho remunerado e trabalho doméstico, sendo o trabalho doméstico maioritariamente vivido pelas mulheres. Adicionalmente a esta “injustiça distributiva”, o género também é afetado pela valorização cultural, sendo esta uma componente crucial do reconhecimento. Posto isto, o género, inserido numa sociedade androcêntrica leva a que as mulheres sejam vítimas de inúmeros tipos de violência, discriminação, inferiorização, levando-as ainda a permanecer numa visível desvantagem comparativamente aos homens (Fraser, 2006, pp. 233-234). Fraser (2006) afirma que o género, por ser afetado pela desvantagem a nível de redistribuição e reconhecimento, leva ao surgimento de uma luta paradoxal, onde simultaneamente surge uma luta tanto pela extinção da noção de género como pela valorização do género (Fraser, 2006, p. 235). O género, numa visão redistributiva, assume-se como uma categoria que condiciona/influencia o funcionamento da sociedade capitalista. Para além de ser um fator significativo na divisão entre trabalho produtivo (remunerado) e de trabalho reprodutivo (não remunerado), o género também acaba por ter influência no mundo laboral, uma vez que este condiciona o valor remuneratório de cada emprego, em que neste caso, as mulheres encontram-se numa posição mais vulnerável. Dentro desta visão redistributiva, a forma mais evidente de combater a injustiça seria pela abolição de género, no seio de uma sociedade androcêntrica. Contudo, para além do género possuir uma componente de “classe” também possui um forte componente de “status”, este último é marcado principalmente pela significação sexual referente a cada género. Esta significação sexual remete-nos para o âmbito do reconhecimento. É esta injustiça a nível de reconhecimento que leva a que muitas mulheres sejam alvo de injustiças relacionadas diretamente com género, tal como violência doméstica, objetificação sexual e exclusão. Na visão da autora, a solução seria mudar as perspetivas de género dentro do seio da sociedade androcêntrica, sendo que para alcançarmos a justiça de género teremos de abarcar tanto as medidas de redistribuição como de reconhecimento (Fraser, 2003, pp. 20-22).

Como já foi referido acima, Fraser (2007) faz uma crítica feminista quando afirma que Habermas não coloca a dimensão género na sua teoria. Fraser aponta algumas profissões atribuídas às mesmas, tais como profissionais relacionadas ao cuidado, profissões precárias e segundo a sociedade, de baixo estatuto, trabalhadoras a tempo parcial, inclusive, são as mais atingidas por assédio sexual. Estas peculiaridades relativamente à qualidade laboral no mundo das mulheres são um reflexo da sociedade capitalista e da dominação masculina (Fraser, 2007, p. 125). Concretamente, a autora refere que é possível verificar com clareza que os pré-conceitos sobre o género feminino e masculino são visíveis em diversas esferas,

como na remuneração de trabalho pago, cidadania e inclusive, relações sexuais e familiares e em outras esferas igualmente abrangentes, reforçando o quão a dominação masculina está inerente na estrutura da sociedade capitalista. Fraser argumenta que o facto de Habermas não incorporar estas questões no seu discurso reflete a sua incompreensão relativamente ao impacto que o género possui tanto nos papéis de consumidor e trabalhador, nas disparidades de género no mundo laboral e na família (Fraser, 2007, pp. 127-128).

## Capítulo 4 – Enquadramento metodológico

### 4.1. Objetivos de estudo e questões de investigação

O objetivo da investigação científica de acordo com Fortin (1999) é solucionar problemas de acordo com os fenómenos que estejam ao nosso redor. Esta necessidade de solucionar problemas e de compreender fenómenos conduz à produção de conhecimento, tendo por base teorias sólidas. Ou seja, existe uma relação entre investigação e teoria bastante vincada (Fortin, 1999, p. 15). Campenhoudt e Quivy (1998) mostram-nos de forma pragmática as diversas fases de um processo de investigação. De acordo com os autores, a investigação científica passa por sete fases distintas, sendo a primeira a pergunta de partida, de seguida as leituras e entrevistas exploratórias, a problemática, o modelo de análise, a observação, a análise da informação e as conclusões. É um processo que terá de passar por rutura, construção e verificação (Campenhoudt & Quivy, 1998, p. 2). Foram estudados e esmiuçados tópicos cruciais para esta dissertação, tais como a pobreza e exclusão social, o fenómeno da situação de sem-abrigo, questões de género, patriarcado e capitalismo, o fenómeno da situação de sem-abrigo no feminino, explorando causas e fatores de risco, como também se abordou a Teoria do Reconhecimento na perspetiva de Nancy Fraser, debatendo-a numa perspetiva de género.

Ao termos como suporte o quadro teórico e a problemática da dissertação, que é perceber qual o impacto que a desigualdade de género tem na situação de sem abrigo, foi formulada a seguinte pergunta de partida: em que medida os fatores que conduziram as mulheres à situação de sem-abrigo foram condicionados pela desigualdade de género?

A partir da pergunta de partida, definiram-se os seguintes objetivos:

**Objetivo geral:** Estudar as trajetórias de vida para a construção da situação de sem-abrigo na mulher, numa perspetiva de género.

**Objetivos específicos:**

- Identificar causas/fatores de risco que as colocaram na situação de sem-abrigo e perceber se as mesmas têm por base a desigualdade/repressão de género.
- Compreender que particularidades e desafios encontram nas suas trajetórias enquanto mulheres em situação de sem-abrigo, numa perspetiva de género.
- Perceber o impacto da condição de sem-abrigo no âmbito da dimensão interacional e esfera do reconhecimento.

Após a revisão da literatura foi possível averiguar alguns fatores de risco que podem conduzir as mulheres à situação de sem-abrigo. Deste modo, surgem as seguintes questões de investigação:

- A precariedade e/ou instabilidade laboral são padrões frequentes ao longo das suas trajetórias de vida?
- A instabilidade familiar e de habitação foram fatores que as conduziram à situação de sem-abrigo?
- As doenças de foro psiquiátrico e os comportamentos aditivos são circunstâncias frequentes nas trajetórias das mulheres em situação de sem-abrigo?
- A violência doméstica foi um fator que potenciou a situação de sem-abrigo?
- As mulheres em situação de sem-abrigo na ilha de São Miguel sentem-se (in)seguras?
- Em que medida as suas redes de suporte foram afetadas quando passaram à condição de sem-abrigo?

Triviños (1987) considera as questões de investigação como questões que irão de encontro ao que o investigador procura responder e entender, sendo que estas questões deverão ser marcadas por um sentido orientador ao longo da investigação. Segundo o autor, as questões de investigação têm de ter três características consistentes: ser precisas, claras e objetivas (Triviños, 1987, p. 107)

As questões de investigação são questões em tempo presente e estão patentes as várias relações inerentes a cada variável e o público-alvo a ser estudado (Fortin, 1999, p. 101). Ao longo do quadro teórico, fatores como a invisibilidade, vulnerabilidade, violência doméstica, precariedade laboral e fracos recursos económicos foram abordados pelos autores, sendo deste modo crucial equacioná-los em questões de investigação de forma a perceber pormenorizadamente se as causas são condicionadas pela desigualdade de género. Importa referir que estas questões de investigação serão analisadas através das trajetórias de vida destas mulheres.

#### **4.2. Grelha de operacionalização**

Iniciamos esta fase com a análise dos conceitos-chave da investigação que serão essenciais no estudo e com a elaboração de dimensões (Campenhoudt & Quivy, 1998, pp. 111-121). Posteriormente, passamos para a construção de indicadores. Para Campenhoudt e Quivy, (1998) “os indicadores são manifestações objetivamente observáveis e mensuráveis das dimensões do conceito.” (Campenhoudt & Quivy, 1998, p. 122).

**Figura 1: Grelha de operacionalização**

| Conceitos  | Dimensões  | Indicadores  |
|--|--|--|
| <b>Desigualdade de género e situação de sem-abrigo</b> | Causas/fatores de risco para a construção da situação de sem-abrigo na mulher e o impacto da desigualdade de género              | Instabilidade familiar   |
|  |  | Instabilidade na habitação   |
|  |  | Dependência de substâncias psicoativas e doenças do foro psiquiátrico  |
|  |  | Violência doméstica  |
|  |  | Relação com o mundo laboral: precariedade/e ou instabilidade laboral   |
|  | Particularidades e desafios nas suas trajetórias enquanto mulheres em situação de sem-abrigo                                     | Segurança  |
|  |  | Dificuldades que sentiram/têm sentido                                  |
|  | O impacto da condição de sem-abrigo no âmbito da dimensão interacional e esfera do reconhecimento<br>a) Dimensão interacional    | Redes de suporte, desafiliação e estigma                               |
|  |  | Contexto e dinâmicas familiares  |
|  |  | Maternidade  |
|  |  | Confiança no Outro e relações interpessoais no CAT Feminino            |
|  | O impacto da condição de sem-abrigo no âmbito da dimensão interacional e esfera do reconhecimento<br>b) Esfera do reconhecimento | Perceções do Outro sobre si  |
|  |  | Necessidades/ambições de práticas comuns a outros membros da sociedade |

### 4.3. Abordagem metodológica: metodologia qualitativa

Tendo em conta que o objetivo é perceber qual o impacto que a desigualdade de género tem na construção da situação de sem-abrigo, é essencial debruçarmo-nos nas trajetórias de vida destas mulheres. Deste modo, é pertinente recorrermos à abordagem metodológica qualitativa.

Triviños (1987) conduz-nos a um melhor entendimento sobre as raízes da metodologia qualitativa e de forma sucinta, percebemos que esta metodologia pode ser subdividida em duas perspetivas: a perspetiva que se sustém pela consciencialização,

subjetividade, pela importância das percepções do contexto envolvente e de que forma os indivíduos assimilam estes fenómenos, por outro lado, a mesma possui raízes que se sustentam pela reflexão e pelo pensamento intuitivo (Triviños, 1987, p. 117). Assim sendo, a metodologia qualitativa define-se pelas suas características fenomenológicas, de forte carácter idealista e de ênfase à consciência do indivíduo, onde a realidade social é percebida como uma construção efetuada pelos indivíduos (Triviños, 1987, p. 125). Podemos então afirmar que o presente estudo é de carácter qualitativo e fenomenológico, pois tem como intuito entender a subjetividade dos fenómenos (Guerra, 2016, p. 27)

Aires (2015) argumenta que a metodologia qualitativa possui uma panóplia de técnicas de recolha de informação. A entrevista é a técnica que foi utilizada nesta investigação e considera-se que esta é crucial no entendimento da história de vida das mulheres em SSA, remetendo-nos para uma maior compreensão sobre a subjetividade e significados na vida de cada indivíduo. É de facto uma metodologia capaz de recolher pormenores peculiares, é atenta ao mundo interno de cada indivíduo e a cada história pessoal, que não seria possível através de uma abordagem quantitativa (Aires, 2015, p. 13)

Em termos práticos, a metodologia qualitativa insere-se na abordagem indutiva e tem como condições a exploração e interpretação do contexto a investigar, flexibilidade e auxílio a questões e métodos de recolha de dados. Esta abordagem qualitativa caracteriza-se por ser maleável no decurso da investigação, tendo como base os resultados adquiridos ao longo deste processo de investigação, sendo que as próprias questões de pesquisa podem ser reestruturadas no decorrer da investigação (Collado et al., 2006, pp. 2-7).

A abordagem qualitativa caracteriza-se essencialmente por procurar conhecer de forma aprofundada um determinado contexto/realidade, em que o objetivo não é medir quantitativamente, mas sim entender trajetórias de vida, percepções, contextos, interpretando-os, daí considerar-se a abordagem metodológica mais adequada para esta investigação (Collado et al., 2006, pp. 9-15).

Como já foi mencionado anteriormente, Fortin (1999) acrescenta que a metodologia qualitativa poderá ser abordada numa perspetiva fenomenológica e esta é marcada pela intersubjetividade. Neste sentido, os participantes da investigação não seriam apenas entrevistados, mas também contribuiriam para o produto final da investigação e para uma melhor compreensão do fenómeno, tal como refere Fortin (1999), seriam “co-investigadores” (Fortin, 1999, p. 148). Posto isto, a metodologia qualitativa aplicada através de uma perspetiva fenomenológica tem como finalidade a compreensão de um determinado fenómeno, que neste caso será a construção da situação de sem-abrigo das mulheres na ilha

de São Miguel (Fortin, 1999, p. 148). Concluindo, o objetivo da metodologia qualitativa numa perspetiva fenomenológica é ir ao cerne da experiência de cada indivíduo e transpô-la para a investigação de forma eficaz (Fortin, 1999, p. 149).

#### **4.4. Técnica de recolha de dados: a entrevista**

As entrevistas são consideradas cruciais aquando da necessidade de analisar e investigar pormenorizadamente práticas, crenças e valores e também são pertinentes numa análise aprofundada sobre a perceção de cada indivíduo sobre uma determinada realidade (Duarte, 2004, p. 215). No âmbito das entrevistas, a autora coloca em foco o papel do investigador dentro das entrevistas. Neste sentido, o investigador antes de avançar com as entrevistas terá de ter alguns parâmetros para alcançar com clareza os pressupostos predefinidos, tais como definir atempadamente que objetivos pretende alcançar, dominar o tema e contextos a serem investigados (Duarte, 2004, p. 216)

A entrevista permite-nos obter informações de carácter subjetivo, uma vez que o que nos é dito tem por base a forma como cada indivíduo experiêcia a sua própria realidade e o seu meio envolvente (Duarte, 2004, p. 219). Independentemente da subjetividade a que o investigador se submete na realização de entrevistas, a entrevista é um recurso essencial nesta investigação, uma vez que o enfoque do estudo são as trajetórias de vida e experiências de cada mulher em situação de sem-abrigo. Duarte (2004) acrescenta ainda que através das entrevistas, o investigador posiciona-se como um “mediador” para que o entrevistado percecione a sua realidade de outro prisma, de forma organizada. O investigador também poderá conduzir o entrevistado a refletir sobre a sua própria realidade (Duarte, 2004, p. 220).

A entrevista possibilita o inter-relacionamento humano através de práticas que mediante a informação é possível proporcionar a interação social e uma maior abertura a nível individual e social. Se o objetivo é entender a trajetória de vida do indivíduo, considera-se a entrevista como crucial neste tipo de investigação, pois permite colocarmo-nos no lugar do outro através da sua história de vida e entender qual a perspetiva que estes indivíduos têm sobre si mesmos e sobre a sua experiência (Miguel, 2010, pp. 1-5). Aires (2015) argumenta ainda que a entrevista proporciona um momento de comunicação entre o entrevistador e o entrevistado, possibilitando deste modo a construção de uma esfera de significados, influenciada pelas características dos atores participantes na entrevista (Aires, 2015, p. 29)

Tendo em conta esta perspetiva sobre a importância da entrevista como a técnica de recolha de dados mais adequada para a investigação em causa, considera-se pertinente incluir a visão de Campenhoudt e Quivy (1998) sobre o tipo de entrevista mais adequado.

Posto isto, recorrer-se-á à entrevista semi-diretiva. Para além de ser a mais comum em investigação social, tal como referem os autores, a entrevista semi-diretiva caracteriza-se essencialmente por se inserir num esquema em que as questões não são demasiado abertas ou fechadas. É marcada por algumas questões que servirão de fio condutor para que o entrevistador consiga recolher a maior informação possível e que se mantenha focado no tema e nos objetivos, mas num contexto de maior liberdade para que o entrevistado se sinta à vontade de se expressar de forma mais espontânea e genuína, num ambiente seguro (Campenhoudt & Quivy, 1998, p. 192).

O guião de entrevista (anexo nº1) será o instrumento de recolha de dados que irá conduzir a entrevista aos objetivos propostos. Importa referir que o guião servirá de base, apenas para termos uma linha orientadora das questões fulcrais a debater em entrevista, contudo há espaço para que outras questões possam surgir e que complementem o estudo. A ordem das questões poderá variar consoante o discurso ao longo da entrevista. Este guião tem por base as questões de investigação e a grelha de operacionalização, abrangendo os seus conceitos, dimensões e indicadores.

#### **4.5. Escolha das participantes**

Guerra (2016) considera que numa abordagem qualitativa torna-se desafiante delimitar um universo de análise e uma amostra em específico, tendo em conta que a investigação numa perspetiva qualitativa é maleável ao longo do estudo e é imbuída de diversidade (Guerra, 2016, p. 43). Dentro da abordagem qualitativa, a amostragem e a escolha das participantes terá de justificar-se pela importância que terão para fundamentar teoricamente o estudo, sendo necessário procurar características específicas e variadas para validar a investigação (Aires, 2015, pp. 22-23). Tendo por base tanto a perspetiva de Guerra (2016) como Aires (2015), consideramos pertinente recorrer à amostragem por seleção racional, concebida por Fortin (1999). De acordo com Fortin (1999), a amostragem por seleção racional consiste em selecionar uma amostra de acordo com características muito específicas, inclusive características desviantes, tendo como objetivo estudar um fenómeno que seja invulgar ou pouco aprofundado (Fortin, 1999, p. 209)

Posto isto, a recolha de dados foi efetuada através da realização de entrevistas a mulheres em situação de sem-abrigo na ilha de São Miguel, especificamente no concelho de Ponta Delgada. Estas entrevistas foram realizadas com o apoio da Novo Dia – Associação para a Inclusão Social, por ser uma associação bastante presente na comunidade, na promoção da inclusão e integração de pessoas em situação de exclusão social extrema, nomeadamente

pessoas em situação de sem-abrigo. As entrevistas a mulheres em situação de sem-abrigo foram realizadas a utentes desta mesma associação e foram efetuadas até saturação de informação, ou seja, foram cessadas as entrevistas quando já não foi possível adquirir novo conteúdo ao longo da realização das entrevistas (Guerra, 2016, p. 42)

As participantes foram selecionadas com o auxílio das técnicas superiores do Centro de Acolhimento Temporário Feminino da Associação Novo Dia, tendo em conta que são as técnicas em questão que têm conhecimento das mulheres em SSA que têm disponibilidade e abertura para serem entrevistadas.

Ao longo desta explanação sobre o método de escolha das participantes é necessário declarar que este estudo pretende analisar as experiências de vida de cada mulher em SSA que será entrevistada, sem qualquer objetivo de adquirir dados estatísticos exaustivos sobre este fenómeno, tal como nos indica Guerra (2016, p. 48)

Relativamente aos pressupostos éticos inerentes a esta investigação, Fortin (1999) refere que “a ética, no seu sentido mais amplo, é a ciência da moral e a arte de dirigir a conduta” (Fortin, 1999, p. 114). Fortin (1999) refere que há uma série de direitos inerentes a cada pessoa que irá participar numa investigação: autodeterminação, intimidade, anonimato, confidencialidade, salvaguarda de qualquer prejuízo, preservação do conforto e uma abordagem íntegra e leal (Fortin, 1999, p. 116). Esta dissertação regula-se pelo Código de Ética da Universidade dos Açores, tendo como linhas orientadoras as boas práticas na investigação com sujeitos humanos (Artigo 12.º, Código de Ética da Universidade dos Açores), como também pelo Código Deontológico da Associação Portuguesa de Sociologia. O instrumento de recolha de dados (guião de entrevista em anexo) tal como o Termo de Consentimento Informado, folheto informativo para os participantes e cronograma foram submetidos à Comissão de Ética da Universidade dos Açores, onde após avaliação e autorização da mesma foi possível avançar com a aplicação das entrevistas.

#### **4.6. Análise e tratamento de dados: a análise de conteúdo**

Vala (1990) caracteriza a análise de conteúdo como uma “técnica de tratamento de informação” (Vala, 1990, p. 104). Esta técnica permite ao investigador colocar as informações numa nova perspetiva. Especificamente em relação à entrevista, a análise de conteúdo permite perceber com que regularidade se verificam certos fenómenos, quais as suas características e qual a relação entre os mesmos. O autor refere que a análise de conteúdo pressupõe uma definição de objetivos, categorias e unidades de análise (Vala, 1990, pp. 108-109).

Especificamente para esta dissertação, considera-se a análise categorial a mais adequada, inserida nas técnicas de análise de conteúdo. A análise categorial funciona através da fragmentação de várias partes dos textos em diferentes unidades/categorias (Bardin, 2016, p. 201) e é considerada uma análise temática e descritiva (Guerra, 2016, p. 63).

Guerra (2016) aborda a análise de conteúdo numa perspectiva compreensiva e indutiva, onde há mais espaço para a interpretação, sublinhando que esta possui dimensões descritivas e interpretativas. A autora sublinha que cada técnica é escolhida de acordo com as necessidades e objetivos tanto do estudo como do investigador (Guerra, 2016: 61-63). Em termos práticos, a autora apresenta-nos um método de análise de conteúdo mais simplificado, tendo por base Poirier e Valladon, para entrevistas/histórias de vida. Este método consiste numa comparação entre tipologias, categorias e análises temáticas, uma vez que análise de conteúdo para além de descrever, também interpreta situações. Esta proposta de análise de conteúdo sistematizada por Guerra (2016) passa primeiramente pela transcrição das entrevistas, pela leitura das entrevistas e concomitantemente pelo resumo das mesmas, de forma a sintetizar informação para obter posteriormente uma análise temática e problemática. De seguida, construíram-se as sinopses para cada entrevista; esta é uma fase essencial porque é através das sinopses que é possível reter a essência de cada entrevista, e onde se constroem temáticas e problemáticas que serão debatidas na análise e discussão dos resultados. Neste sentido, as sinopses são uma mais-valia pois permitem sintetizar informação de modo a obter o essencial de cada entrevista e facilita a comparação entre as mesmas (Guerra, 2016, pp. 68-78).

## **Capítulo 5 – Interpretação e discussão dos resultados**

Tal como afirmam Campenhoudt e Quivy (1998) “O objetivo da investigação é responder à pergunta de partida” (Campenhoudt & Quivy, 1998, p. 211). Este capítulo é constituído essencialmente pela interpretação e discussão dos resultados obtidos através das entrevistadas realizadas e tem como objetivo analisar os resultados em conjunto com a problemática do estudo e do quadro teórico, para que seja possível não só obter respostas relativamente à questão de partida, às questões de investigação, como também atingir os objetivos previamente delineados.

### **5.1. Caracterização da amostragem**

A amostragem foi definida com o auxílio das técnicas superiores do Centro de Acolhimento Temporário Feminino da Associação Novo Dia, pois foi necessário ter em consideração a abertura e disponibilidade das utentes para serem entrevistadas. Salienta-se esta questão uma vez que as mesmas recorrem à associação por motivos muito delicados e por se encontrarem em situação de extrema vulnerabilidade, o que tornou de grande importância a articulação junto das técnicas responsáveis. Com o intuito de manter o anonimato da forma mais rigorosa possível, informamos apenas que as entrevistadas têm idades compreendidas entre os 27 e 72 anos.

Foram efetuadas nove entrevistas, onde oito são residentes do CAT Feminino e uma encontra-se autonomizada num quarto, mas a ter apoio da instituição. Informamos também que apenas uma residente do CAT Feminino não quis ser entrevistada. Todas as entrevistas foram realizadas no CAT Feminino e tiveram a duração de 10 a 30 minutos, dependendo sempre da disponibilidade emocional de cada entrevistada. Após saturação de informação foram cessadas as entrevistas.

As seguintes entrevistadas encontram-se em situação de “sem-casa” e residem no centro de acolhimento temporário da instituição:

Neste momento estou aqui (...) Eu pedi para vir para aqui para me sentir segura (...)  
(Entrevistada 1)

Aqui (Entrevistadas 3 e 9)

Novo Dia (Entrevistadas 4, 5 e 6)

Estou aqui, mas já vou sair (...) vou para uma casa de acolhimento mais para pessoas com depressão. (Entrevistada 7)

Aqui dentro. Estou aqui há 5 meses, mas já estive aqui tanta vez (Entrevistada 8)

Uma entrevistada (entrevistada 2) encontra-se autonomizada num quarto, contudo mantém apoio da associação Novo Dia e ao longo da sua trajetória de vida recorreu à associação muitas vezes:

Neste momento estou a viver num quarto (...) tive de me fazer à casa e pronto, estou a fazer a minha vida. (...) há 20 anos que conheço a instituição e desde aí que sempre tive apoio delas, da equipa técnica e acolhimento aqui na Casa (Entrevistada 9).

## **5.2. Causas/ fatores de risco para a construção da situação de sem-abrigo na mulher e o impacto da desigualdade de género**

Considera-se esta dimensão o pilar deste processo de investigação. É através desta dimensão e dos respetivos indicadores que é possível não só obter respostas relativamente à pergunta de partida, como também permite identificar as causas e fatores de risco que as colocaram na situação de sem-abrigo e perceber se as mesmas têm por base a desigualdade/repressão de género e/ou outras causas que poderão ser coadjuvantes, como também permite-nos obter respostas relativamente às seguintes questões de investigação: A instabilidade familiar e de habitação foram fatores que as conduziram à situação de sem-abrigo?; Os comportamentos aditivos e doenças de foro psiquiátrico são circunstâncias frequentes nas trajetórias das mulheres em situação de sem-abrigo?; A violência doméstica foi um fator que as colocou em situação de sem-abrigo?; A precariedade e/ou instabilidade laboral são padrões frequentes ao longo das suas trajetórias de vida?

Como já foi explanado no quadro teórico, as trajetórias de vida para a construção de sem-abrigo, tanto para homens como especificamente para as mulheres, é sem-dúvida uma realidade multidimensional, onde não é possível especificar situações únicas que contribuem para esta problemática. O mesmo se aplica às trajetórias de vida das mulheres que participaram nesta investigação. Verifica-se que algumas entrevistadas não possuem apenas um fator em específico, sendo as suas trajetórias de vida marcadas por uma panóplia de fatores que as levaram a esta situação.

### **a) Instabilidade familiar**

Confirma-se que duas entrevistadas tiveram como fator impulsionador na sua trajetória para situação de sem-abrigo a instabilidade familiar:

Separei-me e eu não sou de cá, não tenho família cá, não tenho suporte, vivia com o meu ex-companheiro, com os pais dele, quando me separei fiquei com uma mão à frente e outra atrás. Entretanto engravidei de “X” e precisei de ajudas (...) (Entrevistada 6)

No início quando vim para aqui foi o mau relacionamento com os meus pais e também pelos consumos de álcool, tinha muitos consumos de álcool. (Entrevistada 2)

Especificamente para a entrevistada 2, verifica-se que para além da instabilidade familiar, as dependências de substâncias psicoativas, neste caso do álcool, também foram impulsionadoras para a da sua condição.

A instabilidade familiar poderá correlacionar-se com outros fatores como por exemplo as fracas redes de suporte, fator que se verifica nas entrevistadas 6 e 2. Ter estabilidade familiar permite-nos sentir seguros e suportados, pelo que quando esta realidade não existe ou está fragilizada, a mesma poderá não só levar à situação de sem-abrigo, como também poderá ser um obstáculo para sair desta situação. Tal como é explanado no enquadramento teórico desta investigação, um suporte familiar fragilizado pode contribuir para a condição de sem-abrigo (Fernandes et al., 2022, p. 80)

#### **b) Instabilidade na habitação**

Este foi um indicador que se verificou numa entrevistada, neste caso na entrevistada 4. Considera-se instabilidade na habitação pelo facto de a mesma não possuir casa própria e não ter contrato de arrendamento com o proprietário da habitação, ficando deste modo à mercê de qualquer decisão por parte deste e imediatamente vulnerável à situação de sem-abrigo, e foi o que efetivamente aconteceu:

Eu morava numa casa de renda, eu não tinha contrato e a senhoria no dia “X” olhou para mim e disse “tens até dia “X” para sair daqui porque vou fazer isto de alojamento local para turismo, que eu ganho muito mais”, do nada, e eu estava desesperada, procurei casa, procurei ajuda nas pessoas e não havia nada disponível no momento com o valor que o meu ordenado pagaria (...) (Entrevistada 4).

Aqui é possível apreender que para além da mesma não ter contrato de arrendamento, deixando-a vulnerável à situação de sem-abrigo, é afetada pela precariedade laboral, uma vez que tem um emprego que não lhe permite receber um salário suficiente para se autonomizar. Podemos inclusive abordar a crise habitacional que Portugal enfrenta neste momento. Pinto (2023) acrescenta ainda que o valor mediano do preço habitacional duplicou comparativamente a 2015, e que esta realidade proporciona disparidades tanto a nível social como territorial (Pinto, 2023, p. 28). A autora vem neste sentido confirmar a situação experienciada pela entrevistada 4 e que de facto é uma situação vivenciada por inúmeros portugueses que têm cada vez mais dificuldade no acesso à habitação, onde aqui também existe influência da precariedade laboral e redução de rendimentos na dificuldade de acesso à mesma (Pinto, 2023, p. 29)

### **c) Dependência de substâncias psicoativas e doenças de foro psiquiátrico**

Percursos marcados por dependência de substâncias psicoativas como também doenças de foro psiquiátrico poderão fazer parte das trajetórias de vida para a construção da situação de sem-abrigo. Estas características verificam-se em cinco entrevistadas:

(...) também já tive os meus problemas de toxicod dependência, (...) estive agora quase três anos limpa, depois destes problemas todos da rusga e de violência doméstica tive uma recaída (...) (Entrevistada 1)

No início quando vim para aqui (...) e também pelos consumos de álcool, tinha muitos consumos de álcool. (...) tive de abandonar o trabalho, mandaram-me para casa por justa causa. Tenho pensão de invalidez porque sou bipolar (Entrevistada 2)

(...) eu estava sempre tentando me matar, eu já não estava aguentando e nem as crianças. Não era um bom ambiente. Estávamos sempre a discutir (com ex-marido) e eu sempre drogada no hospital (Entrevistada 7)

Toxicod dependência. Fazia um pouco de tudo. Já experimentei as drogas todas. Comecei na heroína, depois fiquei 2 anos na metadona, nunca mais fiz heroína, depois meti-me na sintética. (...) de momento estou em tratamento ainda (...) (Entrevistada 8)

(...) meti-me na droga, perdi o meu trabalho, o meu ex-companheiro também andava sempre nisso e eu já tinha dito a ele que dessa vez ia procurar ajuda e lógico que quando

saísse não queria voltar à mesma rotina. Fiz o meu tratamento na Casa de Saúde, quando cheguei a casa buscar o resto fui ver se estava melhor e ele estava igual. Peguei nas minhas coisas e vim para aqui. (Entrevistada 9).

Tal como supramencionado, das 5 entrevistadas, três tiveram como causa para se encontrarem em situação de sem-abrigo o consumo de substâncias psicoativas (entrevistadas 2, 8 e 9), sendo que para as entrevistadas 1 e 7 o consumo de substâncias psicoativas fez parte das suas trajetórias de vida, mas tiveram outros motivos para se encontrarem em situação de sem-abrigo. Acrescentamos também que duas referem abertamente que possuem doenças de foro psiquiátrico, como depressão e bipolaridade. De acordo com o estudo elaborado por Fernandes et al. (2022), na Região Autónoma dos Açores a primeira causa para a construção da situação de sem-abrigo é a dependência de substâncias psicoativas, incluindo o álcool, e as doenças de foro psiquiátrico foram identificadas como a quarta causa (Fernandes et al., 2022, p. 80). Os autores também concluem que o consumo de substâncias psicoativas poderá ser um fator de risco como também um resultado da situação de sem-abrigo (Fernandes et al., 2022, p. 38).

#### **d) Violência doméstica**

Ao longo desta investigação e das entrevistas efetuadas às mulheres que participaram neste estudo, verifica-se que a violência doméstica, a par com a precariedade e instabilidade laboral, é um fator que se verifica fortemente ao longo das suas trajetórias para a construção da situação de sem-abrigo e que inevitavelmente está relacionada com a desigualdade de género e repressão que as mulheres vivenciam. Podemos afirmar de acordo com os dados obtidos através desta investigação que a violência doméstica tem impacto direto para as mulheres se encontrarem em condição de sem-abrigo, logo, é inevitavelmente um fator relacionado com a desigualdade e repressão de género.

A violência doméstica que foi possível constatar ao longo da informação fornecida pelas entrevistadas não foi apenas a partir do cônjuge, mas também de um filho e de um irmão de ex-cônjuge, como é possível verificar nos excertos das entrevistas abaixo. Das nove entrevistadas, seis foram vítimas de violência doméstica e foi um dos fatores que as colocaram em situação de sem-abrigo e que fez parte das suas trajetórias de vida:

(...) tive problemas com violência doméstica com o meu marido (...). Foi preso por suspeito de tráfico duas semanas depois da violência doméstica e agora estou numa situação complicada (Entrevistada 1)

É assim, já fui vítima de violência doméstica e ainda tenho o estatuto de vítima. Tinha o contacto com uma técnica por este estatuto e ela ajudou-me porque estava a sofrer novamente, não foi com a mesma pessoa, mas com o irmão e daí pedi ajuda para vir para aqui. (Entrevistada 3)

Meu filho foi morar comigo, disse que não bebia, que estava bom, que estava assado e querida... levava muita porrada do meu filho! Não aguentava mais. Já estou aqui há muitos anos (...) vou-lhe dizer uma coisa: eu nunca vi um filho a dar numa mãe! (...) Os meus netos viam, os meus netos [diziam] “não bate na minha avó!” (...) Ele podia matar-me que ninguém acudia ali. (Entrevistada 5)

Meu marido expulsou-me de casa e não tinha para onde ir. Fui para casa da minha mãe, tive [“X” tempo] e o meu irmão é toxicodependente, não tinha descanso. Então vim com a polícia para aqui e fiquei aqui. Foi a primeira vez que passei por uma situação dessas, nunca esperava (Entrevistada 7)

Especificamente para as entrevistadas 8 e 9, verificamos que a suas condições atuais de sem-abrigo são multifatoriais, marcadas principalmente pela dependência de substâncias psicoativas, sendo a violência doméstica um fator extra e que fez parte das suas trajetórias de vida. Importa também referir que para as entrevistadas 8 e 9 a prostituição fez parte das suas trajetórias de vida. Podemos neste ponto declarar que a prostituição as colocou numa situação de extrema vulnerabilidade:

(...) tenho um companheiro, mas fala comigo quando quer, esta com depressão e está nas drogas (...). Já não falo com ele há 4 meses. (...) ele também me batia. Eu fazia prostituição e conheci-o como cliente (...) temos muito altos e baixos (...) antes fazia prostituição para arranjar dinheiro para a droga e para os cigarros porque não passo sem tabaco (...) (Entrevistada 8)

(...) Estive durante 8 anos limpa e depois morar com o tal companheiro, chegar a casa e via, chegar a casa e via, chegou a um ponto que não deu, pus-me a consumir também. Ele também já se estava a tornar agressivo, atirou-me um cofre de ferro (...) eu disse chega, para mim basta.” “(...) A minha família também não me aceitava, pus-me na rua aos 16, tive de me desenrascar, estive na prostituição, depois conheci

certas associações que me ajudaram em certas coisas e foi sempre assim.  
(Entrevistada 9)

**e) Relação com o mundo laboral: precariedade e/ou instabilidade laboral**

Este ponto permite-nos ir ao encontro dos objetivos específicos: identificar as causas que as colocaram na situação de sem-abrigo, perceber se as mesmas têm por base a desigualdade/repressão de género e/ou outras causas que poderão ser coadjuvantes e especificamente ir ao encontro de uma das questões de investigação acima supramencionadas, se a precariedade e/ou instabilidade laboral são padrões frequentes ao longo das suas trajetórias de vida. O que efetivamente se verificou ao longo das entrevistas é que a precariedade e/ou instabilidade laboral não são fatores que diretamente as colocam em situação de sem-abrigo, mas que em todas é uma realidade que se verifica ao longo das suas trajetórias de vida. Esta realidade constata-se em 8 entrevistadas, à exceção da entrevistada 2. Apesar de terem histórico de percursos laborais, os mesmos foram/são caracterizados por alguma instabilidade e precariedade.

As categorias profissionais com maior prevalência são as áreas de restauração/cozinha, limpeza e cuidadoras, à exceção da entrevistada 2 que já trabalhou como administrativa. Importa referir que todas as categorias mencionadas são categorias feminizadas.

Trabalhei a minha vida toda. Já fui auxiliar médica (...), já trabalhei na cozinha (...), na Escola (...), sempre trabalhei. (...) Era boa [a relação], tinha as minhas coisas, a minha casa, conseguia viver com o meu ordenado. O Governo também ajudava, a minha família (...) também me ajudou (Entrevistada 1)

(...) Sou pensionista por invalidez. Tive uma fase muito boa onde trabalhei (...) como administrativa [cargo na função pública], mas pronto, recaí no consumo de heroína e tive de abandonar o trabalho, mandaram-me para casa por justa causa. Tenho pensão de invalidez porque sou bipolar (Entrevistada 2)

Não. [não está a trabalhar] (...) Trabalhei em restauração, café (...) Quando não pagaram eu decidi sair. Foi só 1 mês, eu não quis ficar mais (Entrevistada 3)

Sim eu trabalho. Sou cuidadora de idosos através de um programa do Governo dos Açores (...) e gosto, gosto muito. (Entrevistada 4)

(...) reformada. (...) Trabalhei durante a minha vida toda. Trabalhava em lares, lavava idosos, casas particulares (...) (Entrevistada 5)

Não [não está a trabalhar] estou à procura de emprego. Vou começar a trabalhar (...) já trabalhei em restauração (Entrevistada 6)

Sou reformada (...) Tenho depressão crónica, problemas na coluna (...) Trabalhei muitos anos como empregada doméstica e firmas de limpeza (...) e que remédio, não tinha estudos e tinha de o fazer (Entrevistada 7)

(...) eu estou numa ocupação na [associação "X"]. Faço um pouco de tudo, limpeza, ajudante de cozinheira (...) De vez em quando vou para aí dar uns dias em casas de senhoras (...) eu sempre trabalhei em limpeza (...) (Entrevistada 8)

Não [não está a trabalhar]. Antes trabalhava como copeira. Sempre trabalhei em restauração, em hotéis a arrumar quartos (...) (Entrevistada 9)

Após a análise destas entrevistas verifica-se que a precariedade e/ou instabilidade laboral são padrões frequentes ao longo das suas trajetórias de vida, e como é possível averiguar no enquadramento teórico, a precariedade e a instabilidade laboral têm uma componente marcante no que diz respeito à desigualdade de género. De acordo com os excertos de entrevistas supramencionados, podemos deduzir que a violência doméstica tem um impacto mais direto para a construção da situação de sem-abrigo, ou seja, é literalmente o fator predominante que as colocou em situação de sem-abrigo, no entanto, a precariedade e instabilidade laboral também são fatores que estão presentes nas suas trajetórias de vida e que inevitavelmente contribuem para a sua situação. Comparando os nossos resultados obtidos com o estudo elaborado por Nobre (2020), os resultados são semelhantes no que concerne às questões de género no âmbito da precariedade e instabilidade laboral, uma vez que a autora conclui na sua investigação que empregos feminizados, tais como limpeza, cozinha, e de baixa remuneração fizeram parte das trajetórias de vida da amostragem estudada pela autora (Nobre, 2020, p. 348).

### **5.3. Particularidades e desafios nas suas trajetórias enquanto mulheres em situação de sem-abrigo**

Esta dimensão constitui um dos objetivos específicos, que é compreender que particularidades e desafios encontram nas suas trajetórias enquanto mulheres em situação de sem-abrigo, numa perspetiva de género, como também ir ao encontro da questão de investigação, se as mulheres em situação de sem-abrigo na ilha de São Miguel se sentem (in)seguras, que dificuldades sentiram/têm sentido e com isto perceber se reconhecem que estão numa situação de vulnerabilidade. Para além de aferir as particularidades e desafios, há o intuito de aferir junto das entrevistadas se na sua perceção a experiência enquanto mulheres em situação de sem-abrigo difere dos homens. Importa referir que devido à imprevisibilidade das respostas e fluência das entrevistas, as informações dadas pelas entrevistadas foram diversas, não obstante, consideramos de grande relevância para a investigação.

No que diz respeito às entrevistadas 3, 4, 6, as mesmas referem que se sentem seguras, tendo em conta a sua situação. Contudo, sublinha-se que a entrevistada 4 menciona que apesar de se sentir segura, na sua opinião a experiência de outras mulheres em situação de sem-abrigo poderá diferir, inclusive os fatores que as colocam em situação de sem-abrigo, comparativamente aos homens também diferem, na sua perspetiva:

Sim. [sente-se segura enquanto mulher]. (Entrevistada 3)

No meu caso específico não [segurança comparativamente a homens], mas em mulheres que precisam de apoio, com certeza (...) Eu não diferencio homens e mulheres, mas diferencio a situação individual de cada um. Eu acredito que homens sejam mais por motivos de drogas, bebidas, coisas deste tipo, as mulheres, com as que tenho conversado muito aqui têm todo o tipo de história: sofreram violência, reabilitação, o meu caso, outras que têm crianças, outras têm dificuldades de emprego, enfim, eu acredito que na história real que leva as pessoas a buscarem são completamente diferentes. Homens estão mais relacionados com este tipo de situação. (Entrevistada 4)

Não me sinto insegura. Até pelo contrário, sinto-me segura por estar aqui. Eu não gosto é de mencionar que estou num Lar (Entrevistada 6)

As dificuldades que têm sentido são muito diversas. Nas entrevistadas 5 e 7 é possível verificar que a solidão tal como a desafiliação são dificuldades pelas quais têm passado enquanto mulheres em situação de sem-abrigo e para as entrevistadas 6 e 9 a maior dificuldade é o facto de terem de se submeter às regras da associação:

(...) uma pessoa está sozinha, uma pessoa não tem família, não tem ninguém sem ser esta gente aqui e a gente com os nossos maridos dava-se bem. Vivia muito bem com o meu marido (...) A minha vida não é fácil. Às vezes eu quero dormir e eu penso, estou sempre a pensar, a pensar (Entrevistada 5)

(...) Tenho me sentido muito sozinha, não tenho apoio de ninguém (...) Sinceramente, não sei (...) não sei explicar. Foi um grande trambolhão na minha vida (...) Às vezes quero falar com “X” e estão sempre ocupados (Entrevistada 7)

É ter regras (risos) (...) mas isto são fases que “a gente passa” na vida. Agora é começar do zero. Aqui na Novo Dia eles ajudam-me em tudo. (Entrevistada 6)

É não ter a minha liberdade como eu gosto” [dificuldades] (...) Acho que é igual. [situação de sem-abrigo enquanto homem/mulher] (Entrevistada 9)

A entrevistada 2 apesar de estar autonomizada num quarto e de recorrer à associação frequentemente, refere que atualmente não se sente segura no local onde reside, onde inclusive a insegurança que sente levou-a precedentemente aos consumos de álcool. É possível constatar que existe alguma dificuldade inter-relacional no local onde se encontra autonomizada:

Sinto-me mais insegura no sítio onde estou agora, no quarto, já passei por esta experiência de ter me sentido mais insegura e de ter recorrido ao álcool, mas pronto, tive que dizer basta senão eu ia perder o meu lugar onde eu estou e tive de recorrer à medicação (...) Mas pelo menos pedi ajuda e disse que tem de parar, tem de parar porque senão não sei para onde vou, se eu não tomar este comprimido para onde vou? E eu tenho ali um bom quarto e pronto, as pessoas são problemáticas e eu já me moldei às situações que acontecem lá no quarto. (Entrevistada 2)

As entrevistadas 1 e 8 têm perspetivas diferentes tanto na sua segurança como na experiência das mulheres em situação de sem-abrigo. Ambas têm convicções semelhantes no que concerne às suas próprias experiências, como se verifica nos excertos abaixo:

(...) Eu agora estou numa situação um bocadinho complicada, eu não me sinto segura, não confio em ninguém, agora com essa sintética, droga nova, toda a gente faz tudo e qualquer coisa por um pacote, com essa droga sintética eram capazes de vender a alma para um pacote (...) “Oh, é muito diferente [a experiência enquanto mulher em SSA]. Uma mulher é mais fraquinha que um homem, não é? Às vezes está descontrolado, fala mal com a gente, não tem respeito, e a gente como somos mulheres como nos vamos defender? Às vezes a gente fica de boca calada, engolimos muita coisa, não nos sentimos seguras, ficamos sempre com medo que façam mal (...) Sim, sinto-me mais insegura [por ser mulher] por causa disso. Já passei por muita coisa, mas por isso nunca me senti assim.” (...) lá [Drop In] tem muitos homens e poucas mulheres, pronto... a gente não se sente muito seguras. Falando de mim, não me sinto segura nesse ambiente. (Entrevistada 1)

Com a entrevistada 1 podemos verificar que a mesma se sente insegura enquanto mulher em situação de sem-abrigo, assumindo que as mulheres em geral são mais fracas fisicamente. Neste ponto de vista, ficando, portanto, à mercê da instabilidade do homem e como fosse uma “fatalidade” a que toda a mulher se tem de sujeitar. Constata-se também que se sente mais insegura junto de homens que partilham o mesmo espaço enquanto pessoa em situação de sem-abrigo, quando a entrevistada 1 afirma que na Drop In, atual Centro de Acolhimento de Emergência para mulheres e homens há poucas mulheres, logo, maior insegurança e conseqüentemente, uma maior vulnerabilidade.

A entrevistada 8 partilha da mesma opinião que a entrevistada 1, ao referir que a sua trajetória enquanto mulher em SSA foi marcada pela insegurança, principalmente na sua trajetória enquanto mulher em situação de “sem-teto”, afirmando de igual modo que esta experiência difere do homem, e novamente, pela fragilidade da mulher comparativamente ao homem:

(...) quando saí da clínica vim para aqui, estou limpa há 5 meses e eu disse que queria ficar aqui porque aqui estou mais segura (...) A experiência [homens/mulheres] é completamente diferente. O homem é mais maduro, entre aspas, a mulher é mais frágil, o homem consegue suportar muita coisa, a gente já não (...) qualquer coisa vamos abaixo, já o homem tem aquela força (...) eu dormia com medo, a senhora já viu estar a dormir no escuro e alguém fazer-te mal ou matar-te?

Eu pensava muito nisso (...) podem dar-me uma facada, matar-me (...) desde aí fiquei com muito medo do escuro (...) Às vezes tinha uma lanterna ou velas, mas muita vez foi ao escuro. (Entrevistada 8)

É pertinente colocar aqui uma partilha da entrevistada 8 aquando da sua experiência enquanto mulher em situação de “sem-teto”. A partilha desta experiência faz-nos refletir o quão desafiante é passar por estas vivências e a resiliência que é necessária para ultrapassar estes obstáculos:

(...) já morei na rua, já vivi numa casa cheia de ratos a passar por cima de mim, já comi comida com bolor (...), eu morava numa garagem sem luz (...) estive quase 2 anos numa garagem abandonada, eu estava toda suja, colchão todo roto, passei muita fome (...) a droga estava a me destruir toda. Chegou a um dia que disse “ou bem vou para a cova, ou bem me endireito ou vou perder a minha família” (...) o que me fez mais largar a droga foi a minha mãe. A minha mãe já faleceu e sei que ela não estava descansada no Céu e agora ela deve estar muito orgulhosa de mim (...) fiz isso por mim, pela minha família, mas mais pela minha mãe (...) (Entrevistada 8)

#### **5.4. O impacto da condição de sem-abrigo no âmbito da dimensão interacional e esfera do reconhecimento**

Esta dimensão, que se subdivide em dois indicadores, surge com o intuito de explorar o impacto da condição de sem-abrigo no âmbito da dimensão interacional e esfera do reconhecimento, e constitui-se como um dos objetivos específicos deste estudo. Esta dimensão cruza-se principalmente com os teóricos abordados nos capítulos anteriores, principalmente Goffman, na questão do estigma, e como também de Honneth e Fraser no que concerne ao âmbito do reconhecimento.

##### **5.4.1. Dimensão interacional**

Aqui analisaremos as suas redes de suporte, o contexto/dinâmica familiar, questões relacionadas com a maternidade e em que medida a desafiliação e estigma são intrínsecas a estes tópicos e como são as suas relações a nível de maternidade. Frisamos que o objetivo crucial neste ponto é perceber em que medida as suas redes de suporte foram afetadas aquando da sua situação de sem-abrigo.

### **a) Redes de suporte, desafiliação e estigma**

Das nove entrevistadas, sete revelam fracas redes de suporte, sem contacto estável com familiares, amigos ou com a comunidade, o que leva diretamente à desafiliação e estigma, como é possível averiguar nos excertos abaixo. Das sete entrevistadas, quatro revelam que as suas únicas redes de suporte estão associadas a apoios institucionais/ às equipas técnicas de instituições:

(...) Sim. Com as doutoras. Sem ser elas, tenho a minha mãe na América, mas cá nos Açores não, não tenho ninguém. Nem com a minha própria filha (...) (Entrevistada 1)

Tenho a Dra. “X”, a minha irmã porque é mais amiga de ouvir, de resto não tenho ninguém. A família... são muitos, mas não se conversa, “a gente não tem” contacto a não ser esta minha irmã. Por vezes ligo para ela, ela não liga, mas lá depois meia e volta ela sempre dá a sua chamada (Entrevistada 2)

Não. [não se sente apoiada] (...) Neste momento, pronto, conheci um rapaz e é o único (...) Não. [sem contacto com familiares] (Entrevistada 3)

Não. [sem contacto com familiares] (...) Desde que estou aqui que não tenho contacto com ninguém (...) Eu agora sinto-me melhor, mas sinto aquelas saudades dos meus filhos todos, é isso que é o pior para mim (Entrevistada 5)

(...) eu telefono para alguém e ninguém faz caso de mim. “Não vou sofrer malucas”, é o que me dizem. (...) desde que vim pedir ajuda e tudo ninguém quis me dar apoio. Desde que saí de casa. Ninguém. (...) Ninguém de confiança. “A gente” não pode confiar e ninguém. Eu fico guardando para mim, às vezes tenho uma recaída, choro, choro, choro (Entrevistada 7)

Em primeiro, a minha família, mas mais, mais, mais, é a Novo Dia e [associação “X”]. Se não fossem eu não sei o que seria de mim (...) eu agradeço muito o que estão a fazer por mim porque eles ajudam-me em tudo (...) eu já tive oito recaídas e nunca me abandonaram, não dizem “aquela está na droga, deixa estar na droga”, não, vêm buscar, dizem que tenho de mudar, que vão me ajudar, abriram-me as portas várias vezes(...)

amigos tenho aqui na Casa e na [associação X], mas por fora na rua só tenho 1 amigo verdadeiro, de resto eram todos amigos da droga (...) (Entrevistada 8)

(...) Conto com a [associação “X”] e aqui também (...) Não tenho contacto. Nenhum. Desde o princípio nunca quiseram saber [família], sempre rejeitaram, eu também não vou andar atrás de ninguém. Tenho poucos amigos com quem posso contar, muito poucos (...) já levei muitas facadas (Entrevistada 9).

Contrariamente às sete entrevistadas supramencionadas, as entrevistadas 4 e 6 revelam redes de suporte mais estáveis, sentem-se apoiadas e acolhidas ao longo de todo este processo:

(...) Não me senti desacolhida, quem não pôde me ajudar de uma forma mais direta deu-me uma ideia, falou com alguém que pudesse me auxiliar, então me senti muito bem recebida (...) eu falo todos os dias com a minha família (...) Eu sou o apoio deles (...) (Entrevistada 4)

Sim. [sente-se apoiada] (...) Claro que há dias “mais maus”, dias que a gente perde a paciência (...) Tenho a madrinha de “X”, tenho amigas, eu não estou presa aqui, posso passar o dia fora etc. (Entrevistada 6)

Por conseguinte, podemos constatar através dos excertos de sete entrevistadas que efetivamente existe desafiliação, situação que tende a piorar depois de se encontrarem em situação de sem-abrigo. Este aspeto já foi abordado no enquadramento teórico por autores como Amaro (2015), Fontes (2012) e Aldeia (2014), pelo que a partir dos mesmos podemos concluir que a desafiliação implica uma desagregação social e tem um profundo impacto negativo nas pessoas. Inclusive, constatamos nas entrevistas que muitas vezes o apoio institucional é o que lhes permite ter alguma rede de suporte e isto torna ainda mais importante o reforço junto das instituições que lidam com este público-alvo o quão indispensável é o seu suporte neste âmbito. Bento e Barreto (2002) alertam-nos para a importância de olharmos para a situação de sem-abrigo como uma condição que provoca grande sofrimento ao indivíduo que a vivencia, como igualmente conduz a uma maior sensação de desconexão (Bento & Barreto, 2002, p. 96).

## **b) Contexto e dinâmicas familiares**

Dentro da dimensão interacional, considera-se pertinente referir que das nove entrevistadas, três entrevistadas partilharam ao longo das suas entrevistas o contexto e dinâmicas familiares que fizeram parte das suas experiências de vida. São experiências marcadas por violência doméstica, dependência de substâncias psicoativas por parte de familiares, ambiente familiar hostil, instável e marcado por pobreza:

(...) quando eu era pequenina minha mãe casou 4 vezes, tinha muitos maridos, minha mãe levava muita pancadaria, quando eu era pequenina sentia-me insegura porque o marido chegava à casa e dava pancadaria nela. Mas na minha vida “as an adult”, nunca estive nesta situação, só quando meu marido saiu da cadeia. Brigas, violência doméstica, nunca passei nada disso... (Entrevistada 1)

(...) eu cresci num ambiente muito violento, minha mãe era espancada (...) tive muito contacto com dependentes químicos, eu estou assistindo de camarote a realidade que eu sempre engajei e sempre tentei ajudar quem fosse possível. (...) A única coisa que não perdi na minha vida dentro das minhas buscas foi o teto, sempre tive casa. Mas já passei situações de não ter luz, de não ter água, de não ter comida, enfim e mesmo assim se alguém precisava eu colocava dentro da minha casa” (Entrevistada 4)

(...) os meus irmãos todos bebem, eles são alcoólicos e tem sempre muita briga em casa, trabalham e não dão o dinheiro à minha irmã (...) os meus irmãos bebem, gastam o dinheiro todo na bebida e a minha irmã tem muitos conflitos com eles, muitas brigas, eles partem tudo em casa, brigam, dão na cara dela, querem dar no meu pai (...) (Entrevistada 8)

## **c) Maternidade**

Relativamente à questão da maternidade, das nove entrevistadas, duas não têm filhos: as entrevistadas 8 e 9. Ambas são mulheres transgénero. Todas as restantes entrevistadas têm filhos:

Tenho quatro e um deles já faleceu. Com o meu filho (...) estou bem, também tenho uma filha (...), temos os nossos problemas, mas tenho falado com ela (...) (Entrevistada 1)

Tenho uma filha (...) É boa [a relação], está lá fora a trabalhar, temos contacto pelo telemóvel e quando ela vem cá passamos um momento juntas (Entrevistada 2)

Tenho dois. (...) É boa [a relação], eles vivem comigo. (Entrevistada 3)

Eu criei os meus três filhos sozinha, na intenção de dar um “reset” na vida após uma depressão gravíssima eu vim para os Açores e a ideia era encontrar-me aqui e se caso fosse um sítio bom para eu viver traria eles, os mais novos (Entrevistada 4)

Quatro. (...) Nunca mais falaram comigo. Quem falava comigo era o meu [filho] “X” e vivia era comigo.” (...) Eu é que criei [os filhos], eu é que trabalhei para eles (Entrevistada 5)

(...) tenho esta menina e mais dois que estão com o pai (...) Eles vêm passar o fim de semana aqui. [A relação] é ótima (Entrevistada 6)

Sim, três. É boa. [a relação] (...) Sim, quando eles podem... [falar] (...) uns estão a estagiar, outros a trabalhar. (Entrevistada 7)

Podemos concluir neste ponto que a relação de proximidade/ contacto com os filhos das entrevistadas, ou seja, no âmbito interacional, é heterogénea, como se pode verificar nos excertos supramencionados. As entrevistadas 1, 2, 4, 5 e 7 não têm de momento contacto presencial frequente com os filhos, contudo, eventualmente poderá haver contacto telefónico ou contacto presencial pontual com os mesmos. Verifica-se especificamente nas entrevistadas 1 e 5 uma maior instabilidade relacional com os filhos comparativamente às restantes entrevistadas. Relativamente às entrevistadas 3 e 6 verifica-se uma maior estabilidade e proximidade.

#### **d) Confiança no Outro e relações interpessoais no CAT F**

A entrevistada 1 refere que a segurança é um fator essencial na sua vida e no seu futuro. A questão da falta de confiança no Outro ressurgiu, como também a mesma não mantém fortes relações de suporte junto das restantes entrevistadas:

(...) Eu quero é saber de mim e da minha segurança. Eu agora como estou numa fase muito complicada, não quero saber dos outros o que vão dizer, o que importa é a minha segurança, a minha vida, e mais nada senhora. O mais importante neste momento para mim é segurança e saúde. Eu sou trabalhadora, respeito toda a gente e mereço respeito, já não tenho 20 anos (...) o que importa mesmo é a minha segurança e a minha saúde. O resto “I don’t care” (...) Cada uma faz a sua vida, a gente entra aqui sozinhas e sai daqui sozinhas. Eu também não confio nas pessoas, vou dizer a verdade, não confio em ninguém (...) evito ao máximo falar da minha vida, evito confusões, eu fico no meu canto e elas ficam no seu (...) (Entrevistada 1)

Certas entrevistadas similarmente fazem referência tanto à confiança no Outro como também às suas relações interpessoais junto das restantes utentes da Casa Abrigo onde residem:

(...) Quando vivia aqui dava-me bem, umas melhores que as outras, tinha “que” ignorar algumas coisas e dizer que sim, mas pronto. (...) (Entrevistada 2)

(...) Igual senhora. A gente a bem dizer estamos na mesma situação. [perceção das outras senhoras do CAT F] (Entrevistada 3)

É como costume dizer, cada uma no seu barco. Todas aqui precisam de ajuda, mas cada uma no seu caminho. O que é delas nem tenho nada a comentar. (Entrevistada 6)

É só bom dia, boa tarde, tudo bem e já está (...) isto não é um lugar para mim (...) agora vou para um sítio mais calmo. Dão apoio, perguntam como a gente está, fala com a gente. (Entrevistada 7)

Muito malucas [risos] mas nunca tive brigas aqui dentro, tratam-me muito bem, gostam muito de mim (...) (Entrevistada 8)

Há certas coisas que não me identifico. Mães aqui com crianças e as crianças fazem o que querem, a mãe não reage e isso incomoda-me. (Entrevistada 9)

Podemos verificar que não existem relações interpessoais próximas junto das restantes utentes do CAT F, pelo que esta questão pode estar relacionada com a falta de

confiança no Outro e que leva diretamente à esfera da vinculação. Como afirmam Bento e Barreto (2002), a vinculação, neste caso uma vinculação mais acentuada permite uma maior proximidade relacional (Bento & Barreto, 2002, p. 97). Por não terem uma grande proximidade interpessoal junto das restantes utentes, podemos induzir que as mesmas podem não visualizá-las como redes de suporte.

#### **5.4.2. Reconhecimento**

Esta dimensão, tal como a dimensão interacional, pretende ir ao encontro do nosso terceiro objetivo específico que é perceber o impacto da condição de sem-abrigo no âmbito da dimensão interacional, mas aqui é especificamente na esfera do reconhecimento. Aqui serão abordadas questões no âmbito das perceções do Outro sobre si e suas necessidades/ambições de práticas comuns a outros membros da sociedade.

Considera-se o ponto fulcral desta dimensão a necessidade de práticas comuns aos restantes membros da sociedade porque está diretamente relacionado com a esfera do reconhecimento, tal como explanado no enquadramento teórico.

##### **a) Perceções do Outro sobre si**

Certas entrevistadas sentiram-se mais predispostas a abordar este tópico, tal como as entrevistadas 3, 6, 8 e 9:

Tem vezes que têm pena [perceção dos outros sobre si própria] (Entrevistada 3)

Acredito que por estar numa situação assim exista o julgamento do tipo “não tem casa porquê?” assim como a vulnerabilidade. Acho que tem estes dois tipos de olhares. Ou realmente vêem que realmente é uma mulher vulnerável, que precisa de ajuda, a fragilidade da mulher ou a questão de culpar, de julgar, para ter chegado nesta situação. Acredito que é assim que é visto. Eu vejo que elas têm uma situação um pouco mais complicada que a minha, justamente esta questão da vulnerabilidade, dos problemas pessoais em si, como disse, conversando com elas vi que algumas têm problemas recentes com a saída da droga, outras sofreram violência no lar (doméstica), outras não têm aceitação da família, então vejo elas muito em situação de vulnerabilidade (...) (Entrevistada 4)

Não quero saber. Porque eu é que sei o que é que eu sou e o que estou trabalhando para mim. A opinião dos outros é me indiferente, é para o lado que durmo melhor.

(...) Ah, eu nunca digo que estou num lar! Não preciso de estar a mencionar que estou num lar (...) (Entrevistada 6)

Antes olhavam para mim com medo, porque eu não estava em mim (...) a minha família ficava assustada quando chegava a casa (...) até os meus amigos diziam “estás tão diferente, tão feia, parece que estás ficando maluca”(...)o pessoal via-me com medo, eles viam-me com medo, agora já não, já ficam contentes, dizem que eu estou muito diferente (...) a minha família já olha para mim tipo “eu adoro-te”, antes era “eu odeio-te”, “tens de sair desta casa” (...) a minha irmã agora já chora para voltar para a casa dela (...) eu amo a minha família, muito, mas para morar não, ou vivo em instituições, ou quartos de renda, ou casa. Eu gosto de ter a minha liberdade (...) Agora sinto-me bem, sinto-me linda, fiz muita mudança em 5 meses (...) antes tinha vergonha de ir ter com alguma pessoa, por exemplo, teria vergonha de estar com a senhora por causa dos dentes, da maneira que era, fugia sempre com medo, não queria falar com ninguém, estava entrando em depressão também (...) a minha família e amigos vinham falar comigo e eu fugia com medo (...) agora estou sempre presente (...) eu perdi a autoestima toda (...) (Entrevistada 8)

Não posso saber isso, acho que normal. [perceção do Outro sobre si] (Entrevistada 9)

Das entrevistadas predispostas a abordar este tópico, as entrevistadas 6 e 9 mencionam que não consideram que existe uma perceção pejorativa do Outro para si próprias. Contudo, as entrevistadas 6 e 8 mencionam aspetos relacionados com estigma, como “pena” (entrevistada 6) e como “olhavam para mim com medo”, “estás tão diferente, tão feia, parece que estás ficando maluca” (entrevistada 8). Sublinha-se o peso do estigma na autoapreciação da sua identidade social, recorrentemente com repercussões negativas e distorcidas sobre si mesmas (Goffman [1963] 2022, pp. 4-19). A entrevistada 4 tem uma visão que nos permite analisar o que a mesma acha sobre a perceção do Outro sobre si, considerando que poderá haver um olhar que as culpabilizam por estarem nesta situação, como também afirma que os Outros poderão ver as restantes utentes como culpadas da sua própria situação, considerando que as restantes utentes se encontram numa posição de maior

vulnerabilidade do que a mesma no que respeita à desabitação de substâncias psicoativas, violência doméstica ou instabilidade familiar.

#### **b) Necessidades/ambições de práticas comuns a outros membros da sociedade**

No que concerne às necessidades/ambições de práticas comuns a outros membros da sociedade, é recorrente as entrevistadas afirmarem que ambicionam ter um “futuro” comum às outras pessoas:

(...) Primeiro a minha segurança e o resto é devagarinho. Sem segurança não se vai a lado nenhum (Entrevistada 1)

(...) O que é que eu mudava? Não sei, as coisas estão a correr bem e pelo lado positivo, é levar os dias. O que eu mudava [risos] era dar uns passeios por aí, mas está tudo a correr bem. Gostava de ter uma pessoa mais junto a mim, que é este meu companheiro, mas pronto, ele optou por ir trabalhar para fora e não sei qual vai ser o futuro (Entrevistada 2)

Arranjar casa. Primeiro é a estabilidade dos meus filhos, na escola, para depois arranjar um trabalho e a casa e refazer a minha vida.” “Se eu tivesse .... Muita coisa mudava, muita coisa que eu não fiz e fazia agora...muita...talvez não estivesse nessa situação. (Entrevistada 3)

Eu gostaria de estar na minha casa, gostaria de ganhar mais, mas isso são coisas que eu vou mudar e eu estou caminhando tudo dentro do meu entendimento de vida, que é trabalhar, trazer os meus filhos (...)Desde a minha depressão que eu não tenho um projeto pessoal (...) penso em ter a minha casa mas vejo que não é a curto prazo, mas a minha meta hoje, o que me mantém viva e de pé é dar uma qualidade de vida para o meu filho menor (...)minha meta de vida é que ele [filho] não passe por certas coisas, que ele não sinta na pele algumas necessidades, algumas violências. Minha meta de vida hoje é dar estudo, qualidade de vida e segurança para o meu filho” (Entrevistada 4)

Gostava de viver sozinha num apartamento, não queria mais nada (...) fui para a casa dele para ajudar a pagar as dívidas que ele tinha. A minha desgraça foi os meus filhos. (Entrevistada 5)

É ter os meus outros filhos, mas sei que eles estão bem neste momento. O objetivo é ter uma vida comum igual às outras pessoas, ter o meu trabalho, a minha casa com os meus filhos. É isso. (Entrevistada 6)

Meu maior objetivo é retornar a viver com a minha família. Sinto muita falta (...) Já estou mais calma, já estou melhor com a medicação nova, já não sou a mesma que era antes, a vida “aprendeu-me” muito, foi uma situação que não estava contando, fez me ver as coisas de outra maneira, como deve ser e como não deve ser. (Entrevistada 7)

Eu gosto de estar aqui, mas quero ir para um quarto, quero ir para uma discoteca... eu sou nova, quero ficar até tarde por fora, aqui não podemos fazer isso (...) daqui a 2, 3 meses se eu for para o PROSA vou para um apartamento (...) quero ter a minha independência (...)”“Nunca ter me posto na droga, isso é que eu mudaria (...) se previsse o futuro tinha mudado muita coisa, tinha continuado na escola até ao fim (...) O meu sonho mesmo é fazer a minha operação, transformar-me em mulher, o meu namorado fazer vida comigo, quero muito... apesar de ele ser meio paranoico ... ele também está com depressão e a vida com depressão é muito difícil. (Entrevistada 8)

Era acabar com aquilo que tanto quero, realizar o meu sonho, por causa da droga deixei tudo para trás. Agora quero ver se começo tudo de novo, ter o meu trabalhinho, quero sair daqui porque isto aqui não é para mim (...) por enquanto tenho de me aguentar aqui, mas quero ver se o mais rápido possível tenho o meu próprio espaço (Entrevistada 9)

Verifica-se ao longo das entrevistas que é unânime a necessidade de práticas comuns a outros membros da comunidade, como por exemplo a necessidade de ter segurança, casa, trabalho, independência, maior vinculação afetiva e relações interpessoais saudáveis, proximidade à família e filhos. Verifica-se que existe profunda necessidade de uma

integração na sociedade. Esta questão está interligada com o reconhecimento de Honneth (2011), quando o autor refere que o indivíduo só consegue interiorizar os seus direitos quando os mesmos também são reconhecidos pelos outros, permitindo deste modo um reconhecimento do indivíduo como membro de uma comunidade (Honneth, 2011, p. 111). Podemos igualmente constatar que pelo facto de não possuírem casa, todas necessitam de medidas de carácter redistributivo, como refere Fraser (2003). Para um alcance de justiça social são necessárias medidas no âmbito do reconhecimento e redistribuição. A redistribuição está inerentemente ligada ao sistema estrutural da sociedade, pelo que o facto de serem pessoas em situação de sem-abrigo e, claro, encontrarem-se sem casa, trajetórias marcadas por precariedade laboral, e nomeadamente questões de género, necessitam destas medidas de carácter redistributivo para que seja possível alcançar a justiça social, como também precisam de medidas no âmbito do reconhecimento para lutar contra o estigma e dominação cultural (Fraser, 2003, pp. 13-15). Considera-se necessário tanto o reconhecimento como redistribuição discutido por Fraser (2003), para que seja possível uma maior integração na comunidade através de práticas e ambições comuns entre membros de uma sociedade, e que desta forma seja possível alcançar uma maior justiça social.

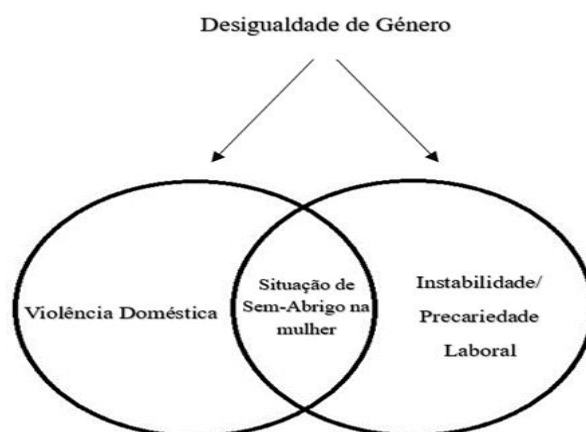
#### **5.6. O impacto da desigualdade de género na construção da situação de sem-abrigo na mulher na ilha de São Miguel – concelho de Ponta Delgada**

O objetivo deste ponto é entender o impacto da desigualdade de género na construção da situação de sem-abrigo na ilha de São Miguel, especificamente no concelho de Ponta Delgada. Para esta finalidade daremos ênfase à questão de partida desta investigação e iremos relacioná-la com a teoria central, que é a Teoria do Reconhecimento na perspetiva de Nancy Fraser, onde o conceito de género é preponderante. Frisamos que esta investigação é exclusivamente qualitativa com enfoque nas trajetórias de vida das mulheres em situação de sem-abrigo do concelho de Ponta Delgada, sem qualquer objetivo de obter dados mensuráveis quantitativos. Considera-se novamente de extrema relevância o enfoque nas trajetórias de vida e na perceção das entrevistadas sobre as suas experiências.

Ao longo da interpretação e discussão de resultados podemos concluir que efetivamente as causas/fatores que conduziram as mulheres à situação de sem-abrigo foram condicionadas pela desigualdade de género, logo, houve impacto da desigualdade de género na construção a situação de sem-abrigo na mulher na ilha de São Miguel – concelho de Ponta Delgada. As causas/fatores que mais se verificam são a violência doméstica e a

precariedade/e ou instabilidade laboral, sendo que ambas estão ligadas às questões de género<sup>1</sup>.

**Figura 2: esquema sobre impacto da desigualdade de género para a construção da situação de sem-abrigo na mulher**



Como vemos no esquema apresentado, temos a desigualdade de género como catalisadora da violência doméstica e instabilidade/precariedade laboral, sendo que ambos fatores estão no cerne das causas/fatores de risco para a situação de sem-abrigo na mulher, na ilha de São Miguel – Concelho de Ponta Delgada. Apesar de haver fatores que são pluridimensionais e heterógenos, os fatores com maior predominância são os fatores que proporcionam situações maioritariamente experienciadas por mulheres, logo, existe inerentemente um impacto da desigualdade de género para a construção da situação de situação de sem-abrigo. Estas características são também abordadas no estudo elaborado por Nobre (2021), com foco no norte da cidade de Lisboa. A autora deduz através do seu estudo com enfoque nas trajetórias de vida de mulheres em situação de sem-abrigo que as questões de género tiveram grande impacto na vida destas mulheres e que marcaram as suas trajetórias para se encontrarem nesta condição, pelo que a violência doméstica e recursos económicos e sociais tiveram repercussões na sua condição (Nobre, 2021, pp. 320-337). Podemos entender que os recursos económicos e sociais estão relacionados com a instabilidade/precariedade laboral, uma vez que os recursos económicos sociais são influenciados pela estabilidade laboral. A autora, num estudo precedente, faz referência inclusive à instabilidade/precariedade laboral, afirmando que é predominante nos seus

---

<sup>1</sup> ver ponto 5.2.: causas/ fatores de risco para a construção da situação de sem-abrigo na mulher e o impacto da desigualdade de género, alíneas d) e e).

resultados obtidos sobre o trabalho precário, marcado nomeadamente por trabalhos feminizados e pouco remunerados (Nobre, 2020, p. 348).

Não descurando os fatores individuais que também têm peso para a construção da situação de sem-abrigo na mulher, é necessário reforçar o impacto da desigualdade de género principalmente no âmbito da violência doméstica e instabilidade/precariedade laboral pois permitem-nos olhar para este fenómeno numa perspetiva estrutural, que deve ser cada vez mais aprofundada para que sejam criadas medidas que se adequem à problemática em questão. Costa et al. (2023), reforçam que especificamente nos Açores, os fatores para o aumento de pessoas em situação de sem-abrigo estão predominantemente relacionados com causas estruturais (Costa et al., 2023, p. 101), pelo que podemos também aplicar estas afirmações para as mulheres em situação de sem-abrigo.

É impreterível relacionar estes argumentos com a perspetiva de Fraser (2003, 2007a, 2007b, 2012) no âmbito do reconhecimento, como também da redistribuição. Tal como já foi referido no Capítulo 3, Fraser (2003, 2007a, 2007b, 2012) mostra-nos a sua forma de refletir sobre a justiça social tanto no âmbito do reconhecimento como da redistribuição, para que seja possível alcançar uma participação equitativa na sociedade (Fraser, 2003, pp. 32-35). Neste sentido, poderíamos incluir a instabilidade/precariedade laboral no âmbito da redistribuição e a violência doméstica e desigualdade de género no âmbito do reconhecimento, dado que, de acordo com o quadro teórico exposto no Capítulo 3, a instabilidade/precariedade laboral é inerente à não-redistribuição e a violência doméstica e desigualdade de género ao não reconhecimento (Fraser, 2012, p. 1-2). Não obstante, afirmamos que devido à desigualdade de género podemos deduzir que a situação de sem-abrigo no feminino surge pela lacuna no âmbito da redistribuição e reconhecimento. Neste sentido, reconhecimento e redistribuição são indicadores paralelos que nos permitem ir ao encontro da justiça, igualdade social e reconhecimento (Fraser, 2007, p. 103). Referimos novamente o que Fraser (2006) argumenta relativamente à sociedade androcêntrica em que vivemos, que tem impacto em diversas áreas da vida das mulheres tornando-as mais vulneráveis, inclusive por questões laborais e questões de repressão de género e violência, ambos aspetos que são evidenciados nesta investigação através das partilhas de trajetórias de vida efetuadas pelas entrevistadas (Fraser, 2006, pp. 233-234).

## **Considerações finais**

Ao longo da pesquisa realizada para a elaboração desta dissertação é unânime entre os autores consultados que a desigualdade de gênero tem uma forte influência na situação de sem-abrigo nas mulheres. Fatores como violência doméstica, pobreza, dificuldades socioeconômicas, precariedade laboral, são fatores que foram inseridos nestes estudos e que são desafios que se encontram mais presentes na experiência vivida pelas mulheres. O próprio sistema patriarcal influencia este fenômeno e condiciona também as próprias respostas no combate a este fenômeno e inclusive contribui para invisibilidade e vulnerabilidade da mulher em situação de sem-abrigo. Ressalvamos a necessidade de perceber as trajetórias destas mulheres, pois são trajetórias que diferem dos homens, e que a vulnerabilidade enquanto mulheres nesta situação é um ponto que deve ser aprofundado para que melhores respostas sejam criadas. Tendo em conta a abordagem feita por Nancy Fraser relativamente à Teoria do Reconhecimento, denota-se que a desigualdade de gênero se reflete tanto na esfera do reconhecimento como na esfera da redistribuição. Deste modo, a desigualdade de gênero manifesta-se numa participação desigual na sociedade, como na dificuldade de acesso a estruturas que possam garantir condições de vida como também na não valorização, na estigmatização, e na consideração do gênero feminino, neste caso, como sendo inferior.

Relacionando a perspectiva de Nancy Fraser sobre gênero, reconhecimento-redistribuição e a situação de sem-abrigo, considera-se que a mulher em situação de sem-abrigo é impedida de aceder tanto à esfera de redistribuição, uma vez que se vê numa situação de pobreza e exclusão social extrema, não tendo as condições necessárias para manter uma habitação própria e na própria dificuldade em manter um emprego estável, como também vê obstáculos na esfera do reconhecimento. Na esfera do reconhecimento, a mulher em situação de sem-abrigo vê-se estigmatizada por ser mulher e estar em situação de sem-abrigo, há uma série de papéis em que “falhou” de acordo com a sociedade e claramente, aqui insere-se a violência e assédio que estas mulheres vivenciam, que poderá ter sido antes de estarem nesta situação, onde muitas vezes a violência doméstica foi um gatilho para estarem sem-abrigo, como pode ter estado presente durante a suas trajetórias enquanto mulheres em SSA. Verifica-se junto das entrevistadas uma grande necessidade de práticas comuns, principalmente no que concerne ao ideal de casa e estar junto da família.

Apesar de todas as mudanças positivas que se vêm na sociedade perante a questão do gênero e na tentativa de manter uma participação e reconhecimento igualitário na sociedade entre mulheres e homens, ainda há um longo caminho a percorrer. O mesmo se

aplica quando relacionamos este aspeto com a situação de sem-abrigo. Ainda persiste muita estigmatização direcionada para as pessoas em situação de sem-abrigo e quando olhamos para a experiência destas mulheres, como foi acima referido, há ainda uma noção de que estas mulheres falharam com papéis impostos pela sociedade e a sua realidade enquanto mulher em situação de sem-abrigo não é reconhecida.

## Referências bibliográficas

Aboim, S. (2007). *Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar em Portugal e noutros países europeus*. Amâncio, Lúcia; Wall, Karin (org.) Família e Género em Portugal. Imprensa de Ciências Sociais

Aires, L. (2015). Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional. Universidade Aberta. ISBN: 978-989-97582-1-6

Amâncio, L. (2003). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, vol. XXXVIII (168), 2003, 687-714

Amaro, M. (2015). *A dimensão relacional do fenómeno da pobreza contemporânea: desafiliação, laço social e vida urbana*. Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, Transformações e Estudos. Castro, A., Diogo, F., Perista, P. (orgs). Edições Húmus

Aldeia, J. (2012). *Investigar o fenómeno dos sem-abrigo. Em defesa de uma política ontológica declarada e preocupada*. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 97 | 2012. DOI: 10.4000/rccs.4964 ISSN: 2182-7435

Aldeia, J. (2014). *Para além do pecado e da doença. Desconstruindo discursos sobre o fenómeno dos sem-abrigo*. *Revista da Associação Portuguesa de Sociologia*.

Aldeia, J. (2016). *Vontade de simplificação: agir no fenómeno dos sem-abrigo*. EM PAUTA, Rio de Janeiro \_ 1o Semestre de 2016 - n. 37, v. 14, p. 217 - 242

Aldeia, J. (2019). *O Artesão Sem-Abrigo. O Trabalho como Resistência à Vida na Rua*. MEDIAÇÕES, LONDRINA, V. 24 N.1, P.306-334, JAN. -ABR. 2019

Aruzza, C. (2015). Considerações sobre género: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Viewpoint

Aruzza, C., Bhattacharya, T., Fraser, N. (2019). Feminismo para os 99% - Um Manifesto. Objectiva

- Baptista, I. (2010): Women and Homelessness. Homelessness Research in Europe
- Baptista, I., Busch-Geertsema, V., Pleace, N. (2017). Family Homelessness in Europe: 7 EOH Comparative Studies in Homeless. European Observatory on Homelessness
- Bardin, L. (2016). Análise de Conteúdo. Almedina
- Bastos, A., Casaca, S., Fernandes, R., Machado, C., Nunes, F. (2008). Género e Pobreza: Impacto e determinantes da pobreza no feminino. Pereirinha, José (coord.). Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
- Bastos, A., Casaca, S., Nunes, F., Pereirinha, J. (2009). Women and poverty: A gender-sensitive approach. J. Socio-Econ. (2009)
- Barreto, E., Bento, A. (2002). Sem-amor, sem-abrigo. Climeps
- Bauman, Z. (2004). Wasted Lives – Modernity and its Outcasts. Polity Press
- Bauman, Z. (2006). Liquid Fear. Polity Press
- Bauman, Z., Donskis, L. (2016). Cegueira Moral – A perda da Sensibilidade na Modernidade Líquida. Relógio D'Água
- Beauvoir, S. [1949] (2015). O Segundo Sexo – Volume 1. Quetzal
- Brasoveanu, I. (2021). Social Policies for Inclusion and Exclusion of Vulnerable Groups – Homeless People. University Journal of Sociology
- Bretherton, J. (2017). Reconsidering Gender in Homelessness. Centre for Housing Policy, University of York, UK
- Bretherton, J. Mayock, P. (2021) Women's Homelessness: European Evidence Review. Brussels: FEANTSA.

Butler, J. [1990] (2017). Problemas de Género. Orfeu Negro

Campenhoudt, L., Quivy, R. (1998). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Gradiva

Casaca, S. (2010). As desigualdades de género em tempos de crise: um contributo para a reflexão sobre as implicações da vulnerabilidade laboral. Sociedade e Trabalho

Clavel, G. (2004). A sociedade da exclusão – compreendê-la para dela sair. Porto Editora

Collado, C., Lucio, P., Sampieri, R. (2006). Metodologia de Pesquisa. McGraw Hill

Costa, A. (2015). Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, Transformações e Estudos. Castro, A., Diogo, F., Perista, P. (orgs). Edições Húmus

Costa, A., Fernandes, H., Fernandes, L., Fontes, P., Lages, J. (2023). *Será a condição de sem-abrigo uma questão de escolha? Um estudo exploratório realizado nos Açores*. Cidades, Comunidades e Territórios Autumn Special Issue (2023)

Diário da República, 2.<sup>a</sup> série — N.º 167 — 27 de agosto de 2015

Diogo, F., Rocha, G. (2018). *Desigualdades de género e pobreza nos Açores*. Desigualdades Sociais e Políticas Públicas: Homenagem a Manuel Carlos Silva

Diogo, F. (2019). *Algumas peculiaridades sobre a pobreza nos Açores*. Sociologia Online, n.º 19, junho 2019, pp. 81-101

Diogo, F. (coord), Palos, Branco, F., Fernandes, L., Palos, A., Pereira, E., Perista, P., Ribeiro, F., Rodrigues, C., Silva, O., Trevisan, G. (2021). Faces da pobreza em Portugal. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR

Fernandes, H., Fernandes L., Fontes, P. (2022). *À Margem – A Condição de Sem Abrigo nos Açores*. Novo Dia – Associação para a Inclusão Social

Ferraz, A. (2020) *Crise pandémica e Crise na Habitação: Mulheres em Foco*. Lages, Joana; Jorge, Sílvia. Dinamia ‘Cet, ISCTE, Fundação para a Ciência e Tecnologia

Ferreira, H., Januário, S., Mendes, M., Samagaio, F., Rodrigues, E. (2017). *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal*. Universidade do Porto

Fontes, P. (2012). *Sem-abrigo: condições intersubjetivas do reconhecimento*. Direitos Humanos e Qualidade de Vida nas Comunidades Falantes de Português nos EUA e Canadá. Governo dos Açores

Fraser, N., Honneth, A. (2003). *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. Verso

Fraser, N. (2006) *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”*. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382

Fraser, N. (2007). *Reconhecimento sem Ética?* Lua Nova, São Paulo, 70: 101-138

Fraser, N. (2007). *Unruly Practices - Power, Discourse and Gender in Contemporary Social Theory*. Polity Press

Fraser, N (2012). *Luta de classes ou respeito às diferenças? - Igualdade, identidades e Justiça Social*

Fortin, M. (1999). *O Processo de Investigação: da concepção à realização*. Lusociência

Foucault, M. [1975] (2022). *Os Anormais*. Biblioteca de Filosofia Contemporânea

Goffman, E. [1963] (2022). *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*. Penguin Classics

Guerra, I. (2006). Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso. Príncípia Editora, Lda.

Honneth, A. (2011). Luta pelo Reconhecimento – para uma gramática moral dos conflitos sociais. Edições 70

Hooks, Bell [1984] (2020). Teoria Feminista – Da Margem ao Centro. Orfeu Negro

Miguel, F. (2010). *A entrevista como instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada*. Revista Odisseia– PPgEL/UFRNN ° 5 [ jan – jun 2 0 0] ISSN 1983 – 2435

Laurisz, N. (2021). Social Policy. Public Policies. Social Dictionaries.

Lopes, J. (2017). A invisibilidade da mulher em situação de sem-abrigo: a neutralidade das políticas e respostas sociais sobre a integração da perspectiva transversal de género em Portugal. Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Nobre, S. (2020). *Perspetiva de curso de vida: a situação de sem-abrigo no feminino em Portugal*. *Análise Social* lv (2.º), 2020 (n. ° 235), pp. 332-354

Nobre, S. (2021). Women’s Homelessness and Housing Exclusion in the Northern Lisbon Metropolitan Area: An In-depth Exploratory Study. Tese de Doutoramento em Ecologia Humana, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza (2022). Pobreza e Exclusão Social em Portugal – Relatório 2022

OECD (2021). Homeless Population. Social Policy Division.

Pinto, T. (2023). Habitação. Iscte - Instituto Universitário de Lisboa e Dinâmia’CET-Iscte

Poeschl, G., Múrias, C., Costa, E. (2004). *Desigualdades sociais e representações das diferenças entre os sexos* *Análise Social*, vol. XXXIX (171), 2004, 365-387

Portaria n.º 151/2021 de 16 de julho de 2021. Diário da República, 1ª série, nº137. Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Provedor de Justiça (2021). Os Sem-abrigo em Tempos de Emergência. Cadernos da Pandemia. Provedor de Justiça.

Reeve, Kesia (2018). *Women and homelessness: putting gender back on the agenda*. *People, Place and Policy* (2018): 11/3, pp. 165-174. DOI: 10.3351/ppp.2017.8845235448

Resolução do Conselho do Governo n.º 72/2018 de 20 de junho de 2018. Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores I Série nº 75. Presidência do Governo.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2020 de 21 de janeiro de 2020. Diário da República, 1ª série, nº14. Presidência do Conselho de Ministros

Santos, B.S. (2020). O Futuro Começa Agora – Pandemia à Utopia. Edições 70

Savage, M. (2016). *Gendering women's homelessness*. *Irish Journal of Applied Social Studies* ISSN 1393-7022 Vol. 16(2), 2016, 44-65

Scott, J. (1995). *Género: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol.20, nº2, jul./dez. 1995, pp.71-99

Scott, J. (2021). *Gênero: Ainda é uma categoria útil de análise?* *Albuquerque: revista de história*, vol. 13, n. 26, jul. - dez. de 2021 I e-issn: 2526-728

Schouten, M. (2011). *Sociologia do Género*. Húmus

Silva, Maria (1983). *Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX*. *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983-3.º, 4.º 5.º, 875-907

Triviños, A. (1987). Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação. Publicação Atlas

Vala, J. (1990) *A análise de conteúdo*. Metodologia das Ciências Sociais. Silva, A., Pinto, J. (orgs). Edições Afrontamento

Vice-presidência do Governo Regional (2020). Boletim Estatístico 2020 Solidariedade Social e Habitação. Núcleo de Planeamento, Estatística e Documentação

Vet, R., Beijersbergen, M., Lako, D., van Hemert, A., Herman, D., Wolf, J. (2019). *Differences between homeless women and men before and after the transition from shelter to community living: A longitudinal analysis*. Health Soc Care Community. 2019; 27:1193–1203

**Outras fontes consultadas:**

Açoriano Oriental – artigo de 6 de fevereiro de 2022, acessido a 3 de julho de 2022  
<https://www.acorianooriental.pt/noticia/estudo-indica-quase-quinzentas-pessoas-emsituacao-de-sem-abrigo-nos-aco-res-335885>

<https://www.feantsa.org/en> (acessido a 3 de julho de 2023)

Código Deontológico Associação Portuguesa de Sociologia (acessido a 02-10-2023)  
<https://aps.pt/pt/codigo-deontologico/>

Instituto Nacional de Estatística - Censos 2021. XVI Recenseamento Geral da População. VI Recenseamento Geral da Habitação: Resultados definitivos. Lisboa: INE, 2022 ISSN 0872-6493. ISBN 978-989-25-0619-7

## **ANEXOS**

## **Anexo 1: Guião de entrevista para mulheres em situação de sem-abrigo**

1. Saudação; apresentar tema da dissertação, problemática e objetivos do estudo; Consentimento para gravação da entrevista; explicar questões de anonimato.
2. Qual a sua idade?
3. Qual o seu estado civil? (dependendo da resposta e abertura, aprofundar esta questão)
4. Tem filhos? (se sim), como é a sua relação com eles? (dependendo da resposta e abertura, aprofundar esta questão)
5. Está a trabalhar? (se não), já trabalhou em quê? Como era a sua relação com o trabalho?
6. Onde vive neste momento?
7. Neste momento da sua vida está a ter apoio da Associação Novo Dia. Como chegou até aqui?
8. Por que motivos precisou deste apoio?
9. Que diferenças lhe parecem que existem entre homens e mulheres que residem na Novo Dia? Há diferenças na vida de homens e mulheres na rua, na Novo Dia?
10. Como os outros a vêem quando olham para si?
11. Como se vê? Se tivesse de se apresentar a alguém, como o faria?
12. Como vê as outras mulheres que residem aqui?
13. Sente-se mais (in)segura por ser mulher ou não há diferenças? Se se sente insegura, o que a faz sentir desta forma? Que tipo de situações já vivenciou?
14. Sente-se apoiada? Com quê ou com quem pode contar em situações mais desafiantes?
15. O que mudaria neste momento na sua vida? Qual o seu maior objetivo neste momento?

## Anexo 2: Grelhas de sinopses das entrevistas

### Caracterização da amostragem

| Entrevistadas         | Indicadores   |   |
|-----------------------|---|---|
|                       | “Sem-casa”  | Têm habitação apoiada/ já tiveram apoio da N.D.   |
| <b>Entrevistada 1</b> | “Neste momento estou aqui (...) Eu pedi para vir para aqui para me sentir segura (...)”               |   |
| <b>Entrevistada 2</b> |   | “Neste momento estou a viver num quarto (...) tive de me fazer à casa e pronto, estou a fazer a minha vida (...) já conheço a Novo Dia (...) há 20 anos que conheço a instituição e desde aí que sempre tive apoio delas, da equipa técnica e acolhimento aqui na Casa” |
| <b>Entrevistada 3</b> | “Aqui”  |   |
| <b>Entrevistada 4</b> | “Novo Dia”  |   |
| <b>Entrevistada 5</b> | “Novo Dia”  |   |
| <b>Entrevistada 6</b> | “Aqui na Novo Dia”  |   |
| <b>Entrevistada 7</b> | “Estou aqui, mas já vou sair (...) vou para uma casa de acolhimento mais para pessoas com depressão.” |   |
| <b>Entrevistada 8</b> | “Aqui dentro. Estou aqui há 5 meses, mas já estive aqui tanta vez”                                    |   |
| <b>Entrevistada 9</b> | “Aqui”  |   |

**Causas/ fatores de risco para a construção da situação de sem-abrigo na mulher e o impacto da desigualdade de género**

| Entrevistadas         | Indicadores   |  |  |   |  |
|-----------------------|---|--|--|---|--|
|                       | Instabilidade na habitação  | Instabilidade familiar   | Dependência de substâncias psicoativas e doenças de foro psiquiátrico  | Violência doméstica   | Relação com o mundo laboral: precariedade/e ou instabilidade laboral   |
| <b>Entrevistada 1</b> |   |  | <p>“também já tive os meus problemas de toxicodependência, (...) estive agora quase três anos limpa, depois destes problemas todos da rusga e de violência doméstica tive uma recaída (...)”</p> | <p>“(...) tive problemas com violência doméstica com o meu marido (...). Foi preso por suspeito de tráfico duas semanas depois da violência doméstica e agora estou numa situação complicada”</p> | <p>“trabalhei a minha vida toda. Já fui auxiliar médica (...), já trabalhei na cozinha (...), na Escola (...), sempre trabalhei.” (...)<br/>         “Era boa [a relação], tinha as minhas coisas, a minha casa, conseguia viver com o meu ordenado. O Governo também ajudava, a minha família (...) também me ajudou”</p> |
| <b>Entrevistada 2</b> | <p>“No início quando vim para aqui foi o mau relacionamento com os meus pais e também pelos consumos de álcool, tinha muitos consumos de álcool.”</p> | <p>“No início quando vim para aqui (...) e também pelos consumos de álcool, tinha muitos consumos de álcool. (...) tive de abandonar o trabalho, mandaram-me para casa por justa causa.”</p> | <p>“No início quando vim para aqui (...) e também pelos consumos de álcool, tinha muitos consumos de álcool. (...) tive de abandonar o trabalho, mandaram-me para casa por justa causa.”</p>     |   | <p>“(…) Sou pensionista por invalidez. Tive uma fase muito boa onde trabalhei (...) como administrativa [cargo na função pública], mas pronto, recaí no consumo de heroína e tive de abandonar o</p>   |

|                       |  |  |   |   |   |
|-----------------------|--|--|---|---|---|
| <b>Entrevistada 3</b> |  |  | Tenho pensão de invalidez porque sou bipolar” |   | trabalho, mandaram-me para casa por justa causa (...)   |
|                       |  |  |   | “É assim, já fui vítima de violência doméstica e ainda tenho o estatuto de vítima. Tinha o contacto com uma técnica por este estatuto e ela ajudou-me porque estava a sofrer novamente, não foi com a mesma pessoa, mas com o irmão e daí pedi ajuda para vir para aqui.” | “Não. [não está a trabalhar] (...) Trabalhei em restauração, café (...) Quando não pagaram eu decidi sair. Foi só 1 mês, eu não quis ficar mais |
| <b>Entrevistada 4</b> | “Eu morava numa casa de renda, eu não tinha contrato e a senhoria no dia “X” olhou para mim e disse “tens até dia “X” para sair daqui porque vou fazer isto de alojamento local para turismo, que eu ganho muito mais”, do nada, e eu estava desesperada, procurei casa, procurei ajuda nas pessoas e não havia nada disponível no momento com o valor que o meu ordenado pagaria (...)” |  |   |   | “Sim eu trabalho. Sou cuidadora de idosos através de um programa do Governo dos Açores (...) e gosto, gosto muito                               |
| <b>Entrevistada 5</b> |  |  |   | “Meu filho foi morar comigo, disse que não bebia, que estava bom,   | “(...) reformada. (...) Trabalhei durante a minha vida toda.  |

|                       |  |  |   |   |   |
|-----------------------|--|--|---|---|---|
|                       |  |  |   | que estava assado e querida... levava muita porrada do meu filho! Não aguentava mais. Já estou aqui há muitos anos (...) vou-lhe dizer uma coisa: eu nunca vi um filho a dar numa mãe! (...) Os meus netos viam, os meus netos [diziam] “não bate na minha avó!” (...). Ele podia matar-me que ninguém acudia ali.” | Trabalhava em lares, lavava idosos, casas particulares (...)  |
| <b>Entrevistada 6</b> |  | “Separei-me e eu não sou de cá, não tenho família cá, não tenho suporte, vivia com o meu ex-companheiro, com os pais dele, quando me separei fiquei com uma mão à frente e outra atrás. Entretanto engravidei de “X” e precisei de ajudas (...)” |   |   | “Não [não está a trabalhar] estou à procura de emprego. Vou começar a trabalhar (...) já trabalhei em restauração”                                  |
| <b>Entrevistada 7</b> |  |  | “(...) eu estava sempre tentando me matar, eu já não estava aguentando e nem as crianças. Não era um bom ambiente. Estávamos sempre a | “Meu marido expulsou-me de casa e não tinha para onde ir. Fui para casa da minha mãe, tive [“X” tempo] e o meu irmão é toxicodependente, não  | “sou reformada (...)<br>Tenho depressão crónica, problemas na coluna (...) Trabalhei muitos anos como empregada doméstica e firmas de limpeza (...) |

|                       |  |  |  |  |  |  |
|-----------------------|--|--|--|--|--|--|
|                       |  | discutir (com ex-marido) e eu sempre drogada no hospital”  |  | <p>“(...) tenho um companheiro, mas fala comigo quando quer, esta com depressão e está nas drogas (...). Já não falo com ele há 4 meses. (...) ele também me batia. Eu fazia prostituição e conheci-o como cliente (...) temos muito altos e baixos “(...) antes fazia prostituição para arranjar dinheiro para a droga e para os cigarros porque não passo sem tabaco (...)</p> | <p>“(...) eu estou numa ocupação na [associação “X”]. Faço um pouco de tudo, limpeza, ajudante de cozinheira (...) De vez em quando vou para aí dar uns dias em casas de senhoras (...) eu sempre trabalhei em limpeza (...)</p> | <p>e que remédio, não tinha estudos e tinha de o fazer”</p>  |
| <b>Entrevistada 8</b> |  | <p>“Toxicod dependência. Fazia um pouco de tudo. Já experimentei as drogas todas. Comecei na heroína, depois fiquei 2 anos na metadona, nunca mais fiz heroína, depois meti-me na sintética. (...) de momento estou em tratamento ainda (...)”</p> |  | <p>(...) meti-me na droga, perdi o meu trabalho, o meu ex-companheiro também andava sempre nisso e eu já tinha dito a ele que dessa vez ia procurar ajuda e lógico que quando saísse não queria voltar à mesma rotina. Fiz o meu</p>   | <p>Estive durante 8 anos limpa e depois morar com o tal companheiro, chegar a casa e via, chegar a casa e via, chegou a um ponto que não deu, pus-me a consumir também. Ele também já se estava a tornar agressivo, atirou-</p>  | <p>Não [não está a trabalhar]. Antes trabalhava como copeira. Sempre trabalhei em restauração, em hotéis a arrumar quartos (...)</p> |
| <b>Entrevistada 9</b> |  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |   |
|--|--|--|--|--|---|
|  |  |  |  |  |   |
|  |  |  |  | <p>tratamento na Casa de Saúde, quando cheguei a casa buscar o resto fui ver se estava melhor e ele estava igual. Peguei nas minhas coisas e vim para aqui.”</p> | <p>me um cofre de ferro (...) eu disse chega, para mim basta.” “(...) A minha família também não me aceitava, pus-me na rua aos 16, tive de me desenrascar, estive na prostituição, depois conheci certas associações que me ajudaram em certas coisas e foi sempre assim.”</p> |

**Particularidades e desafios nas suas trajetórias enquanto mulheres em situação de sem-abrigo**

| Entrevistadas         | Indicadores  | Dificuldades que sentiram/têm sentido |
|-----------------------|--|---------------------------------------|
| <b>Entrevistada 1</b> | <p><b>Segurança</b></p> <p>(...) Eu agora estou numa situação um bocadinho complicada, eu não me sinto segura, não confio em ninguém, agora com essa sintética, droga nova, toda a gente faz tudo e qualquer coisa por um pacote, com essa droga sintética eram capazes de vender a alma para um pacote (...) “Oh, é muito diferente [a experiência enquanto mulher em SSA]. Uma mulher é mais fraquinha que um homem, não é? Às vezes está descontrolado, fala mal com a gente, não tem respeito, e a gente como somos mulheres como nos vamos defender? Às vezes a gente fica de boca calada, engolimos muita coisa, não nos sentimos seguras, ficamos sempre com medo que façam mal (...) Sim, sinto-me mais insegura [por ser mulher] por causa disso. Já passei por muita coisa, mas por isso nunca me senti assim.” (...) lá [Drop In] tem muitos homens e poucas mulheres, pronto... a gente não se sente muito seguras. Falando de mim, não me sinto segura nesse ambiente.”</p> |                                       |
| <b>Entrevistada 2</b> | <p>“Sinto-me mais insegura no sítio onde estou agora, no quarto, já passei por esta experiência de ter me sentido mais insegura e de ter recorrido ao álcool, mas pronto, tive que dizer basta senão eu ia perder o meu lugar onde eu estou e tive de recorrer à medicação (...) Mas pelo menos pedi ajuda e disse que tem de parar, tem de parar porque senão não sei para onde vou, se eu não tomar este comprimido para onde vou? E eu tenho ali um bom quarto e pronto, as pessoas são problemáticas e eu já me moldei às situações que acontecem lá no quarto.”</p>   |                                       |
| <b>Entrevistada 3</b> | <p>Sim. [sente-se segura enquanto mulher]”</p>   |                                       |
| <b>Entrevistada 4</b> | <p>“No meu caso específico não [segurança comparativamente a homens], mas em mulheres que precisam de apoio, com certeza (...) Eu não diferencio homens e mulheres, mas diferencio a situação individual de cada um. Eu acredito que</p>   |                                       |

|                       |   |  |
|-----------------------|---|--|
|                       | <p>homens sejam mais por motivos de drogas, bebidas, coisas deste tipo, as mulheres, com as que tenho conversado muito aqui têm todo o tipo de história: sofreram violência, reabilitação, o meu caso, outras que têm crianças, outras têm dificuldades de emprego, enfim, eu acredito que na história real que leva as pessoas a buscarem são completamente diferentes. Homens estão mais relacionados com este tipo de situação.”</p>   |  |
| <b>Entrevistada 5</b> |   | <p>“(…) uma pessoa está sozinha, uma pessoa não tem família, não tem ninguém sem ser esta gente aqui e a gente com os nossos maridos dava-se bem. Vivia muito bem com o meu marido (…) A minha vida não é fácil. Às vezes eu quero dormir e eu penso, estou sempre a pensar, a pensar”</p>   |
| <b>Entrevistada 6</b> | <p>“Não me sinto insegura. Até pelo contrário, sinto-me segura por estar aqui. Eu não gosto é de mencionar que estou num Lar”</p>   | <p>“É ter regras (risos) (…) mas isto são fases que a gente passa na vida. Agora é começar do zero. Aqui na Novo Dia eles ajudam-me em tudo.”</p>  |
| <b>Entrevistada 7</b> |   | <p>“(…) Tenho me sentido muito sozinha, não tenho apoio de ninguém (…) Sinceramente, não sei (…) não sei explicar. Foi um grande trambolhão na minha vida (…) Às vezes quero falar com “X” e estão sempre ocupados”</p>  |
| <b>Entrevistada 8</b> | <p>(…) quando saí da clínica vim para aqui, estou limpa há 5 meses e eu disse que queria ficar aqui porque aqui estou mais segura (…) A experiência [homens/mulheres] é completamente diferente. O homem é mais maduro, entre aspas, a mulher é mais frágil, o homem consegue suportar muita coisa, a gente já não (…) qualquer coisa vamos abaixo, já o homem tem aquela força (…) eu dormia com medo, a senhora já viu estar a dormir no escuro e alguém fazer-te mal ou matar-te? Eu pensava muito nisso (…) podem dar-me uma facada, matar-me (…) desde aí fiquei com muito medo do escuro (…) Às vezes tinha uma lanterna ou velas, mas muita vez foi ao escuro”</p> | <p>“(…) já morei na rua, já vivi numa casa cheia de ratos a passar por cima de mim, já comi comida com bolor (…) eu morava numa garagem sem luz (…) estive quase 2 anos numa garagem abandonada, eu estava toda suja, colchão todo roto, passei muita fome (…) a droga estava a me destruir toda. Chegou a um dia que disse “ou bem vou para a cova, ou bem me endireito ou vou perder a minha família” (…) o que me fez mais largar a droga foi a minha mãe. A minha mãe já faleceu e sei que ela não estava descansada no Céu e agora ela deve estar muito orgulhosa de mim (…) fiz isso por mim, pela minha família, mas mais pela minha mãe (…)”</p> |

|                       |  |  |
|-----------------------|--|--|
| <b>Entrevistada 9</b> |  | “É não ter a minha liberdade como eu gosto” [dificuldades]<br>“Acho que é igual.” [situação de sem-abrigo enquanto homem/mulher] |
|-----------------------|--|--|

O impacto da condição de sem-abrigo no âmbito da dimensão interacional e esfera do reconhecimento

a) Dimensão interacional

| Entrevistadas         | Indicadores   |  |  |  |
|-----------------------|---|--|--|--|
|                       | Redes de suporte, desafiliação e estigma  | Contexto e dinâmicas familiares  | Maternidade  | Confiança no Outro e relações interpessoais no CAT F   |
| <b>Entrevistada 1</b> | “(…) Sim. Com as doutoras. Sem ser elas, tenho a minha mãe na América, mas cá nos Açores não, não tenho ninguém. Nem com a minha própria filha (…)” | “(…) quando eu era pequenina minha mãe casou 4 vezes, tinha muitos maridos, minha mãe levava muita pancadaria, quando eu era pequenina sentia-me insegura porque o marido chegava à casa e dava pancadaria nela. Mas na minha vida “as an adult”, nunca estive nesta situação, só quando meu marido saiu da cadeia. Brigas, violência doméstica, nunca passei nada disso…” | “Tenho quatro e um deles já faleceu. Com o meu filho (…) estou bem, também tenho uma filha (…), temos os nossos problemas, mas tenho falado com ela (…)” | “(…) Eu quero é saber de mim e da minha segurança. Eu agora com estou numa fase muito complicada, não quero saber dos outros o que vão dizer, o que importa é a minha segurança, a minha vida, e mais nada senhora. O mais importante neste momento para mim é segurança e saúde. Eu sou trabalhadora, respeito toda a gente e mereço respeito, já não tenho 20 anos (…) o que importa mesmo é a minha segurança e a minha saúde. O resto “I don’t care” (…) Cada uma faz a sua vida, a gente entra aqui sozinhas e sai daqui sozinhas. Eu também não confio nas pessoas, vou dizer a verdade, não confio em ninguém (…) evito ao máximo falar da minha vida, evito confusões, eu fico no meu canto e elas ficam no seu” (…) |
| <b>Entrevistada 2</b> | “Tenho a Dra. “X”, a minha irmã porque é mais amiga de ouvir, de resto  |  | “Tenho uma filha (…)” “É boa [a relação], está lá fora a trabalhar, temos  | “(…) Quando vivia aqui dava-me bem, umas melhores que as outras, tinha “que” ignorar   |

|                              |  |   |  |  |
|------------------------------|--|---|--|--|
|                              | <p>não tenho ninguém. A família... são muitos, mas não se conversa, "a gente não tem" contacto a não ser esta minha irmã. Por vezes ligo para ela, ela não liga, mas lá depois meia e volta ela sempre dá a sua chamada"</p>   |   | <p>contacto pelo telemóvel e quando ela vem cá passamos um momento juntas"</p>   | <p>algumas coisas e dizer que sim, mas pronto. (...)</p>   |
| <p><b>Entrevistada 3</b></p> | <p>"Não." [não se sente apoiada] (...) "Neste momento, pronto, conheci um rapaz e é o único (...)"<br/>"Não." [sem contacto com familiares]</p>  |   | <p>"Tenho dois." (...) "É boa [a relação], eles vivem comigo."</p>   | <p>(...) Igual senhora. A gente a bem dizer estamos na mesma situação." [perceção das outras senhoras da Novo Dia]</p>   |
| <p><b>Entrevistada 4</b></p> | <p>"(...) Não me senti desacolhida, quem não pôde me ajudar de uma forma mais direta deu-me uma ideia, falou com alguém que pudesse me auxiliar, então me senti muito bem recebida (...)"<br/>"eu falo todos os dias com a minha família (...)"<br/>"Eu sou o apoio deles (...)"</p> | <p>"(...) eu cresci num ambiente muito violento, minha mãe era espancada (...) tive muito contacto com dependentes químicos, eu estou assistindo de camarote a realidade que eu sempre engajei e sempre tentei ajudar quem fosse possível. (...) A única coisa que não perdi na minha vida dentro das minhas buscas foi o teto, sempre tive casa. Mas já passei situações de não ter luz, de não ter água, de não ter comida, enfim e mesmo assim se alguém precisava</p> | <p>"Eu criei os meus três filhos sozinha, na intenção de dar um "reset" na vida após uma depressão gravíssima eu vim para os Açores e a ideia era encontrar-me aqui e se caso fosse um sítio bom para eu viver traria eles, os mais novos"</p> | <p>Acredito que por estar numa situação assim exista o julgamento do tipo "não tem casa porquê?" assim como a vulnerabilidade. Acho que tem estes dois tipos de olhares. Ou realmente vêm que realmente é uma mulher vulnerável, que precisa de ajuda, a fragilidade da mulher ou a questão de culpar, de julgar, para ter chegado nesta situação. Acredito que é assim que é visto. Eu vejo que elas têm uma situação um pouco mais complicada que a minha, justamente esta questão da vulnerabilidade, dos problemas pessoais em si, como disse, conversando com elas vi que</p> |

|                       |   |  |   |  |
|-----------------------|---|--|---|--|
|                       | algumas têm problemas recentes com a saída da droga, outras sofreram violência no lar (doméstica), outras não têm aceitação da família, então vejo elas muito em situação de vulnerabilidade (...)" |  |   |  |
| <b>Entrevistada 5</b> | "quatro." (...) "Nunca mais falei comigo. Quem falava comigo era o meu [filho] "X" e vivia era comigo." (...) "Eu é que criei [os filhos], eu é que trabalhei para eles                             | eu colocava dentro da minha casa"  | "Não." [sem contacto com familiares] "Desde que estou aqui que não tenho contacto com ninguém (...) Eu agora sinto-me melhor, mas sinto aquelas saudades dos meus filhos todos, é isso que é o pior para mim"                         |  |
| <b>Entrevistada 6</b> | "É como costume dizer, cada uma no seu barco. Todas aqui precisam de ajuda, mas cada uma no seu caminho. O que é delas nem tenho nada a comentar."  | "(...) tenho esta menina e mais dois que estão com o pai (...) Eles vêm passar o fim de semana aqui. [A relação] é ótima"  | "sim." [sente-se apoiada] "Claro que há dias "mais maus", dias que a gente perde a paciência (...) Tenho a madrinha de "X", tenho amigas, eu não estou presa aqui, posso passar o dia fora etc."                                      |  |
| <b>Entrevistada 7</b> | "É só bom dia, boa tarde, tudo bem e já está (...) isto não é um lugar para mim (...) agora vou para um sítio mais calmo. Dão apoio, perguntam como a gente está, fala com a gente."                | "Sim, três." É boa. [a relação]" (...) "Sim, quando eles podem... [falar] (...) uns estão a estagiar, outros a trabalhar." | "(...) eu telefono para alguém e ninguém faz caso de mim. "Não vou sofrer malucas", é o que me dizem. (...) desde que vim pedir ajuda e tudo ninguém quis me dar apoio. Desde que saí de casa. Ninguém. (...) "Ninguém de confiança." |  |

|                              |  |   |  |  |
|------------------------------|--|---|--|--|
| <p><b>Entrevistada 8</b></p> | <p>“A gente” não pode confiar e ninguém. Eu fico guardando para mim, às vezes tenho uma recaída, choro, choro, choro.”</p> | <p>“Em primeiro, a minha família, mas mais, mais, mais, é a Novo Dia e [associação “X”]. Se não fossem eu não sei o que seria de mim (...) eu agradeço muito o que estão a fazer por mim porque eles ajudam-me em tudo (...) eu já tive 8 recaídas e nunca me abandonaram, não dizem “aquela está na droga, deixa estar na droga”, não, vêm buscar, dizem que tenho de mudar, que vão me ajudar, abriram-me as portas várias vezes (...) amigos tenho aqui na Casa e na [associação X], mas por fora na rua só tenho 1 amigo verdadeiro, de resto eram todos amigos da droga (...)”</p> | <p>“(…) os meus irmãos todos bebem, eles são alcoólicos e tem sempre muita briga em casa, trabalham e não dão o dinheiro à minha irmã (...) os meus irmãos bebem, gastam o dinheiro todo na bebida e a minha irmã tem muitos conflitos com eles, muitas brigas, eles partem tudo em casa, brigam, dão na cara dela, querem dar no meu pai (...)”</p> | <p>“Muito malucas [risos] mas nunca tive brigas aqui dentro, tratam-me muito bem, gostam muito de mim (...)”</p> |
| <p><b>Entrevistada 9</b></p> | <p>“(…) Conto com a [associação “X”] e aqui também (...) Não tenho</p>   | <p><b>Sem filhos.</b></p>   | <p><b>Sem filhos.</b></p>  | <p>“Há certas coisas que não me identifico. Mães aqui com crianças e as crianças fazem o que</p>                 |

|  |  |  |  |   |
|--|--|--|--|---|
|  | <p>contacto. Nenhum. Desde o princípio nunca quiseram saber [família], sempre rejeitaram, eu também não vou andar atrás de ninguém. Tenho poucos amigos com quem posso contar: muito poucos (...) já levei muitas facadas”</p> |  |  | <p>querem, a mãe não reage e isso incomoda-me.”</p> |
|--|--|--|--|---|

b) Esfera do reconhecimento

| Entrevistadas         | Indicadores  |   |
|-----------------------|--|---|
|                       | Percepções do Outro sobre si                                   | Necessidades/ambições de práticas comuns a outros membros da sociedade  |
| <b>Entrevistada 1</b> |  | “(…) Primeiro a minha segurança e o resto é devagarinho. Sem segurança não se vai a lado nenhum”  |
| <b>Entrevistada 2</b> |  | “(…) O que é que eu mudava? Não sei, as coisas estão a correr bem e pelo lado positivo, é levar os dias. O que eu mudava [risos] era dar uns passeios por aí, mas está tudo a correr bem. Gostava de ter uma pessoa mais junto a mim, que é este meu companheiro, mas pronto, ele optou por ir trabalhar para fora e não sei qual vai ser o futuro” |
| <b>Entrevistada 3</b> | “Tem vezes que têm pena [perceção dos outros sobre si própria] | “Arranjar casa. Primeiro é a estabilidade dos meus filhos, na escola, para depois arranjar um trabalho e a casa e refazer a minha vida.” “Se eu tivesse ... Muita coisa mudava, muita coisa que eu não fiz e fazia agora...muita...talvez não estivesse nessa situação.”  |
| <b>Entrevistada 4</b> |  | “Eu gostaria de estar na minha casa, gostaria de ganhar mais, mas isso são coisas que eu vou mudar e eu estou caminhando tudo dentro do meu entendimento de vida, que é trabalhar, trazer os meus filhos (...).Desde a minha depressão que eu não tenho um  |

|                       |  |  |
|-----------------------|--|--|
|                       |  | projeto pessoal (...) penso em ter a minha casa mas vejo que não é a curto prazo, mas a minha meta hoje, o que me mantém viva e de pé é dar uma qualidade de vida para o meu filho menor (...)minha meta de vida é que ele [filho] não passe por certas coisas, que ele não sinta na pele algumas necessidades, algumas violências. Minha meta de vida hoje é dar estudo, qualidade de vida e segurança para o meu filho”  |
| <b>Entrevistada 5</b> |  | “Gostava de viver sozinha num apartamento, não queria mais nada (...) fui para a casa dele para ajudar a pagar as dívidas que ele tinha. A minha desgraça foi os meus filhos.”   |
| <b>Entrevistada 6</b> | “Não quero saber. Porque eu é que sei o que é que eu sou e o que estou trabalhando para mim. A opinião dos outros é me indiferente, é para o lado que durmo melhor. (...) Ah, eu nunca digo que estou num lar! Não preciso de estar a mencionar que estou num lar (...)”   | “É ter os meus outros filhos, mas sei que eles estão bem neste momento. O objetivo é ter uma vida comum igual às outras pessoas, ter o meu trabalho, a minha casa com os meus filhos. É isso.”   |
| <b>Entrevistada 7</b> |  | “Meu maior objetivo é retornar a viver com a minha família. Sinto muita falta (...) Já estou mais calma, já estou melhor com a medicação nova, já não sou a mesma que era antes, a vida “aprendeu-me” muito, foi uma situação que não estava contando, fez-me ver as coisas de outra maneira, como deve ser e como não deve ser.”  |
| <b>Entrevistada 8</b> | “Antes olhavam para mim com medo, porque eu não estava em mim (...) a minha família ficava assustada quando chegava a casa (...) até os meus amigos diziam “estás tão diferente, tão feia, parece que estás ficando maluca”(...)o pessoal via-me com medo, eles viam-me com medo, agora já não, já ficam contentes, dizem que eu estou muito diferente (...) a minha família já olha para mim tipo “eu adoro-te”, antes era “eu odeio-te”, “tens de sair desta casa” (...) a minha irmã agora já chora para voltar para a casa dela (...) eu amo a minha família, muito, mas para morar não, ou vivo em instituições, ou quartos de renda, ou casa. Eu gosto de ter a minha liberdade (...) Agora sinto-me bem, sinto- | “Eu gosto de estar aqui, mas quero ir para um quarto, quero ir para uma discoteca... eu sou nova, quero ficar até tarde por fora, aqui não podemos fazer isso (...) daqui a 2, 3 meses se eu for para o PROSA vou para um apartamento (...) quero ter a minha independência (...)”“Nunca ter-me posto na droga, isso é que eu mudaria (...) se previsse o futuro tinha mudado muita coisa, tinha continuado na escola até ao fim (...)O meu sonho mesmo é fazer a minha operação, transformar-me em mulher, o meu namorado fazer vida comigo, quero muito... apesar de ele ser meio paranoico ... ele também está com depressão e a vida com depressão é muito difícil.” |

|                              |   |   |
|------------------------------|---|---|
|                              | <p>me linda, fiz muita mudança em 5 meses (...) antes tinha vergonha de ir ter com alguma pessoa, por exemplo, teria vergonha de estar com a senhora por causa dos dentes, da maneira que era, fugia sempre com medo, não queria falar com ninguém, estava entrando em depressão também (...) a minha família e amigos vinham falar comigo e eu fugia com medo (...) agora estou sempre presente (...) eu perdi a autoestima toda (...)</p> |   |
| <p><b>Entrevistada 9</b></p> | <p>“Não posso saber isso, acho que normal.” [percepção do Outro sobre si]</p>   | <p>“Era acabar com aquilo que tanto quero, realizar o meu sonho, por causa da droga deixei tudo para trás. Agora quero ver se começo tudo de novo, ter o meu trabalho, quero sair daqui porque isto aqui não é para mim (...) por enquanto tenho de me aguentar aqui, mas quero ver se o mais rápido possível tenho o meu próprio espaço”</p> |

**UNIVERSIDADE DOS AÇORES**  
**Faculdade de Ciências Sociais e**  
**Humanas**

Rua da Mãe de Deus  
9500-321 Ponta Delgada  
Açores, Portugal



2023

**DM**

# S.A. no Fem.: o impacto da desig. de gén. na construção da SSA na ilha de S.M.

Joana Paiva Dias